



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



CLARA BEZERRA DE MENEZES BAITELLO - 201915570035

REDES E VIGILÂNCIA NO XINGU: A RECONFIGURAÇÃO DO
TERRITÓRIO RIBEIRINHO

ALTAMIRA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



CLARA BEZERRA DE MENEZES BAITELLO - 201915570035

REDES E VIGILÂNCIA NO XINGU: A RECONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestra em Geografia pela
Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Herrera

ALTAMIRA
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B164r Baitello, Clara Bezerra de Menezes.
REDES E VIGILÂNCIA NO XINGU : A
RECONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO / Clara
Baitello. — 2022.
110 f.

Orientador(a): Prof. Dr. José Antonio Herrera
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2022.

1. TERRITÓRIO. 2. RIBEIRINHOS. 3. XINGU.
4. AMAZÔNIA. 5. UHE BELO MONTE.

CDD 910.130811



CLARA BEZERRA DE MENEZES BAITELLO

**REDES E VIGILÂNCIA NO XINGU: A RECONFIGURAÇÃO DO
TERRITÓRIO RIBEIRINHO**

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Antonio Herrera (Orientador - PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Adolfo da Costa Oliveira Neto (PPGEO-UFPA)

Prof. Dr. José Antonio Magalhães Marinho (FacGeo – UFPA)

Examinador externo

Altamira, 29 de abril de 2022.

Com todo o amor
ao Completo,
Lilo e Ruan,
e ao meu pai, sempre.

*Nas civilizações sem barcos os sonhos definham, a
espionagem substitui a aventura,
e a polícia, os piratas.*
Michel Foucault, 1967

AGRADECIMENTOS

Agradeço às ribeirinhas e ribeirinhos do rio Xingu, os que conheci e os que espero conhecer um dia. Agradeço especialmente aos ribeirinhos do Conselho Ribeirinho, que não só abriram as portas de suas casas, mas que também me carregam em seus corações e mentes ao longo desta caminhada. Ouvir lembranças, conhecer histórias de vida e tentar escrever sobre elas é missão honrosa, de muito respeito e aprendizado que levarei comigo por toda a vida. Josefa, Joana, Francinete, Francineia e Raimunda Gomes da Silva, Rita, Macaúba, Hildo e Socorro, Aranor, Ismael, Leonel, Cleo e família, Diane e família, Chiquinho, Gino, Nelson, Delcinha, dona Maria, Euclides, Elinaldo, França, Gelson, Eládio, Maria Francineide, Raimundo, Cecílio.

Aos que me ajudaram a chegar em Altamira: Filipe, Márcia e Fernando Lima Pinheiro, Ricardo, Tomy, Bluma, Guta, Raquel, Celso, minha família de coração, e aos que conheci depois: Augusto, Fabíola, Euda, Dani Preta, Rita, Luiz, Victor, Roberto, Ana, André, Rodrigo, Natália, Vinicius, Thais Manto, Rochelle, Sid, Terezinha, Edione, Dani e Denise Graça, Geysi, Satya, Alexandra, Cristiane, Thais S., Bivyane, Magno, Indio, Ademar, Keila, Leila, Nicinha, Thiago, Erika, Bacurau, Bico, Kesia, Kezia, Homero, Manel, Marcelo, Naldo, Eliane, Jon e todas as crias, Itamir e Preto. Agradeço especialmente a dona Antônia Melo, grande mulher guerreira do Xingu, que suas vozes ecoem sempre. Ao Marinho Barros dos Santos, sou eternamente grata pelos ensinamentos e amor ofertados para além de uma vida. Em memória de minha querida avó Wandira e de meu amado pai Humberto, agradeço ao amor, a coragem e os ensinamentos que nunca serão esquecidos. À minha mãe Gê e irmão Lucas, obrigada pelo afeto e apoio incondicional.

Muito obrigada ao meu orientador Herrera, aos meus professores José Neto e Marinho, que com sua paciência souberam me ouvir e aconselhar nos momentos mais difíceis. É de grande importância o trabalho de formação na pós-graduação aqui no interior da Amazônia. Desejo que cada vez mais os doutores da floresta ocupem estes espaços a cada dia.

E por fim, agradeço ao Xingu por ter me recebido de braços abertos, me acolhido e ter me apresentado seres tão maravilhosos e encantados como o meu Completo, meus amigos Ruan Silva e Lilo Clareto, que tão tristemente foram assassinados, mas que nunca serão esquecidos. Foi-se o corpo, mas ficou a alma e o espírito. Eles perseverarão em

mim, em nós, na floresta, no céu, na chuva e no rio Xingu para sempre como seres encantados que são. Obrigada!

RESUMO

Neste trabalho de pesquisa analisa-se como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, em Altamira, no Pará, modificou a relação dos ribeirinhos com o seu território tradicional. Com o enchimento do reservatório principal da usina em 2015, mais de 300 famílias que viviam tradicionalmente da pesca são expropriadas do seu território pela concessionária Norte Energia S.A. As empresas terceirizadas, contratadas pela concessionária, passam a determinar, a negociar e a vigiar o território de povos que ancestralmente ali viviam. Os ribeirinhos, cuja subsistência e modo de vida estão direta e intimamente associados ao rio Xingu e à floresta, agora passam a viver longe dos seus locais de pesca e de moradia. Parte-se de uma relativa autonomia socioeconômica e territorial, que antecede a construção da usina, para uma tentativa de controle e de vigilância por parte das empresas e do Estado, influenciando fortemente as dinâmicas de vida e de trabalho locais ao embaraçar as suas redes de vizinhança e parentesco. Nota-se, assim, uma mudança na realização das atividades no território, que anteriormente eram organizadas pelos próprios ribeirinhos, de acordo com suas regras e necessidades de subsistência, e que agora passam pelo controle de novos atores, gerando impactos sociais e ambientais.

Palavras-chave: Território; Ribeirinhos; rio Xingu; Amazônia; UHE Belo Monte.

ABSTRACT

This work examines how the construction of the Belo Monte Hydroelectric Dam at Xingu River, in Altamira city, Pará state is transforming the relationship between ribeirinhos, riverine people, and their traditional territories. Before the dam, the riverine people maintained relative territorial and social-economic autonomy. Since the construction of Belo Monte, the State and private companies are abusing their power in an attempt to gain territorial control and influence local dynamics. Subsequently, land-use planning in the region is changing. Previously organized by the ribeirinhos according to their own rules and subsistence needs, the land is now regulated by new private actors, impacting and altering the nature and purpose of the communities' traditional activities. In order to conduct this analysis, I use the dialectical method due to its ability to analyze the contradictions of the territory.

Keywords: Territory; Ribeirinhos; Xingu river; Amazonian; Belo Monte dam.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nomes das espécies de peixes encontradas após a UHE Belo Monte	52
Tabela 2: Dispersão urbana: bairros na cidade de Altamira antes e depois do deslocamento forçado.	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista de nomes das espécies de peixes conhecidas pelos ribeirinhos.....	97
Quadro 2: Lista de nomes das praias em Altamira antes da UHE Belo Monte.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de entrevistados que possuíam a documentação de trabalho ou o registro da terra	31
Gráfico 2: Fonte de renda das famílias ribeirinhas em 2016.	53
Gráfico 3: Porcentagem de entrevistados que não tinham casa na cidade, tinham casa e foram deslocados; e que tinham casa, mas permaneceram nas suas respectivas residências.....	63
Gráfico 4: Porcentagem de entrevistados que viviam em sistema de dupla moradia.	65
Gráfico 5: Porcentagem de entrevistados que foram expulsos de suas casas na cidade.	65
Gráfico 6: Situação atual de moradia dos entrevistados na cidade pós deslocamento força.	72
Gráfico 7: Oferta de reassentamento às 118 famílias entrevistadas pelo grupo de pesquisa.	75
Gráfico 8: Divisão social do trabalho.....	95
Gráfico 9: atividades produtivas e de subsistência das famílias ribeirinhas antes da UHE Belo Monte.	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Reservatório principal da UHE Belo Monte, no rio Xingu.....	19
Mapa 2: Mapa do Território Ribeirinho com as localidades antes da construção da UHE Belo Monte, fonte: Juan Doblaz/ISA.....	25
Mapa 3: Mapa das praias em Altamira antes da construção da UHE Belo Monte.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1: Cleo Francelino de Aquino desenha o verdadeiro mapa das áreas do Território Ribeirinho em oficina na UFPA, maio de 2019	30
Figura 2: Indicadores do “Bem Viver” para os ribeirinhos em 2019.	32
Figura 3: Casa do sr. Raimundo Braga Gomes, na Ilha do Costa Junior	43
Figura 4: Apresentação de maquete com a proposta de atividade produtiva aos novos reassentamentos ribeirinhos	48

Figura 5: Baixão no Poção que só é possível atravessar a pé ou de canoa para acesso aos reassentamentos.	50
Figura 6: Casa recém construída e abandonada na Ilha do Pedão.....	51
Figura 7: Criação de frangos em reassentamento no Bacabal.....	54
Figura 8: Residência da família do sr. Gelson e da sra. Francineide na rua principal do RUC Jatobá	69
Figura 9: imagem de um campo de futebol improvisado em uma rotatória no bairro RUC Jatobá.	70
Figura 10: reassentamento do sr. Ramiro Vaz Bezerra em ilha emergente ou nova formada na região do Palhal.....	76
Figura 11: O junção do rio Xingu e do rio Iriri por Clarissa Morgenroth, 2018.....	94
Figura 12: Apresentação do mapa com a proposta do Território Ribeirinho na UnB	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
ADA	Área Diretamente Afetada
ATES	Assistência Técnica Social e Ambiental
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COHID	Coordenação de Energia Hidrelétrica
DPE	Defensoria Pública Estadual
DPU	Defensoria Pública Federal
DILIC	Diretoria de Licenciamento Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MPF	Ministério Público Federal
MXVPS	Movimento Xingu Vivo Para Sempre
NESA	Norte Energia Sociedade Anônima
OHCHR	<i>Office of the High Commissioner</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBA	Plano Básico Ambiental
RRC	Reassentamento Rural Coletivo
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SAF	Sistema Agroflorestal
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UNHR	<i>United Nations Human Rights</i>
UnB	Universidade de Brasília
UFPA	Universidade Federal do Pará

UHE

Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA DA PESQUISA	23
CAPÍTULO 1: A TERRA	28
1.1 “A meia lua”	28
1.2 A potência das imagens e dos símbolos	32
1.3 “GPS humano”	34
1.4 O território em rede	35
1.4.1 Da divisão do trabalho.....	39
1.4.2 “Antes não tinha nem regra nem cerca, agora tem”	41
1.4.3 Do reassentamento	45
1.4.5 Empresabilidade: a vigilância e o controle.....	57
CAPÍTULO 2: ENTRE A RUA E O LAGO	59
2.1 UHE Belo Monte: o deslocamento forçado	59
2.1.1 Elos perdidos	74
2.1.2 As reuniões.....	77
2.1.3 Estudo de caso: quem é ribeirinho, como e por quê?	79
2.1.4 Corpos em luto	82
CAPÍTULO 3: O RIO	85
3.1 A “Mão Divina”	85
3.1.1 Ribeirinho tem história.....	87
3.1.2 “Uma andorinha só não faz verão”.....	92
3.1.3 A diversidade do pescado	96
3.1.4 As palavras e os cardumes.....	97
3.1.5 A liberdade como direito	102
CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

Na última década, a bacia do rio Xingu foi devastada pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, nos arredores da cidade de Altamira. O barramento do rio e a expropriação das famílias que viviam nas margens e ilhas do Xingu, virou do avesso a vida de milhares povos indígenas e ribeirinhos enquanto beneficiou diretamente empreiteiras e políticos no centro-oeste e sudeste do Brasil.

O megaprojeto, que custou mais de 100 bilhões de reais¹ e alagou uma área de quase 500 quilômetros quadrados, transformou uma cidade ribeirinha amazônica na cidade mais violenta do Brasil². Apesar da luta incessante e dos esforços conjuntos de grupos indígenas e ambientalistas contrários à obra, o governo federal brasileiro decretou que a usina seria construída no Xingu e seu feito teve início em 2011.

Belo Monte, como é denominada uma pacata vila de pescadores pertencente ao município de Vitória do Xingu, circunvizinho de Altamira, teve o seu nome associado ao da usina hidrelétrica. O batismo, evidentemente, não ocorreu por parte dos pescadores nem da administração municipal local, mas sim dos próprios acionistas da concessionária da usina, que se apropriou do nome do vilarejo, assim como faria se o empreendimento inicialmente denominado “Kararaô”³ tivesse sido implementado à época. O impacto da barragem levou ao deslocamento forçado de mais de 300 famílias ribeirinhas que viviam nas ilhas e margens do rio Xingu para a zona urbana e rural de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, entre outros municípios vizinhos, dividindo as pessoas no território, para longe do rio.

Em abril de 2010, a licença prévia (LP) permite o leilão da usina e quem vence é consórcio Norte Energia S.A. Não obstante as 66 condicionantes socioambientais que não haviam sido cumpridas, a licença de instalação é concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2011, apesar das inúmeras denúncias de violações de direitos humanos em cortes nacionais e internacionais. A partir deste ano, Altamira começa a atrair milhares de trabalhadores de outras regiões do Brasil, além das empresas terceirizadas, contratadas pela concessionária

¹ Em 2022, de acordo com <https://blocktrends.com.br/com-custo-de-r100-bilhoes-belo-monte-gera-3-do-previsto-e-piora-a-crise-energetica/> (acesso em 15/02/2022)

² De acordo com Atlas da Violência de 2017 publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Altamira foi considerada a cidade com o maior número de homicídios e mortes violentas sem causas determinadas.

³ Nome de uma terra indígena da etnia Kayapó no médio Xingu.

da usina, para fazer cadastramentos, levantamentos e mapeamentos das áreas no rio, dos bairros e das pessoas.

O cadastramento das famílias ribeirinhas pelas empresas também começa em 2011. Todas as moradias que estavam abaixo da cota 97, cota de segurança do reservatório principal da usina, teriam que ser desocupadas. Encontravam-se nesta cota também as moradias urbanas, localizadas na área da orla à beira rio da cidade de Altamira e nas áreas alagadiças no inverno, com casas construídas sob palafitas, popularmente conhecido como “baixões”. O primeiro projeto de reassentamento das famílias ribeirinhas iniciou em 2015 e previu o retorno de algumas famílias ribeirinhas apenas para as ilhas emergentes e remanescentes, porções que não ficaram completamente submersas na área do reservatório principal da usina.

É importante citar que grande parte dos ribeirinhos que viviam à montante ou à jusante do município também possuíam uma moradia na cidade de Altamira, sistema este conhecido como dupla moradia, que garantia não só a educação dos filhos como também um pouso seguro em caso de tratamento de saúde na cidade. O sistema de dupla moradia só foi reconhecido pelo IBAMA em abril de 2015⁴. Após visitas aos novos pontos de reassentamento no território e reuniões organizadas com os ribeirinhos que provaram o desrespeito e não recomposição do modo de vida aos que foram realocados longe da beira do rio, o MPF solicita a paralisação dos reassentamentos ao órgão licenciador da usina.

Em 2016, ainda como consequência das provas obtidas em vistorias de campo no que concerne ao desrespeito no processo de reassentamento das famílias ribeirinhas, o MPF solicitou à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) um relatório⁵ sobre as famílias ribeirinhas impactadas diretamente pela UHE Belo Monte. Em setembro deste mesmo ano, um grupo de pesquisadoras⁶ deu início à uma série de entrevistas qualitativas com as famílias ribeirinhas que haviam sido expropriadas de suas localidades à beira rio e que à época moravam na zona urbana e rural de Altamira.

O resultado deste trabalho foi apresentado em uma audiência pública convocada pelo mesmo Ministério cujo tema era “A garantia do modo de vida da população

⁴ NOT. TEC. 02001.000740/2015-56 COHID/IBAMA, Brasília, 23 de abril de 2015.

⁵ Relatório que posteriormente virou publicação “A Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte” mais robusto com análises críticas e propostas de pesquisadores e cientistas de diversas áreas do conhecimento para propor a aquisição de novas áreas para o reassentamento das famílias na beira do rio.

⁶ As pesquisadoras e entrevistadoras foram Alexandra Freitas, Ana De Francesco, Clara Baitello e Denise Graça.

ribeirinha diante dos impactos não mitigados da UHE Belo Monte”. Nesta audiência, a Procuradora da República, Dra. Thaís Santi Cardoso da Silva, convocou diversas instituições entre organizações governamentais e não governamentais, a concessionária Norte Energia, empresas, bem como os pesquisadores que elaboraram o relatório, além da população ribeirinha impactada. O objetivo da audiência era apresentar as consequências e os danos causados diante da expulsão dos ribeirinhos do seu território tradicional e a não recomposição do modo de vida nos reassentamentos ofertados.

Como produto e resultado desta audiência, que ocorreu em novembro de 2016 em Altamira, um relatório intitulado “Estudo sobre o deslocamento compulsório de ribeirinhos do Rio Xingu provocado pela construção de Belo Monte” foi organizado e apresentado neste evento, bem como a sua posterior publicação, em 2017, que ficou conhecida como “A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte”. A partir desta audiência, um grupo de pesquisadoras e pesquisadores sugeriu que um conselho de pares ribeirinhos fosse criado para que houvesse representatividade real dos povos do rio no processo de licenciamento ambiental. Antes disso, não havia o reconhecimento desta população tradicional como diretamente impactada pelo barramento do rio e essa narrativa foi reiterada diversas vezes pela Procuradora da República ao longo da audiência. A invisibilidade destes atores no contexto da UHE Belo Monte é fato a ser compreendido e questionado.

A presidente do IBAMA à época, sra. Suely de Araújo, reconheceu que somente um grupo representante dos ribeirinhos impactados poderia dizer quem eram de fato os ribeirinhos que moravam na beira do rio Xingu. Em dezembro de 2016, na UFPA, campus de Altamira, o Conselho Ribeirinho foi criado com 28 representantes, dois representantes de cada localidade impactada pela elevação do nível de água do Xingu. A partir deste momento, iniciou-se intensamente a luta dos ribeirinhos pelo direito ao reassentamento no Território Ribeirinho que respeitasse a sua identidade, a sua organização e o seu modo de vida tradicional.

O trabalho realizado pelos ribeirinhos como um todo e pelo Conselho, mais especificamente, ao participar das inúmeras reuniões, audiências, seminários, vistorias, expedições, rodas de conversa na cidade e em campo, garantiram que os povos do rio fossem ouvidos em um longo e árduo processo de negociação com as empresas e com o Governo Federal. Organizados sistematicamente após inúmeras reuniões, junto ao apoio de movimentos sociais, de institutos, de organizações não governamentais e da

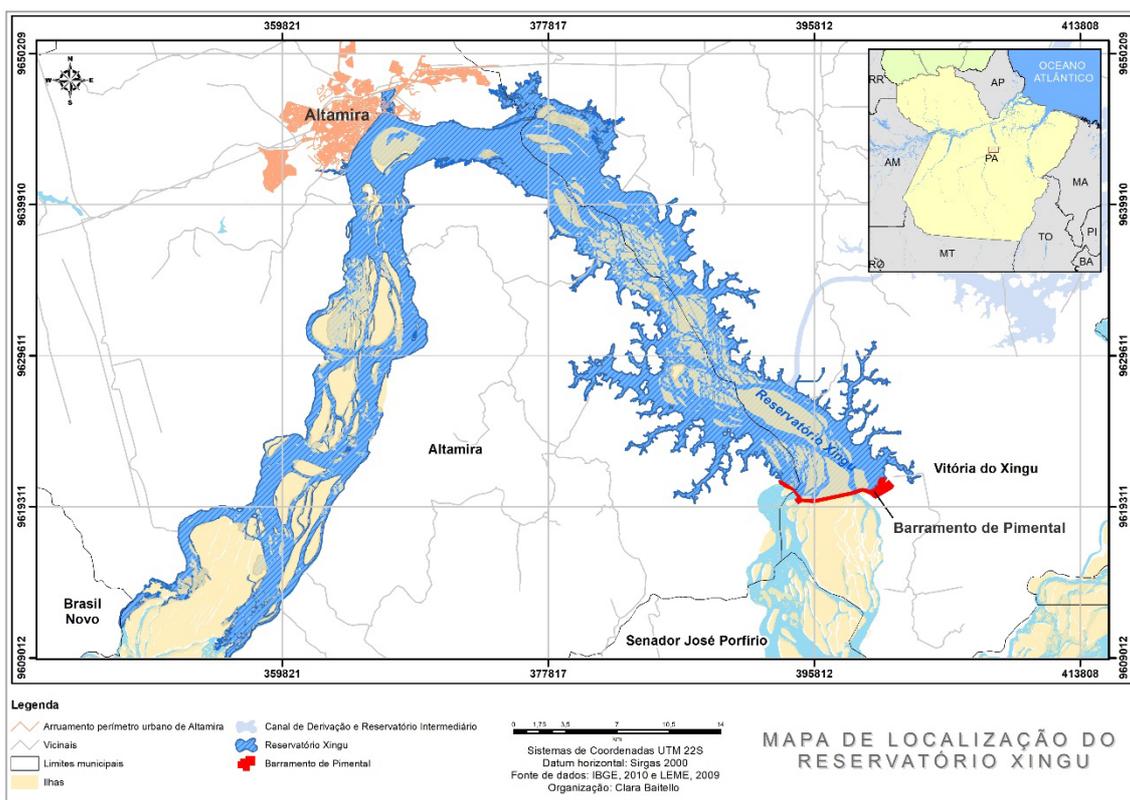
universidade local, o Conselho Ribeirinho fortaleceu-se paulatinamente desde a sua formação e ganhou espaço nesta negociação pela vida no território.

Apoiados pelas instituições⁷, o Conselho Ribeirinho realizou um extenso trabalho de reconhecimento social e sugeriu uma proposta de mapa para o retorno das famílias ao Território Ribeirinho, respeitando a espacialização dos núcleos familiares e as áreas de uso coletivas. Apresentaram a proposta ao IBAMA, NESA, MPF, DPU, DPE, ANEEL, Secretaria da Casa Civil, SPU, entre outras instituições, na UnB, em Brasília, em 2018. A proposta foi ouvida e considerada pelas instituições. Não obstante a morosidade da concessionária em encaminhar as obrigações e acordos, já é vitoriosa a conquista de retorno destas famílias beiradeiras ao seu território tradicional.

É neste rico e complexo cenário, composto por uma diversidade de atores tradicionais, públicos e privados, palco de conflitos latentes e lugar a partir do qual busco analisar as principais mudanças sócio territoriais e econômicas induzidas pela construção da UHE Belo Monte. Compreender sobretudo como funciona e se articula a costura dos indivíduos para a configuração de um território coletivo, a partir das experiências vividas em um curto período de tempo, de 2016 a 2019, em que acompanhei diretamente o trabalho deste grupo que ficou conhecido como Conselho Ribeirinho. Não obstante a sua importância no território, não tratarei especificamente do Conselho nesta pesquisa, mas sim das mudanças causadas na vida dessas pessoas a partir da presença das empresas no território.

O Território Ribeirinho concentra-se no entorno das ilhas e margens do rio Xingu, entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, desde o barramento do Pimental, à jusante do município de Altamira, até a ilha do Costa Junior, à montante do mesmo município. O território está localizado onde formou-se o lago reservatório principal da UHE Belo Monte após o barramento e enchimento do rio Xingu. As 14 localidades que compõe o território são: Arroz Cru, Palhal, Paratizinho, Paratizão, Cotovelo, Trindade, Arapujá, Curica, Barriguda, Babaquara, Bacabal, Poção, Pedão e Costa Junior. Abaixo é possível verificar o mapa de localização do Território Ribeirinho ou do reservatório principal da UHE Belo Monte, como os empreendedores preferem identificar a área impactada e analisada.

⁷ O grupo de apoio ao Conselho Ribeirinho, desde a sua formação, é composto pelo MPF, Instituto Socioambiental, Movimento Xingu Vivo Para Sempre e UFPA.



Mapa 1: Localização do Reservatório principal da UHE Belo Monte, no rio Xingu

A inquietação para começar este trabalho iniciou-se a partir da seguinte frase do senhor Raimundo Braga Gomes, pescador e ribeirinho, além de membro ancião do Conselho Ribeirinho: “Antes não tinha nem regra nem cerca, agora tem”. Mais conhecido como Raimundo Berro Grosso, ele foi obrigado a deixar a sua moradia e ponto de pesca na ilha do Costa Junior, à montante do município de Altamira, a partir do cadastramento das empresas que à época (2015) trabalhavam para o projeto da Norte Energia.

Como ocorre em outros casos similares que serão tratados adiante, a ilha do senhor Raimundo ficou completamente submersa após o enchimento do reservatório principal da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte. Apesar de sua moradia e de seus locais de pesca terem sido completamente alagados na ilha do Costa Junior, no rio Xingu, à montante do município de Altamira, senhor Raimundo ainda permanece sem o seu direito de morar e trabalhar na beira do rio até hoje, enquanto aguarda o reassentamento.

Conhecido no beiradão como “seu Aranor”, Leonardo Batista Juruna, também é um membro ancião do Conselho Ribeirinho, pescador do rio Xingu e indígena da etnia Juruna. Sua família também aguarda o direito ao reassentamento pela terra que lhe foi

expropriada nas margens do rio. Seu Aranor também foi obrigado, em 2015, a sair de sua moradia no Paratizão, localidade onde viveu desde os 16 anos de idade, na terra firme que fica situada à margem esquerda do rio Xingu, à jusante da cidade de Altamira.

É com base na narrativa dos povos do rio, a partir da ótica ribeirinha, e das novas dinâmicas de usufruto da terra e do rio que pretendo analisar e tentar compreender as principais mudanças no Território Ribeirinho após a construção da UHE Belo Monte. O papel da concessionária Norte Energia S.A., associado à presença cada vez mais constante e incisiva das empresas terceirizadas no território, torna-se cada vez mais proeminente, assolando um território tradicional ao longo da última década.

Relatos e registros oriundos dos moradores⁸ da beira do rio demonstram a existência de mecanismos coercitivos de controle e vigilância neste trecho do rio Xingu. A patrulha da guarda patrimonial, o departamento de fiscalização da Norte Energia, era realizada somente por embarcações rápidas, conhecidas como voadeiras. Com o avanço de recursos tecnológicos, o mesmo trabalho vem sendo feito também por drones com o objetivo de alcançar mais rápida e amplamente as áreas no lago-reservatório. As denúncias sobre a destruição dos ranchos de pesca, apreensão e queima das ferramentas de trabalho dos ribeirinhos, conhecidos popularmente como “apetrechos de pesca”, são apenas um dos indicativos de uma nova forma de coerção social no território.

Neste contexto, as principais problemáticas são o impacto na pesca (principal fonte de renda e subsistência das famílias ribeirinhas), o incentivo à produção a partir de sistemas agrícolas não tradicionais e a presença de mecanismos de controle e vigilância que inibem atividades tradicionais anteriormente realizadas. Previsivelmente, o dinheiro da concessionária que supostamente deveria compensar os povos do rio diretamente impactados pela barragem, atundo na defesa dos povos e do território, acabou gerando outros problemas na vida dessas pessoas.

No que tange à estrutura da dissertação, o trabalho está dividido em três capítulos: “A terra”, “Entre a rua e o lago” e “O rio”. Esta forma de organização possibilitou dividir os acontecimentos, relatos de experiências vividas e análises partindo de uma organização geográfica-temporal. “A terra” refere-se ao território concebido pelos ribeirinhos após a construção da UHE Belo Monte. “Entre a rua e o lago” é um recorte socio espacial das narrativas e experiências beiradeiras durante e após o deslocamento forçado das ilhas e

⁸ Referência ao público ribeirinho já reassentado pela Norte Energia, entre 2015 a 2017.

margens do rio Xingu. “O rio” é o relato da dinâmica de organização socio territorial e econômica das famílias ribeirinhas no Xingu antes da presença das empresas no território e da NESAs.

Nas páginas subsequentes as análises iniciam-se pelo fim. Nesta concepção, considero o fim como os últimos eventos, reuniões e trabalhos de campo que participei presencialmente junto aos ribeirinhos e conselheiros, durante os anos de 2018 e 2019. A metade do trabalho, o capítulo 2, é uma análise do evento que marca e divide, literalmente, as águas dos povos do rio que viviam à jusante e à montante do barramento do Pimental, a partir da instalação do canteiro de obras e construção da UHE Belo Monte. E por fim, o capítulo 3 é um retrospecto da vida beiradeira e da concepção de território para esses povos, antes de imaginarem que qualquer empreendimento pudesse barrar o seu rio e a sua vida.

No primeiro capítulo analisa-se a concepção de Território Ribeirinho sob a ótica beiradeira. A interpretação da proposta de reassentamento da Norte Energia S.A. para as 121 famílias que retornaram às localidades no reservatório e como eles compreendem o que é de fato o território, que incorpora não só a terra, mas também o rio e a cidade, além de toda uma cosmologia a respeito do bem viver, conectada à ancestralidade e simbologia. Nesta parte, busca-se o significado do conceito “território em rede” para os ribeirinhos e como a presença constante das empresas no território tem contribuído para a reconfiguração socio territorial e econômica em curso nesta região do médio rio Xingu.

O processo de migração forçada e o subsequente reassentamento na cidade e nas áreas do entorno do lago promovido pela Norte Energia S.A. e executado pelas empresas terceirizadas será relatado a partir do segundo capítulo “Entre o rio e a rua”. O marco temporal deste capítulo data de 2011 a 2017. A concessão da licença de instalação e a subsequente construção da UHE Belo Monte ocorre em 2011, concomitantemente ao início do cadastramento das famílias ribeirinhas que seriam expropriadas de suas moradias. O deslocamento forçado dessas famílias para a zona urbana e rural de Altamira ocorre, portanto, entre 2012 e 2014. As reuniões que marcam o começo do processo de organização social para a garantia de direitos da população atingida permeiam o período durante a construção da barragem, mas intensificam-se em 2015, quando o IBAMA determina à NESAs os primeiros reassentamentos em ilhas e áreas remanescentes – e posteriormente nas margens do rio, na terra firme.

A partir das entrevistas qualitativas realizadas em 2016 e de dados coletados em campo entre 2016 e 2017, obtêm-se uma análise dos reassentamentos na cidade e no lago-reservatório realizados pela NESA. É importante esclarecer que o capítulo recebeu este título a fim de denominar e denunciar a violação de direitos que os povos do rio padecem ao permanecerem enclausurados no ambiente urbano, “a rua”, como eles identificam a cidade de Altamira, ou em áreas rurais muito longínquas, sem poder exercer o direito de ir e vir, prática muito comum das famílias ribeirinhas que caracteriza a sua mobilidade espacial ao longo do tempo.

Com o objetivo de compreender a reconfiguração territorial em curso neste trecho específico do lago-reservatório é necessário retroceder na história e comentar brevemente como se deu a ocupação mais antiga dessa região do médio Xingu pelos soldados da borracha no século XIX. No início do capítulo 3 “O rio” essa breve história é retomada. Analisar a forma de organização socioeconômica e territorial e como ela contribuiu para que os antigos sistemas de colocação (Almeida, 2012) inspirasse a organização socioespacial existente hoje é material e assunto para uma tese, portanto, apenas descreverei brevemente essa história. Para fins de pesquisa sobre este tema específico e compreensão mais ampla de como o seringueiro tornou-se ribeirinho, recomendo a leitura da dissertação de Maria Augusta Martins Rodrigues Torres, “De seringueiro a ribeirinho: um estudo de caso sobre a reprodução do modo de vida beiradeiro na comunidade Bela Vista, Reserva Extrativista Rio Xingu”, de 2021, pesquisadora do programa de pós-graduação em geografia da UFPA em Altamira.

Ainda no terceiro capítulo, pretende-se refletir sobre o que é ser beiradeiro, discutir sobre os saberes e técnicas tradicionais, analisar e caracterizar o modo de vida ribeirinho e como ele coexistia com o trabalho por núcleo familiar, a produção para subsistência (extrativismo, caça e pesca) e a venda do excedente pescado. Os diferentes usos do território por estes povos do rio – áreas de uso coletivas e de preservação ambiental –, a demarcação dos limites de uso familiar de uma determinada área ocupada e os sistemas de mutirão (trocas de ajuda mútua entre parentes e vizinhos mais próximos) são de extrema relevância para caracterizar este modo de vida e será analisado no capítulo final. O foco deste capítulo, portanto, é a narrativa sobre o território em rede tradicionalmente vivido pelos ribeirinhos, sem a interferência de atores externos. O recorte temporal deste capítulo é mais amplo, pois remonta brevemente há um tempo antigo, no século XIX, para explicar a origem dessa forma de organização socio territorial

próxima aos rios antes do barramento do rio, em 2010, como era o Xingu antes de Belo Monte.

Ao final desta dissertação, pretende-chegar à conclusão sobre como as diferentes perspectivas de concepção do território – o território tradicional ribeirinho e o território instrumental que existe sob o controle e vigilância das empresas são incapazes de coexistirem, pois servem a interesses e propósitos distintos. Ainda que a NESA detenha a concessão sobre o uso dessas áreas lindeiras ao reservatório pelos próximos 25 anos, o território é ancestral e os povos do rio que ali viviam (e vivem) já existiam antes mesmo de um projeto chamado Kararaô e depois Belo Monte sobrepuja-los.

A tentativa de domínio das empresas sobre um território tradicional, por meio do uso de mecanismos de controle e vigilância, a “empresabilidade”, pode gerar uma desfiguração territorial desorganizada, que não só afasta como também esgarça as costuras e amarras do território em rede. A sua reconfiguração ou reconstrução, portanto, só é possível a partir de suas próprias bases comunitárias, não sem ruínas e cicatrizes. Essa aterrissagem mais recente das empresas nos territórios, portanto, nada mais é do que a própria colonização, autorizada pelo Estado Nacional e agora terceirizada aos atores privados.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Os ribeirinhos, sujeitos principais desta pesquisa, também conhecidos como beiradeiros, são populações tradicionais que vivem às margens dos rios e ilhas amazônicas, onde constroem suas moradias, temporárias ou não. O termo “beiradeiro” foi cunhado para identificar os povos que viviam nos “beiradões”, nas beiras dos rios. Apesar de ser considerado um termo pejorativo no passado, com o passar dos anos e afirmação identitária construída a partir de características e conhecimentos tradicionais únicos, os beiradeiros foram apropriando-se e reconfigurando o uso da palavra de acordo com suas vontades. A fim de não tornar a escrita repetitiva, pretendo fazer o uso das palavras ribeirinhos, famílias ribeirinhas (quando tratar-se de mais de um núcleo familiar), beiradeiros ou ainda povos do rio.

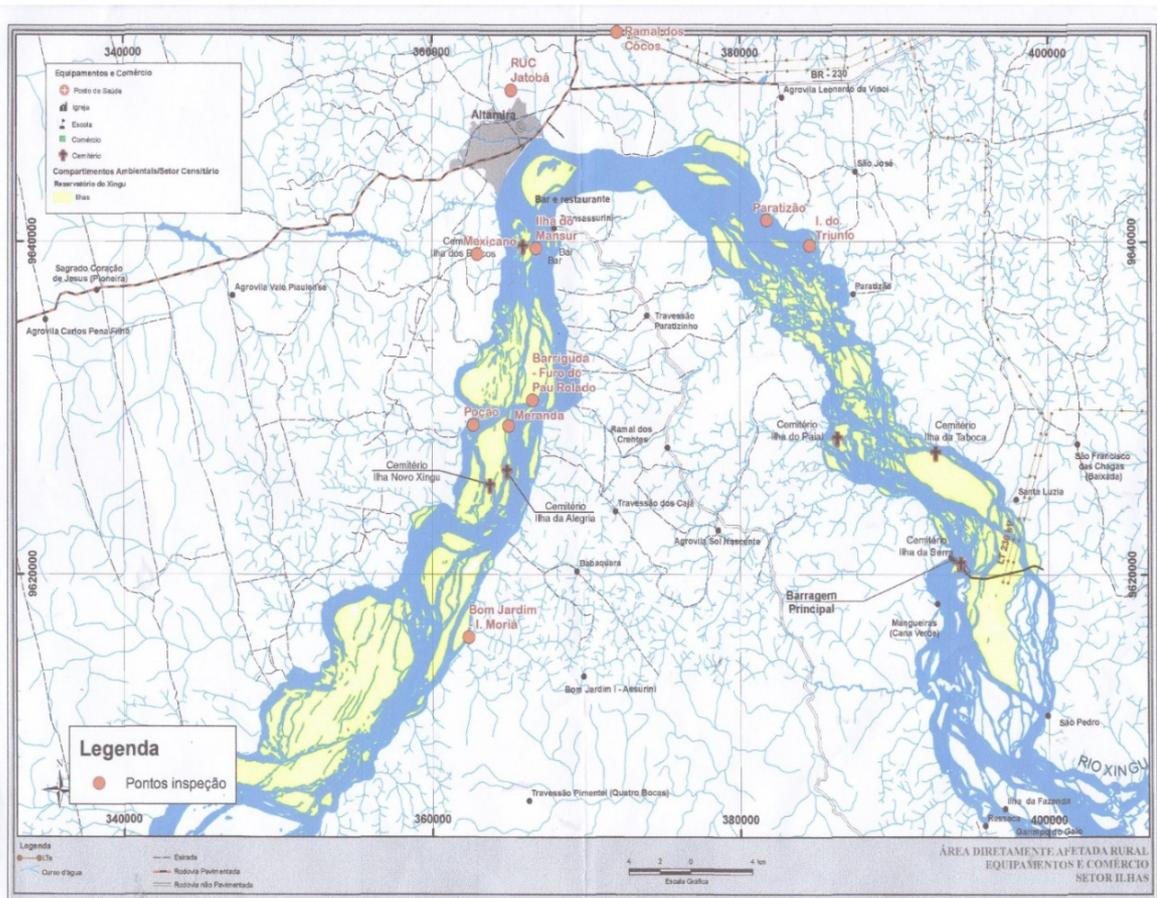
Antes de mais nada, é importante explicar que para os povos do rio não há uma divisão dos elementos da vida como para nós, povos que habitam as cidades, compreendemos. Para eles, tudo gira em torno da vida e não há uma separação do que é território, corpo, alma e natureza. A natureza permeia e engloba tudo o que é vivo, todos

os seres, sejam humanos ou não humanos como insetos, animais em geral e vegetais. Tudo o que é vivo deve ser respeitado, independente do seu tamanho ou papel que exerce na manutenção da socio biodiversidade. O território, portanto, não é uma categoria a parte, que deve ser analisada isoladamente dos outros elementos, porque não existe nada descolado da vida, mas sim considerado como parte da vida, porque sem o território, para os ribeirinhos, não é possível ter vida. Assim como não é possível a existência das plantas e das formigas sem a terra, o ar, o sol e a chuva. Tudo está conectado e ninguém vive só. Se um elo desta cadeia sucumbe, todos caem. Assim como trabalharam as formigas obreiras, trabalham sistematicamente organizados os povos do rio no território em rede.

O aprendizado sobre todas as coisas na vida parte da observação e prática, aliada a conhecimentos ancestrais e sistemas tecnológicos tradicionais. A pesca é um grande exemplo das técnicas que são aprendidas de geração em geração e são aperfeiçoadas. Pelo fato de ser a principal atividade socioeconômica dos povos do rio, não será analisado, nesta pesquisa, os sistemas agrários em sua especificidade. Analisar-se-á, todavia, como as empresas tem ofertado o plantio de cacau como principal atividade econômica, em detrimento da escassez do pescado. A palavra rural é uma caracterização que tampouco identifica estes povos do rio especificamente, que vivem entre o meio urbano e rural ou entre a cidade e a “rua”, como será explicado mais adiante, tendo o sistema de dupla moradia como característica.

De um total de 313 famílias reconhecidas pelo Conselho Ribeirinho, debruçar-me-ei somente sobre algumas análises específicas no que tange ao universo das 121 famílias que foram reassentadas entre 2015 e 2017 pela Norte Energia. Apesar das observações e narrativas quase sempre apontarem e referirem-se a um grupo mais amplo, forma de organização coletiva dos ribeirinhos, os principais casos mencionados na pesquisa giram em torno de cinco núcleos familiares que viviam em cinco localidades diferentes no Território Ribeirinho, os quais são: Raimundo Braga Gomes, da **Ilha do Costa Junior**, João Delmiro Lima dos Santos e seu filho, Romário Barros Santos, mais conhecido como “Marinho”, da **Ilha da Barriguda**, Euclides Câmara Filho, do **Bacabal**, localidades à montante do centro de Altamira. À jusante de Altamira estão os núcleos familiares de Leonardo Batista Juruna, cujo apelido é “Aranor” e Cleo, casado com a sobrinha de Aranor, Daiane Batista de Lima, do **Paratizão**, e Rita Cavalcante, da **Ilha do Bacabal do Cotovelo**. Dos cinco núcleos familiares, apenas três já foram reassentados e puderem retornar ao território nas localidades do Bacabal, Paratizão e Cotovelo. A

localidade do Poção, à montante de Altamira, na margem direita subindo o rio em direção à Ilha do Costa Junior, também será destacada adiante pois nesta área específica, uma região de baixão, a Norte Energia apostou para o reassentamento de 13 famílias, que acabaram não permanecendo devido à precariedade de acesso às terras que ficou alagado após o enchimento do lago-reservatório. Abaixo é possível verificar o mapa das áreas no Território Ribeirinho destacadas por localidade:



Mapa 2: Mapa do Território Ribeirinho com as localidades antes da construção da UHE Belo Monte, fonte: Juan Doblaz/ISA, 2015.

Assim como mapas, imagens e símbolos são construções sociais, justificar-se o porquê adiante no tópico 1.2, assim também os são os textos, que partem de uma determinada visão de mundo recortada pelo escritor ou escritora, pesquisador ou pesquisadora para escolher o objeto de análise. Partindo do pressuposto que essas escolhas não são imparciais, até mesmo o uso das palavras a serem determinadas são importantes. Por isso, neste trabalho de pesquisa, não utilizarei as palavras do

empreendedor ou das empresas para fazer referência aos ribeirinhos ou ao Território Ribeirinho, tais como são reservatório, público atingido, área direta ou indiretamente atingida, mitigação, realocação, etc.

A fim de fundamentar a hipótese deste trabalho, pretendo utilizar o método dialético, pois ele é capaz de abarcar as principais problemáticas e contradições existentes no território. O território complexo e difuso, simbólico e instrumental, compreendido a partir da ótica de Milton Santos será analisado a fim de apoiar a defesa dos meus argumentos. A teoria miltoniana aponta que as empresas são os grandes centros frouxos do mundo, que fogem ao controle dos Estados e que por meio do capital transnacional atingem até mesmo os lugares mais remotos do planeta Terra. Quando essas empresas aterrissam nos territórios promovem a desorganização ou desfiguração. A reconfiguração territorial, portanto, apenas poderia ser promovida pelos povos que ajudaram a construí-lo sobre suas próprias bases.

Tendo como referência a teoria política, cuja referência vem desde a graduação, e a convivência com antropólogos e teóricos da comunicação desde a minha infância, não há como negar as referências que trago no bojo dessa formação que ficam explícitas neste trabalho. Assume-se, portanto, nesta dissertação, uma narrativa de experiência vivida e a pretensão de dar voz aos ribeirinhos a partir deste relato, da forma como pude observar e interpretar suas falas, conhecimentos e saberes.

Os antropólogos Arturo Escobar, Mauro Almeida, Manuela Carneiro da Cunha e Sonia Magalhães forneceram o embasamento teórico necessário para auxiliar na compreensão do modo de vida ribeirinho, saberes e técnicas tradicionais. O conceito de “governamentalidade”, de Foucault, é essencial para compreender quais as implicações da sociedade de controle nos territórios e de que forma o Estado e as empresas, ao exercer este tipo de poder coercitivo, tem a capacidade de alterar o modo de vida e o trabalho das pessoas no território.

É importante citar que as bases para a elaboração deste trabalho de pesquisa foram adquiridas a partir da convivência com os povos do rio, dentre elas fazem parte as entrevistas qualitativas, os trabalhos de campo e as diversas reuniões e encontros na cidade e no rio junto ao Conselho Ribeirinho durante os anos de 2016 a 2019. Enquanto parte do time de assessoria técnica e grupo de apoio ao Conselho, este trabalho foi financiado pelo Instituto Socioambiental (ISA) de Altamira, organização não

governamental reconhecida pela seriedade e comprometimento com o trabalho juntos aos povos indígenas e ribeirinhos da região do médio Xingu e em outros territórios e áreas protegidas no Brasil. Além das entrevistas, vistorias e trabalhos de campo, a leitura de documentos, notas e pareceres técnicos, durante o acompanhamento deste trabalho foram fundamentais para compreensão do processo como um todo.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa são: a) coleta de dados primários através da realização de entrevistas qualitativas com 118 famílias diretamente impactadas pelo deslocamento forçado junto a um grupo de pesquisa composto por outras três colegas de trabalho (Alexandra Freitas, Ana De Francesco e Denise Graça); b) análise documental e elaboração de relatórios, documentos, notas e pareceres técnicos, atas e memórias de reuniões; c) visitas e vistorias a campo ao menos duas vezes por mês durante os anos de 2017, 2018 e 2019; d) participação e organização de reuniões na cidade e no campo, participação em audiências públicas, oficinas, além de coleta de dados secundários existentes em sítios na internet.

As variáveis a partir das quais pretendo me debruçar a fim de analisar e compreender a tentativa de desfiguração socio territorial e econômica em curso no Território Ribeirinho são:

1. Tempo livre e lazer: as praias
2. Divisão do trabalho, produção e renda: a pesca

CAPÍTULO 1: A TERRA

Neste primeiro capítulo analisa-se o território concebido pelos ribeirinhos, a interpretação da proposta da Norte Energia S.A. para reassentamento das 121 famílias no lago-reservatório e como muitas das famílias enfrentavam problemas de acesso e dificuldades de subsistência na área. Nesta parte, busca-se o significado do conceito do território em rede para os ribeirinhos e como a presença constante das empresas no território tem contribuído para a mudança nas atividades produtivas tradicionalmente desempenhadas por eles.

Além das dificuldades com relação à geração de renda e subsistência, com a suspensão das atividades produtivas e escassez do pescado após o barramento do rio, há uma preocupação sobretudo com a reconfiguração socio territorial em curso no médio Xingu. A dispersão dos ribeirinhos no território, a presença de regras e cercas que limitam as áreas lindeiras ao território e a consolidação de mecanismos de controle e vigilância tornam-se cada vez mais presentes.

1.1 “A meia lua”

Foi depois de um riso em alto e bom som que fui capaz de compreender que a minha primeira tentativa de rascunhar o tracejado de uma área de reassentamento não era só um riso, mas sim uma clara desaprovação do meu primeiro desenho de mapa do Território Ribeirinho. “Vocês, brancos, não entendem nada”, foi o que me passou pela cabeça quando resolvi assentar o canetão e calar. Sorte foi ter o Cléo ao meu lado, generoso, que proferiu a risada, mas logo se prontificou a desenhar no meu lugar. Cleo Francelino de Aquino, sempre risonho, meu amigo e conselheiro ribeirinho. Apesar das diferenças no tracejado de um desenho do território, que fazia sentido para ele, Cleo nunca debochou do meu desenho. Sua manifestação em tom de riso foi só para distrair e voltar ao foco de quem realmente era o protagonista daquele lugar de fala.

Cleo, grande parceiro de trabalho, pertence ao núcleo familiar de Aranor, o Leonardo Batista, de quem falei um pouco acima. Tal como Aranor, ele também vivia com sua família na região do Paratizão, em uma terra logo abaixo de Altamira, cerca de meia hora de voadeira (embarcação mais rápida, de alumínio e motor de alta potência) ou uma hora de rabeta (embarcação geralmente de madeira, que pode ser canoa ou catraia, mas também pode ser de alumínio com motor-rabeta, motor de popa de baixa potência).

Ambos, como todos de sua família, foram cadastrados pelas empresas terceirizadas, contratadas pela NESAs, e depois obrigados a sair de seu território tradicional.

Naquele dia do mês de maio de 2019, que começou com o desenho do mapa, estávamos reunidos – ribeirinhos, conselheiros e assessoria técnica do Instituto Socioambiental, Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Defensoria Pública do Estado e a universidade paraense. O objetivo da realização destas oficinas em 2018, na Universidade Federal do Pará (UFPA) era reunir os conselheiros e conselheiras ribeirinhas para refletir, elencar indicadores do que seria um bom lugar para viver, o “bem viver”, e pensar em caminhos para a futura categoria jurídica do território.

Cleo desenhava para tentar explicar à assessoria técnica o que era a “meia lua” (observar a figura 1 abaixo) que as empresas e a concessionária ofereceram na segunda proposta⁹ de reassentamento das famílias ribeirinhas. A porção em terra firme de 500 por 250 metros equivale a uma área aproximada de 12,5 hectares, no máximo. A meia lua, nomeado pelos próprios ribeirinhos de forma crítica à figura apresentada, era ainda menor, 9,8 ha, se for considerado um raio de 250m. Esta concepção de divisão do território, para os beiradeiros, tornava-se muito diferente da configuração anterior, antes da UHE Belo Monte.

⁹ A primeira proposta de retorno ao território previa apenas o reassentamento em ilhas remanescentes (RIR).



Figura 1: Cleo Francelino de Aquino desenha o verdadeiro mapa das áreas do Território Ribeirinho em oficina na UFPA, maio de 2019, foto da autora.

Além disso, a proposta não se baseava em “um estudo prévio das áreas de uso no território, das técnicas de agricultura tradicional ou da capacidade de suporte dos ambientes” (Villas-Boas, et. al, 2016, 341). O semicírculo ou meia lua à qual os ribeirinhos faziam referência nada mais era do que uma tentativa das empresas de tornar o desenho da terra mais próximo da realidade, pois eram áreas assimétricas e não lineares.

De acordo com o público beiradeiro diretamente impactado, antes do barramento do rio, havia a construção de uma configuração territorial específica, delimitada por morros, açazais, castanhais, babaçuais, igarapés e igapós, embora este nunca fosse um símbolo de segregação, mas sim de áreas coletivas, com uso compartilhado. “A meia lua”, o semicírculo ou o lote, como chamavam as empresas no início, sendo a parte de um todo que se reparte, já implica em segregação. Esta forma de configuração do território dividido por croquis realizados pelas empresas e delimitados por pontos de GPS não era comum à história de vida ribeirinha e à forma como se organizavam previamente ao barramento do rio.

Embora a minoria das famílias – apenas 10 núcleos familiares de um universo total de 118 entrevistados – possuísse o título definitivo de propriedade da terra, concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na

década de 1970, a maioria que morava nas ilhas e margens possuía o Termo de Autorização de Uso Sustentável, o TAUS, concedido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Era prática comum também os ribeirinhos se fixarem às margens do rio e possuírem um vínculo de trabalho para um colono ou para o proprietário de uma fazenda, que concedia a área para uso e moradia, como exemplifica o caso do senhor Leonardo Batista, o Aranor. Nestes casos, eram chamados de caseiros por apoiarem o proprietário nos cuidados da área ocupada.

No gráfico abaixo é possível identificar a quantidade de famílias entrevistadas que possuíam ou não algum registro de trabalho ou documento de posse, uso e ocupação da área:

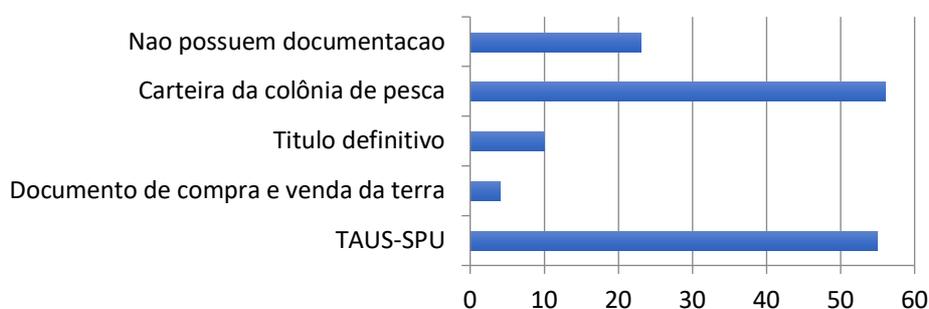


Gráfico 1: Número de entrevistados que possuíam a documentação de trabalho ou o registro da terra

Como resultado desta oficina realizada na UFPA, em maio de 2019, o grupo de apoio e a assessoria técnica da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o intuito de começar a refletir sobre as categorias jurídicas do território, apoiou o grupo de conselheiros a elencar os principais indicadores para o “bem viver” ou uma boa vida para os ribeirinhos no território. Eis que surgem temas principais que podem ser visualizados na imagem abaixo e estão relacionados à: tempo livre, trabalho e renda, saúde, harmonia comunitária e com a natureza, participação política, espiritualidade, educação, moradia, comunicação e liberdade. Outros temas e preocupações a respeito do futuro no território também foram elencados, como qualidade da água, segurança alimentar e segurança física no território. Sobre este último tópico, os conselheiros demonstraram preocupação com a ocorrência constante de pequenos furtos e roubos nos reassentamentos no território.

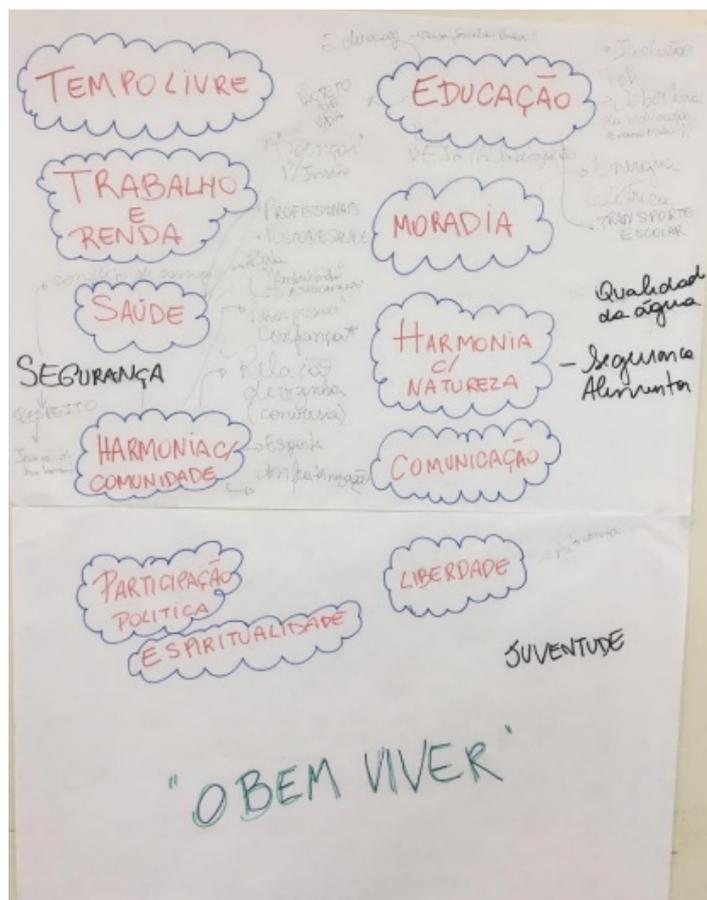


Figura 2: Indicadores do “Bem Viver” para os ribeirinhos em 2019.

1.2 A potência das imagens e dos símbolos

“Símbolos vivem mais longamente que homens” escreve o cientista da mídia Harry Pross nas suas memórias (Pross, 1993, 15). Símbolos, mapas e textos são construções sociais que perduram ao longo do tempo. Assim como os símbolos, as representações cartográficas, cartesianas ou não, estão repletas de significados. O geógrafo e historiador de cartografia John Harley, em 1989, em “Desconstruindo o mapa” denuncia a crise das representações cartográficas, argumentando que o mapa deve ser lido como um texto ou um discurso. Os mapas não seriam apenas como “janelas transparentes” para o mundo, senão uma forma peculiar de ver, construir e fabricar mundos (Harley, 1990).

O Professor de Geociência Jörn Seeman (2003) traz à tona este debate em seu artigo “Mapas e as suas ‘agendas escondidas’: proposta para uma cartografia crítica no ensino da geografia” ao trazer exemplos de mapas turísticos e atlas infantis. Os primeiros, destacam e omitem informações a respeito do lugar, enfatizando os pontos positivos de um lugar, enquanto os últimos trazem uma imagem estereotipada e despolitizada da

realidade. Assim, ao se deparar com uma representação cartográfica é preciso questionar: quando, como, por quem e para quem o mapa foi produzido. Perguntas que se assemelham a de um repórter, por exemplo, que ao se deparar com uma notícia reflete sobre as mesmas questões ao iniciar um texto. Toda e qualquer narrativa pressupõe um viés, recorte ou interesse.

Até mesmo um fotógrafo ou cineasta, ao capturar um campo imagético, escolhe o ângulo, a luz ou os objetos que farão parte daquele enquadramento específico. Assim também o faz o cartógrafo ou aquele que solicitou o trabalho representativo de uma determinada localização, por exemplo.

O filósofo tcheco Vilém Flusser, em sua antológica obra “A filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia” (1985) expõe brilhantemente em seu pensamento que toda e qualquer imagem – seja ela um mapa, foto, texto, recorte, enfim, qualquer símbolo, é superficial. Mesmo aquelas que procuram criticar ou denunciar opressões, pois abstraem as dimensões de mundo e transcodificam processos em cena. Toda imagem que vemos é uma superfície que pretende demonstrar algo, portanto, é superficial. Sua profundidade está codificada, como por exemplo, a perspectiva altimétrica de um mapa territorial. Assim, para aprofundar na superfície é necessário decodificar aquela imagem ou representação gráfica, afim de reconstruir as dimensões que lhe foram abstraídas.

Cabe refletir se as imagens, tanto as tradicionais (pinturas rupestres, renascentistas ou contemporâneas produzidas artesanalmente) como as técnicas (mapas, fotografia, cinema), nos ajudam a entender ou nos afastam do mundo. Quando o Homem criou as imagens na pré-história, inventou símbolos que representam coisas, sejam os animais, o sol, a lua ou a chuva, que se interpuseram entre o homem e o mundo. Assim, o homem passou a compreender o mundo através deles. As imagens tem como propósito serem “mapas do mundo”, mas passam a ser como cortinas ou biombos. E “o homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens”. (Flusser, 1985, 7).

Como Harvey, Flusser também argumenta que a imagem não é uma mera “janela transparente” para o mundo, mas sim tão arbitrária e manipulada quanto outros meios de comunicação. É possível, entretanto, subverter esse distanciamento do mundo “rasgando” esses biombos, cortinas ou escancarando essas janelas. É neste ponto que emerge o

pensamento crítico e com ele a necessidade de decifrar símbolos e imagens para eles não nos engolirem ou enganarem tendo em vista que:

“Símbolos vivem mais tempo do que os homens, porque são construções sociais, são obrigados a oferecer uma dimensão prospectiva e uma dimensão retrospectiva do tempo. A dimensão prospectiva garante o contrato social chamado futuro. A dimensão retrospectiva garante o lastro chamado história”. (Norval Baitello Junior. O animal que parou os relógios, 1997, p.106).

1.3 “GPS humano”

Com o intuito de descortinar as janelas deste mundo, Cléo, sábio e ligeiro conhecedor do território, criou o termo “GPS Humano” para identificar a si próprio e a Aranor, ancião dos caminhos e piloto da expedição. Com o seu senso de localização e orientação mais calibrado que os aparelhos de GPS das empresas, o termo justificou-se. Até mesmo as mudanças que ocorreram nos caminhos por onde passávamos já eram conhecidas com perspectiva e falavam desde o barco: “Ali dentro não vamos conseguir andar porque é área de baixão, bora rodear pela ilha de dona Maria porque ali tem um igarapé que vara do outro lado”.

Entre os anos de 2015 a 2016, a concessionária Norte Energia contratou empresas para apresentar os mapas com os pontos de reassentamento das famílias no beiradão. Ao ler o mapa em sua superfície, após uma dezena de oficinas e reuniões a fim de reler e tentar decifrar os mapas apresentados com os pontos de alocação propostos, o grupo representativo dos ribeirinhos a serem reassentados optou por realizar uma expedição in loco para verificação e apresentar, posteriormente, seu próprio mapa com a proposta de território.

As expedições para mapeamento das áreas do Território Ribeirinho foram fundamentais para a) definir áreas e critérios para o reassentamento das famílias ribeirinhas; b) estabelecer prioridades no processo; c) estabelecer áreas de preservação e de uso coletivo; d) descartar áreas impróprias para moradia, como uma região de “baixão” (áreas com altimetria mais baixa que ficam alagadas parcialmente ou durante o tempo

todo), parcelas de terras muito íngremes e áreas com muita pedra, inadequadas para o cultivo da roça; e) inserir, dentro da proposta territorial, a espacialização das moradias.

O trabalho de mapeamento das áreas no Território Ribeirinho ocorreu entre abril e maio de 2018 e foi organizado pelos próprios membros do Conselho Ribeirinho (grupo representativo dos ribeirinhos) e pelo grupo de apoio ao Conselho formado pelo ISA, MPF e UFPA. A partir deste trabalho em campo, foi possível identificar e provar, na prática, que as áreas propostas pela NESA para reassentamento eram insuficientes. Portanto, o Conselho Ribeirinho, junto ao grupo de apoio, desenvolveu seus próprios mapas recomendando à Norte Energia a aquisição de novas áreas lindeiras à proposta inicial de reassentamento, a fim de garantir o reassentamento respeitando seu modo de vida tradicional e a coesão territorial. Este foi um passo muito importante para o início da retomada do território pelos ribeirinhos.

1.4 O território em rede

Como uma agulha une os pontos ao tecer a costura, os ribeirinhos o fazem na sua relação com o rio, com a terra e com os seus semelhantes há centenas de anos. A fim de defender meus argumentos nas próximas linhas que se seguem, pretendo utilizar o conceito de **território em rede** para compreender melhor este espaço onde se dá a costura das relações no rio e na cidade, gerando uma relação de interdependência.

Muito embora a construção da UHE Belo Monte tenha causado o esgarçamento do tecido social e da rede que amarra e sustenta os povos do rio no território, ele não deixou de existir ao longo da última década. Ainda que esfacelado e traumatizado, diante da desconfiguração territorial que a barragem causou, o território em rede resiste. O que sustenta essa argumentação é a organização e união das famílias impactadas que, juntamente às instituições públicas como defensoria, ministério, universidade, bem como organizações de apoio à sociedade civil, tecem e recosturam os elos mais fracos dessa rede.

A ciência geográfica é o estudo do espaço habitado pelo ser humano e o espaço é a mãe de todas as categorias. O espaço é dinâmico porque é o “resultado da ‘geografização’ da sociedade sobre a configuração territorial” (Santos, 2015, 85). O geógrafo e pensador resume nesta frase a ideia de que mesmo que as formas no espaço

permaneçam as mesmas (ou mudem completamente como ocorreu em Altamira), as relações sociais sempre podem mudar, por isso o espaço não é estático.

A configuração territorial não diz somente sobre o território, mas sim sobre o conjunto dos objetos existentes, sejam eles naturais ou artificiais (Santos, 2014, 83). Dentre os naturais há os rios, lagos, montanhas e florestas, os artificiais ou criados são as barragens, estradas, cidades e etc. O arranjo de todo esse sistema forma a configuração territorial, que é a totalidade dinâmica do espaço.

Este conceito, não obstante muito importante para a compreensão do território, não é suficiente para traduzir, de forma potente, aquilo que vivenciei nos últimos anos e tentarei defender a partir de agora. O território em rede é fundamental para o funcionamento desse sistema complexo que é a configuração territorial ribeirinha tradicional. A rede está inserida na própria totalidade, entrelaçada ou costurada (ela só funciona assim), pois é um conjunto composto pelos rios, lagos, igarapés, florestas, açaiçais, peixes, gelo, isopor, pessoas e uma diversidade infinita de técnicas.

Em “A Natureza do Espaço” (2017, 29), Santos inicia sua obra explicando que técnicas são um “conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Mais do que isso, as técnicas utilizadas pelos ribeirinhos são aprendidas de geração em geração, e só são possíveis a partir de relações ancestralmente respeitadas e interdependentes entre os povos do rio. Sobre as técnicas, falamos mais adiante no capítulo 3.

A partir de pesquisa de campo com os ribeirinhos e com o apoio de pensadores e pesquisadores, foi possível verificar que os povos do rio costuram o sistema de objetos (recursos naturais e artificiais) e as técnicas com as suas relações de vida, seja com indivíduos ou com instituições presentes no território compreendido. Relações essas cujo conceito de reciprocidade é fundamental para que prosperem.

O Território Ribeirinho em rede, portanto, compreende não só as relações entre os povos do rio nas suas margens, mas também está vinculado às relações que pressupõe oferta, troca, respeito e afeto mútuo. Não se defende aqui que é na cidade que essas relações se dão, ao contrário. É inegável, contudo, que há uma relação muito próxima com a *rua*, que existe não só para garantir o acesso à educação, saúde e aquisição de itens básicos, mas também para garantir o sustento da família por meio da comercialização do pescado, da farinha, de frutas ou de outras produções. A dupla moradia das famílias

ribeirinhas exemplifica bem essa relação, principalmente quando falamos dos que viviam mais próximos à cidade de Altamira.

Ainda que longe do rio ou na “rua”, como chamam a cidade, esses elos perdidos foram sendo buscados, como um ímã atrai as agulhas. Assim vivenciei o primeiro ano de trabalho com os ribeirinhos. Eles eram o ímã buscando uma diversidade de agulhas no enorme palheiro que virou a zona urbana e rural de Altamira após a UHE Belo Monte. Faltava a costura.

A busca incessante pelos seus semelhantes era tarefa árdua, mais difícil ainda era continuar vivendo das migalhas concedidas pelo empreendedor. Portanto, um grupo forte e coeso, diante das malhas esgarçadas pelo governo e agora também pelas empresas, precisou se reunir e se fortalecer novamente para a defesa de seu território tradicional. Este grupo é o Conselho Ribeirinho.

O Conselho foi criado em novembro de 2016 para dar voz, autonomia e reconhecimento aos ribeirinhos do rio Xingu que foram invisibilizados¹⁰ pela concessionária, empresas e Estado Brasileiro quando foram expulsos de suas terras e ilhas no beiradão. “O Conselho luta pelo direito daqueles que tiveram que sair de suas terras e ilhas,” explica seu Aranor.

As relações de parentesco e vizinhança, bem como às atividades tradicionalmente realizadas no território são essenciais para a reprodução do modo de vida tradicional ribeirinho. Sem essa costura feita por eles – sistema de objetos e ações, técnicas e território, o modo de viver dos povos do rio é prejudicado. Retomando às buscas pelos antigos vizinhos do beiradão, após o trabalho de reconhecimento social realizado pelos ribeirinhos junto ao grupo de apoio, começa uma verdadeira caça às pessoas em 2017. Sem este elo, tudo ficaria mais difícil, pois a rede só poderia ser tecida novamente com as pessoas que faziam parte desta vida anterior.

Como parte do grupo de apoio, estive presente nessa busca incansável ao lado de pessoas que não dispunham de recursos financeiros para pagar o transporte, mas tinham energia suficiente para caminhar por horas no sol quente, apesar da idade de muitos. Andamos, pedimos carona e telefonamos para muita gente. Primeiro, tentamos acessar os

¹⁰ Este termo foi utilizado pela procuradora da República, Thaís Santi, no processo que culminou na elaboração de um relatório sobre “A Expulsão de Ribeirinho em Belo Monte”, organizado por Sônia Barbosa Magalhães e Manuela Carneiro da Cunha, publicado pela SBPC em 2017.

ribeirinhos da lista (a ser explicado mais adiante) por meio dos parentes e antigos vizinhos. Entretanto, nem todos possuíam endereço ou telefone, o que dificultou a procura. Descobrimos que alguns viviam na própria embarcação ou *arranchados*¹¹ na beira do rio, outros haviam sido reassentados muito longe de Altamira, na zona rural de outro município, e outros infelizmente já haviam falecido. Felizmente, depois de muito suor e energia, a maioria foi localizada e inicia-se assim a costura da malha como um todo para a retomada territorial.

Para os povos e comunidades tradicionais, o território é sagrado pois é onde assegura-se a existência como povo, como cultura em plena convivência com a natureza e com os espíritos, é onde cuida-se da terra. Mobilizadas contra a mineração ilegal de ouro, as mulheres negras de uma comunidade conhecida como La Toma, na Colômbia, têm como slogan de sua marcha: “O território é a vida e a vida não se vende, se ama e se defende” (Escobar, 2016, 361). Trata-se da defesa da proposta de um território como vida pretérita e futura, como espaço social, simbólico e sensorial. O território é visto como abrigo, como sinônimo de casa. Sem ele é impossível obter as condições necessárias para a reprodução da vida.

Acerca da proposta de reassentamento das famílias proposta e realizada pelos próprios ribeirinhos, as narrativas indicam que o projeto de vida para estas pessoas é o de retomada territorial visando a autonomia, valorizando as multiplicidades e as diferentes formas de trabalho no território, ou seja, respeitando a sua própria organização. Princípios como autonomia, comunidade e territorialidade são os conceitos chave da corrente de movimentos que lutam pela terra de maneira autônoma, que vem desde o México com o zapatismo, envolvendo toda a latinoamérica e formando um pensamento crítico no continente (Escobar, 2016).

O conceito de territorialidade é relevante neste contexto, pois ajuda a explicar e diferenciar o território simbólico do instrumental. A territorialidade pressupõe uma proximidade, um envolvimento e simbolismo diferenciado entre as pessoas que se relacionam no território. Em ambos os conceitos – simbólico e instrumental, o conflito é pré-existente já que o território é como um campo minado, onde forças políticas tentam se impor por meio das relações de poder, defendendo objetivos diversos. O território simbólico, visto como abrigo, não é o mesmo território compreendido como instrumental

¹¹ Palavra utilizada pelos beiradeiros para descrever um local utilizado como moradia temporária. Era muito comum os pescadores construírem pequenos “ranchos” onde passavam um tempo durante a pescaria.

ou fonte de recursos, aquele onde as empresas e o governo sobrepõem suas forças para utilizá-lo a um determinado fim. Não significa que o território não seja político ou instrumental para os ribeirinhos, ele o é desde sempre, por isso lutam até o fim pela sua permanência nele com dignidade e respeito.

O território, em sentido mais restrito, é o nome político para o espaço de um país. É “unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (Santos, Silveira, 2001, p. 19), por isso é tão importante. Mais além, o território é a matriz da vida social, econômica e política e é nessa esfera que Milton Santos considera as grandes empresas como “os centros frouxos do mundo”, que escapam ao controle dos Estados, impondo desordem e fragmentando os espaços:

“(…) para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesmas e desordem para o resto. De modo geral, e como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado e incoerente”. (Santos; Silveira, 2001, 258)

Santos afirma ainda que as grandes corporações não têm responsabilidade moral nem social e utilizam seu poder hegemônico para explorar os territórios como fonte de recursos, desconsiderando as dinâmicas locais preexistentes.

1.4.1 Da divisão do trabalho

Assim o professor e pensador da comunicação, Norval Baitello, explica o sucesso de formigas, cupins e abelhas no curso da evolução: “(…) sua fragilidade é sua força. Porque são frágeis, certos seres vivos constituem sociedades complexas e sofisticadas, capazes de executar tarefas gigantescas” (1997, 113). E este sucesso só é possível através de um refinado convívio social. Para além disso, o teórico explica que somente com a divisão do trabalho (integração) e simultaneidade (sincronização), aliados à uma comunicação eficiente entre o grupo, é possível desempenhar diversas atividades complexas e que levam tempo como gerar, cuidar e alimentar as crias, construir e cuidar de uma casa, defender o território, entre outras.

Partindo para a teoria geográfica, com o objetivo de tentar compreender como esta ciência estuda a divisão do trabalho em uma esfera mais ampla, o espaço social, cujas

bases para sua sustentação estão associadas ao modo de produção em um determinado tempo histórico (Santos, 1977, 88). De acordo com Santos, nenhum grupo social exerce papéis permanentes, já que estes variam de acordo com o tempo e a divisão social do trabalho no espaço, determinados pela produção em uma escala global e local.

O espaço também é resultado de trabalhos realizados anteriormente, é sincrônico e diacrônico, ou seja, é o passado que reage e converge com o presente e que se modifica com a inserção de novos atores no tempo histórico. É fundamental compreender como funciona a divisão do trabalho, que “movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares” (Santos, 2017, p. 131). Em suas obras, o teórico reflete sobre a divisão internacional e territorial do trabalho, que move a distribuição ou concentração da totalidade dos recursos no espaço.

Com o intuito de compreender essas mudanças que não tem origem somente no local, mas que afetam intensamente todos os lugares, Milton Santos cita as “economias mundo”, já que a mancha do capitalismo com suas técnicas entranha-se cada vez mais nos espaços e gera segregação. Na concepção de Santos, é a era da informação e das tecnologias que move intensamente a divisão internacional e que resulta na divisão territorial do trabalho.

Desta maneira, o espaço é modificado na medida em que os lugares são afetados, ou seja, os recursos totais disponíveis distribuem-se e concentram-se como resultado da divisão do trabalho em cada local, influenciado fortemente pelo capital global, que cria hierarquias e fragmentações. Assim defende o geógrafo: “A divisão territorial do trabalho cria hierarquias entre os lugares e, segundo sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir das pessoas, das firmas e instituições” (Santos; Silveira, 2001, p. 21).

Aqui chegamos a um ponto de extrema relevância para compreender de que forma a política das empresas e do governo, utilizando seu poder de inserção local, interferem nos territórios a ponto de modificá-los de acordo com seus próprios interesses e vontades. A presença das empresas no rio Xingu após a UHE Belo Monte não só desorganizou o espaço geográfico social e, conseqüentemente, a configuração territorial, como também gerou e intensificou conflitos ao expropriar do seu lugar de trabalho os povos do rio.

Dependendo do momento histórico, as empresas ditam a forma e a distribuição do trabalho – “trabalho vivo ou morto”. Para o geógrafo, o conceito de “rugosidades” no espaço, que é definido pela herança do passado histórico associado políticas econômicas atuais são essenciais para compreender as dinâmicas territoriais no tempo-espaço. As rugosidades nada mais são do que a sobreposição de trabalhos e acontecimentos pretéritos

nos tempos de hoje, modificados ou não pelas técnicas, mas sempre trazendo em seu bojo as heranças do passado colonial e escravocrata de um país como o Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX e mais fortemente no século XX, com a industrialização, o surgimento das telecomunicações, a abertura de estradas, a mecanização dos portos, ou seja, nota-se, no Brasil, as transformações influenciadas pela globalização. A dispersão das indústrias no território e a tendência ao fortalecimento das exportações privilegia o comando das empresas globais, que são responsáveis pela demanda no mercado externo.

Na medida em que essas relações se intensificam nos territórios, uma nova dinâmica imprevisível e alienada passa a ser exercida e os autores colocam: “são as novas caras da fragmentação territorial” (Santos; Silveira, 2001, p.254). O ponto chave colocado pelos autores, elemento central para justificar a inversão do poder do estado para ceder lugar ao domínio das empresas nos territórios, é a participação de cada país no mercado financeiro global, que anteriormente era regulada pelas relações políticas entre os estados-nação e que agora é dominada pelo capitalismo.

Com a globalização, as técnicas e as novas dinâmicas impostas pela divisão internacional do trabalho, prevalece a lógica das grandes corporações transnacionais, que passam a controlar não só o mercado, mas também as relações sociopolíticas, interferindo sobretudo nos territórios de países periféricos. Apesar de global, essa não é uma lógica universal e unívoca, pois cada empresa trabalha em função dos seus próprios interesses, buscando adaptá-los às práticas de cada nação através dos chamados “vetores ótimos da globalização” (Santos; Silveira, 2001, 256), que são os vetores do dinheiro puro ou os vetores tecno industriais (Becker, 2010, 21). Assim, “a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (Santos, 2017, 129).

A partir dessas reflexões, no subcapítulo “Do reassentamento” veremos como se dá o trabalho no beiradão após a construção da UHE Belo Monte.

1.4.2 “Antes não tinha nem regra nem cerca, agora tem”

Em uma viagem ao Território Ribeirinho em 2017, quando estávamos acompanhando uma das empresas terceirizadas na verificação das áreas de reassentamento à montante de Altamira, nos deparamos com algumas barreiras físicas e psicológicas ao longo da caminhada. Além dos arames utilizados para delimitar algumas

propriedades, que dificultavam nossa circulação durante o percurso, os funcionários da empresa faziam alguns comentários como: “não pode sair por mais de uma semana, senão perde o ponto” [ponto de ocupação já entregues pela NESAs aos 121 reassentados entre 2015 e 2016]. “O limite para limpeza da área para plantio é de 1 hectare senão o IBAMA multa” ou ainda “não pode fazer a casa fora do ponto [de GPS] determinado pela assessoria técnica senão a NESAs manda desmanchar”.

Ao final da vistoria em campo, cansados da jornada e das ameaças, aguardando os funcionários da empresa preencherem fichas, questionários e tirarem fotos dos reassentamentos, seu Raimundo, em tom de lamento diz: “pois é, dona Clarinha, antes não tinha regra nem cerca, agora tem”. Como não tinha muito conhecimento de como funcionavam as coisas antes da barragem, preferi balançar a cabeça concordando com ele enquanto pensava no que mudou.

Ao mencionar a existência de regras e o cercamento das propriedades após a UHE Belo Monte, o senhor Raimundo Braga Gomes, ribeirinho e pescador da ilha do Costa Junior, faz referência a uma nova configuração territorial ao longo da última década neste pedaço da bacia do Xingu. Com o objetivo de tentar compreender a comparação do seu Raimundo em um território onde ele nasceu há 70 anos, fui antes buscar o que poderia significar a palavra regra para ele naquele contexto.

A família do sr. Raimundo foi reconhecida pelo Conselho Ribeirinho apenas em 2016. Antes disso, ele havia recebido apenas uma indenização pelo o que a NESAs identificou como “ponto de pesca”, local onde ficava sua antiga moradia, agora submersa pelo enchimento do lago. A partir deste momento, iniciou um longo processo de reconhecimento de outras 13 famílias ribeirinhas nesta mesma localidade e, o Costa Junior, como área diretamente impactada. A partir de visitas a campo, relatórios produzidos pelo Conselho em parceria com o grupo de apoio e dados providos pela Agência Nacional de Águas (ANA), após inúmeras reuniões, o IBAMA finalmente reconhece o Costa Junior como impactada pela subida do nível da água do rio Xingu.



Figura 3: Casa do sr. Raimundo Braga Gomes, na Ilha do Costa Junior, parcialmente submersa. Foto: Cristiane Carneiro, março, 2017

Naquele momento, em 2017, o Costa Junior era a última região do lago a ser reconhecida como atingida, não obstante as dezenas de relatos e denúncias de moradores que vivem acima deste trecho, que suas localidades também se encontravam parcialmente alagadas. Em visitas a campo, registramos casas e roças embaixo d'água, ribeirinhos que tiveram que deixar suas moradias, pois ali não era mais possível viver como antes. Ainda encontramos uma família vivendo na Ilha do Costa Junior na casa que sempre moraram, mas como estava alagada, era preciso amarrar as redes nos esteios mais altos e garantir um fogareiro em cima da própria embarcação, coberto com uma lona.

Com o estreitamento das margens e mudança na linha da Área de Preservação Permanente (APP), os reassentamentos ficaram mais próximos das grandes fazendas, na divisa com o Território Ribeirinho, aos fundos. Desta forma, as cercas foram instaladas em algumas áreas lindeiras ao território para a) evitar que o gado saia do limite das áreas da fazenda; b) delimitar as terras ao fundo, seja do fazendeiro ou do colono no assentamento rural mais próximo. Em algumas divisas, onde as cercas já existiam, estas foram reforçadas e remodeladas, avançando até mesmo para além das fronteiras limítrofes da propriedade. Durante o trabalho de campo, observamos cercas que chegavam até a beira do rio, na APP, por onde o gado da fazenda circulava e descia para beber água.

Quando menciona o cercamento das propriedades e o desrespeito às áreas de APP por parte dos latifundiários, seu Raimundo denuncia, na prática, não só a violação da lei, mas também uma estratégia que comprime e divide o território dos ribeirinhos. Ao denunciar a invasão do gado da fazenda vizinha em sua área, que destruiu a plantação de macaxeira, um trabalho que durou mais de seis meses e que serviria para o sustento de sua família nos próximos meses, sr. Euclides, morador do Bacabal, demonstra-se insatisfeito e reclama: “A lei só serve pra gente”.

Nestas viagens que acompanhei com os ribeirinhos, entendi também que eles defendem a seguinte lógica: se essa área de APP agora é de domínio da Norte Energia¹², portanto, ela deveria cuidar, zelar e fazer a lei ser respeitada. Se a concessionária realmente estivesse trabalhando para isso, não ocorreriam as situações tão comuns que verificamos de invasão de pequenos e grandes animais (porcos, gado e búfalos), o avanço dos latifúndios, roubos e furtos nas localidades ao longo do território.

No contexto colocado pelo seu Raimundo, há algo de curioso quando ele menciona a ausência de regras no passado. A mudança em relação a configuração anterior à instalação da UHE Belo Monte, de acordo com relatos de alguns moradores locais, é que esta era uma região esquecida pelo governo, com escolas precárias e postos de saúde deficitários, quando estes existiam nas comunidades. Ou seja, além de ser uma população invisibilizada perante às instituições sociais, completamente deficitária de políticas públicas (muitos não possuíam o documento de identificação e não sabem ler ou escrever), também havia uma clara ausência do mecanismo de controle estatal nos beiradões do rio Xingu ou como muito se diz: “Uma terra sem lei”.

A tentativa de exercer o domínio de um território tradicional pode se dar pelos órgãos governamentais ou pelas empresas. Ambos, incentivados pelo capital neoliberal que busca atuar nos territórios e torná-los produtivos para o mercado global, as estratégias empresariais vinculadas ao agronegócio, ou as “agroestratégias” (Almeida, 2010), são relevantes e é sobre elas que falaremos adiante. É neste contexto que se dá a inserção das empresas privadas no território, ao assumirem mecanismos de controle, legitimadas pelo estado. Assim, os megaempreendimentos se fixam em territórios onde as relações de produção capitalistas não avançaram completamente, com o argumento falacioso de trazerem o desenvolvimento e progresso, palavras já gastas e em desuso.

O discurso instrumental da improdutividade dos territórios em áreas remotas na Amazônia, como se fossem espaços vazios, escamoteia o fato de que nesses lugares há sempre

¹² Explicar aqui que depois da DUP em XXX a NESA adquiriu o domínio sobre as áreas de APP e áreas lindeiras que foram desapropriadas para o enchimento do lago- reservatório.

peças vivendo ao seu próprio modo, de acordo com suas próprias regras. Estas, não necessariamente escritas em papel e reconhecidas firmas em cartórios, vão muito além disso, pois são construídas com base em um pacto social muito mais firme. Nestes territórios que são políticos e simbólicos simultaneamente, o poder empresarial aterrissa sem consultas prévias e fixa-se rapidamente, visando a instrumentalização do trabalho, a produção visando o lucro e ainda gera conflitos, ao impor regras, cercas e o que mais for preciso para segregar o que antes era uno. As leis, quando existem, são cumpridas apenas por uma pequena parcela da população.

As palavras “regra” e “lei”, porém, não são compreendidas como sinônimos para ambos os anciãos, como indicam as frases acima. As regras, como se refere o sr. Raimundo, sempre existiram, assim como as leis. As primeiras, contudo, foram construídas e consolidadas por eles próprios, os ribeirinhos, no seu território tradicional, enquanto as leis foram criadas unilateralmente pelo governo. Antes da barragem, não havia um claro mecanismo de controle estatal por parte do estado nem das empresas que os obrigava a seguir as regras impostas por terceiros.

Já as leis, porém, sempre existiram e é sabido que deveriam ser cumpridas e respeitadas por todos. Depois do processo de violação de direitos pelo qual passaram - e ainda passam, com a invasão dos reassentamentos pelo gado do fazendeiro, por exemplo - nota-se que as leis, depois da UHE Belo Monte, só servem para os ribeirinhos, já que foram infringidas por outros atores do poder público e privado e não houve consequências diretas a eles. A única semelhança entre as palavras é que as regras, assim como as leis, agora são impostas e vem de fora para dentro.

As regras, tais como as cercas, que alteram bruscamente a configuração territorial pré-existente, podem ser compreendidas como puros sistemas de controle, seja de um espaço físico com fronteiras delimitadas, seja da imposição de novos deveres e obrigações que agora passam a ditar comportamentos, barrar atitudes e até mesmo alterar a forma de trabalho das pessoas. A imposição vertical de regras e o recorte de áreas tradicionais, com desrespeito ao meio ambiente e violação de direitos, sem que sejam construídas e amarradas por um pacto social muito firme e coeso, servem apenas como mecanismos de opressão e coerção social.

1.4.3 Do reassentamento

O território percebido e vivido em um complexo “campo de forças, lugar da dialética entre estado e mercado, entre uso econômico e uso social dos recursos, ou seja,

um lugar de conflito entre localidades e classes” (Santos, 1999, 14) precisa ser compreendido, investigado e analisado. “Realocação” foi a palavra utilizada pela NESA para identificar o projeto de retorno das famílias à beira do rio, que significa “atribuir uma nova localização a; redirecionar ou transferir”. Sendo a palavra um ato de poder, não utilizaremos os termos escolhidos pelo empreendedor, mas sim a palavra “reassentamento” ou “retorno” às áreas pretendidas na beira do rio.

O Plano Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte determina que a concessionária Norte Energia, por meio de suas executoras, as empresas terceirizadas, destine recursos para compensar e apoiar as famílias ribeirinhas impactadas pela barragem. É importante analisar, contudo, que os próprios atores envolvidos no processo de reassentamento (concessionária e empresas), ao determinarem para qual localidade as famílias deveriam retornar, sem respeitar os antigos elos de vizinhança e parentesco, já causaram uma desfiguração territorial e impactaram na forma de organização e divisão do trabalho na comunidade. Os sistemas de mutirão e a relação com a vizinhança no território é fundamental para a realização de atividades complexas.

Assim, pode-se afirmar que o próprio dinheiro do PBA que deveria ser utilizado para compensar os danos da construção da barragem tem causado outros problemas, dado o poder de inserção sem regulação das empresas no território, autorizado e validado pelo poder público. Ao ocupar um papel proeminente na condução dos primeiros reassentamentos, sem validar os pontos de moradia previamente com os povos do rio, as empresas acabam fragmentando as pessoas no território. Outro problema eram as trocas constantes de equipe das empresas, que, dada a sua efemeridade no território, não gerava relações de confiança e de diálogo com os ribeirinhos. Não raro era célere também a duração do contrato entre concessionária e empresas, não só devido a denúncias de corrupção, mas também pela política empresarial da NESA que condiciona a contratação das empresas a contratos rápidos e sem lastro com a execução de uma determinada atividade até o fim.

Em abril de 2017, a empresa responsável por realizar “assistência técnica e reparação de danos sociais” (ATER), cujo projeto foi posteriormente renomeado para “assistência técnica, social e ambiental” (ATES), nos reassentamentos do entorno do lago- reservatório principal da UHE Belo Monte iniciou as primeiras reuniões para planejar os projetos produtivos aos ribeirinhos como condicionante do PBA. As 121 famílias ribeirinhas, reassentadas entre 2015 e 2016, foram convidadas a participar de uma sequência de três encontros na cidade de Altamira para propor, discutir e eleger os

projetos que eram de interesse familiar a fim de recompor suas atividades produtivas para fins de subsistência e também para venda.

No início da reunião, os técnicos da empresa, em sua maioria agrônomos de outros estados do Brasil, sugeriram que se dividissem em grupos por setor de moradia. Outrora seria fácil os próprios ribeirinhos organizarem os grupos, contudo, após o deslocamento forçado, ninguém mais se conhecia ou sabia quem era de fato o seu novo vizinho. Com o apoio da empresa, que detinha a lista dos reassentados, formaram-se os grupos a fim de discutir:

1. como era a vida antes da UHE Belo Monte com relação ao trabalho, moradia e infraestrutura;
2. como está a vida hoje;
3. o que eles planejam para o futuro.

Após algumas conversas, os ribeirinhos colocaram suas demandas à empresa, que estavam relacionadas principalmente a políticas públicas (escolas e postos de saúde) e infraestrutura (energia solar, poços de água e pontes, onde o reassentamento não é acessível por barco). Mencionaram também diversas atividades produtivas como criação de animais de pequeno porte (galinha caipira, outras aves e porco), construção de casas de farinha, produção de polpa de frutas, plantios agroflorestais, miniusinas de gelo para armazenamento do pescado, criação de peixe em tanque-rede, plantio de roças tradicionais (macaxeira, mandioca, abóbora, feijão, maxixe, entre outros alimentos) e ferramentas para a execução dos trabalhos, como enxadas, roçadeiras, picaretas, rastelos, machados e etc. Solicitaram também embarcações de alumínio, conhecidas como voadeiras, mais adequadas para navegar no lago, pois agora eles tinham que enfrentar o banzeiro, que são ondas que passaram a se formar com o vento após a supressão das ilhas, e que se intensificaram após o barramento do rio.

Após a apresentação das demandas ribeirinhas, a empresa informou a respeito de alguns projetos que poderiam ser implementados imediatamente. Explicaram que além de haver as leis do IBAMA para uso e ocupação das áreas de APP do reservatório, algumas atividades não poderiam ser executadas, tais como poços e tanques escavados, já que o Código Florestal não permite intervenções bruscas na APP. Com relação às demandas de construção de projetos de infraestrutura (escolas e postos de saúde), estes não poderiam ser executados pelas empresas pois dependem do governo, os quais não

estavam presentes para negociar tais solicitações naquele momento. Já os itens sobre os quais incidiria um custo maior (placa solar, máquinas e miniusinas), informaram que não era possível fornecer naquele momento pois teriam que consultar a Norte Energia.

Acerca dos projetos de roça, estes abarcariam um total de um hectare para produção agrícola por *lote*¹³ formado por roça, viveiro de mudas para o plantio de cacau e galinheiro. Cada família poderia optar pelos 3 projetos ou poderia escolher apenas 2 ou 1. Ainda poderiam escolher ficar sem nenhum deles, caso a proposta não fosse interessante (*sic*). A empresa forneceria ferramentas, material para construção do galinheiro e viveiro, além de insumos para garantir a produção e criação inicial. A contrapartida (*sic*) dos ribeirinhos seria a força de trabalho, a manutenção e administração dos projetos a longo prazo.

Com relação à construção dos projetos (viveiro e galinheiro), cada membro familiar deveria se responsabilizar pela sua própria construção. O único empecilho, porém, é que naquele momento as famílias não estavam estruturadas suficientemente a ponto de disporem de força de trabalho robusta, tendo em vista a desagregação e o rompimento de laços sociais, seja de parentesco ou de vizinhança conhecida.



Figura 4: Apresentação de maquete com a proposta de atividade produtiva aos novos reassentamentos ribeirinhos, foto da autora, abril de 2017.

¹³ Neste dia, os funcionários da empresa nomearam os reassentamentos como “lotes”, que não possuía o mesmo tamanho nem a mesma titulação de posse de um lote do INCRA.

Na figura acima, a funcionária da empresa apresenta maquete do projeto de roça, viveiro e galinheiro, proposta idêntica feita aos ribeirinhos do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) em uma estrada vicinal, conhecida popularmente como “travessão” da rodovia Transamazônica, BR 230, no km 27, município de Vitória do Xingu/PA. É importante lembrar, todavia, que este projeto de reassentamento no RRC em Vitória do Xingu havia sido denunciado pelo Ministério Público Federal em 2016 como não compatível ao modo de vida ribeirinho, já que longe do rio, a recomposição do modo de vida não seria possível.

Com o objetivo de verificar as áreas onde as atividades seriam implementadas, a empresa organizou algumas expedições à campo. A primeira localidade visitada foi o Poção, área mais crítica dos reassentamentos já que não tem acesso direto ao rio. Para chegar lá, os ribeirinhos tem que caminhar por um baixão¹⁴, pois a embarcação não permite o acesso à beira da terra firme. Devido a este problema, os moradores solicitaram apoio da empresa para resolver a questão. Sugeriram a construção de uma ponte de madeira, conhecida popularmente como *trapiche*, no entanto, a empresa terceirizada alegou que nenhuma interferência poderia ser feita na APP sem o aval do IBAMA. O funcionário sugeriu, então, que uma estrada fosse aberta aos fundos da terra, onde os reassentamentos fazem fronteira com uma fazenda. Após reclamar da falta de acesso e a empresa responder com outra sugestão, o ribeirinho comentou:

“Eles querem uma estrada no fundo do lote que passe por dentro da fazenda do José. Nós somos ribeirinhos, mas a Norte Energia quer que a gente vire colono”. Sr. M. C. S¹⁵, morador do Poção, rio Xingu, 2017

A falta de acesso era um grande empecilho aos reassentados, tendo em vista que a abertura da estrada não foi autorizada pelo IBAMA, muito menos era de interesse do fazendeiro. Os moradores denunciaram à empresa terceirizada e também à concessionária Norte Energia a presença de rebanho bovino, búfalos e porcos da fazenda em suas áreas, pois estavam adentrando aos territórios e destruindo suas roças, seu único meio de subsistência até o momento, além de uma “verba de transição” no valor de 900,00 reais

¹⁴ Conhecidos popularmente como baixões, estas são áreas de baixios próximos às margens do rio que ficam alagadas devido à cheia; áreas submersas e alagadiças.

¹⁵ O morador citado preferiu não ser identificado e solicitou que não fosse mencionado o nome do proprietário da fazenda, portanto, este nome é fictício.

mensais, depositada pela Norte Energia para apoiar a subsistência temporária das famílias enquanto os projetos produtivos não estivessem gerando renda. *Transitar para onde?* Eles questionaram e reclamaram por não terem tido saída até hoje, em 2022, da resolução do acesso às suas áreas de reassentamento no Poção.



Figura 5: Baixão no Poção que só é possível atravessar a pé ou de canoa para acesso aos reassentamentos.

Ao final de dez dias de expedição, a empresa realizou cerca de 100¹⁶ visitas aos reassentamentos, identificando problemas e anotando sugestões de melhoria, das quais 32 foram acompanhadas pelos conselheiros ribeirinhos e grupo de apoio¹⁷. Os itens mais solicitados durante as conversas com os grupos familiares estavam associados, novamente, à infraestrutura e políticas públicas. A subsistência também é uma forte preocupação das famílias devido à escassez do pescado após o barramento do rio.

¹⁶ Não identificamos a presença de todos os moradores nos reassentamentos. Cerca de 20 pessoas haviam desistido ou a população reassentada não era reconhecidamente ribeirinha, de acordo com a lista da Norte Energia. Lembrando que no primeiro e segundo projetos de reassentamento que considerou apenas 121 famílias, quem indicou a lista de famílias a serem reassentadas foi a NESAs, sem considerar o processo auto identitário de reconhecimento dos seus semelhantes ou pares ribeirinhos.

¹⁷ O grupo de apoio ao Conselho Ribeirinho foi formado após audiência pública realizada em novembro de 2016, em Altamira, seguindo recomendações dos pesquisadores que apoiaram no estudo sobre o deslocamento forçado após a construção da UHE Belo Monte. O grupo é formado pela Universidade Federal do Pará, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Movimento Xingu Vivo Para Sempre e Instituto Socioambiental.



Figura 6: Casa na Ilha do Pedão que começou a ser construída, mas que morador abandonou depois que o rio encheu e alagou parte da área. A NESA, que marcou o ponto de ocupação, alegou que o rio não atingiria este nível à época. Foto: Cristiane Carneiro. Março de 2017

1.4.4 Atividades produtivas e subsistência

“O rio endoidou, o peixe fugiu e se perdeu”. Essas são afirmações muito comuns de serem ouvida depois da barragem. Ainda que a atividade pesqueira seja marcada por variações sazonais, com o regime de cheias e vazantes do rio, havia uma clara demarcação desse período, ou seja, do inverno e do verão, que começava em dezembro com o início das chuvas, e terminava em abril, quando as chuvas cessavam e o rio começava a “vazar” ou secar. Quando os ribeirinhos falam que o rio “endoidou”, eles querem dizer que não é mais a natureza que controla a sua cheia ou a vazante, através do período de chuvas, mas sim a Norte Energia, que regula a quantidade de água que deve ser liberada para as turbinas. A partir disso, os ribeirinhos passam a desconhecer quando o rio vai subir ou baixar. “É como a maré, um dia você acorda e tá de um jeito, no outro, já mudou de novo. A gente nunca sabe”, afirma Marinho. Essa mesma narrativa também é reafirmada por outros ribeirinhos.

O Xingu era um rio composto por muitos pedrais e corredeiras, que foram submersas ou deixaram de existir depois do seu barramento, previsivelmente. De acordo com os pescadores e ribeirinhos, o peixe sentiu essa variação da cheia acima do limite natural do rio e da paralisação da água, que anteriormente era corrente. Juntando a isso a

temperatura da água que subiu, então explica-se o fato de o peixe ter “fugido” ou já não mais saber para onde ir, estar “perdido”, como dizem. Se entram em uma piracema ou lago para desovar, acabam ficando presos nestes ambientes porque a variação do rio modifica-se rapidamente e sem aviso prévio. Outra mudança importante é que com a barragem, a água deixou de ser fluída e corrente, assim, algumas espécies que dependiam de pedrais, corredeiras e água com temperatura mais amena, como todos os tipos de acaris, surubim, piau, cachorra, por exemplo, já não conseguem mais sobreviver em um meio ambiente que se modificou completa e rapidamente.

“Hoje tá difícil algumas espécies, pega sim, mas só mais distante. Os acaris, que gostam das pedras, agora estão morrendo por causa da água parada e do lodo. Agora eles têm outro ritmo, estão subindo o rio e procurando água corrente. Pacu de seringa ficou em extinção porque eles não gostam de água parada. Nem para beber a água do rio presta, quem toma adoce de diarreia e tem coceiras na pele”. Marinho Barros Santos, ex-morador da ilha da Barriguda.

Marinho fala dos peixes com euforia e lista algumas espécies que ainda tem no lago, porém, já não com a mesma abundância de antes:

Tabela 1: Nomes das espécies de peixes encontradas após a UHE Belo Monte

1. Tucunaré
2. Pacu de seringa (só do bacabal rio acima)
3. Pacu branco
4. Pacu preto (só na enchente)
5. Pescada
6. Curimatá
7. Piranha

Logo depois se lembra, no entanto, que já não tem mais tanta opção e disponibilidade: “só de pensar dá tanta raiva”. Assim, o peixe, que era a principal fonte de renda e subsistência das famílias beiradeiras, simplesmente “some do mapa” ou desaparece, como disse uma vez o Marinho, assim também se referindo às praias que existiam previamente a construção da UHE Belo Monte e que hoje ficaram completamente submersas ou “se perderam”.

Ao analisar a principal fonte de renda das famílias em 2016, percebe-se que elas praticamente deixaram as práticas agroextrativistas por falta de acesso ao território e a seus recursos naturais, passando a depender de outras fontes para viver. A pesca foi a única atividade produtiva que continuou a ser o principal sustento de parte das famílias,

ainda que a proporção de famílias que se sustentam com a pesca tenha diminuído após o processo de deslocamento forçado. Dos 55% dos entrevistados que mencionaram anteriormente viver da pesca, apenas 28% tem a pesca como principal atividade geradora de renda.

Além da pesca, 16% dos entrevistados mencionaram estar vivendo de bicos esporádicos, 3% vivem de trabalhos assalariados e 2% vivem do comércio. 8% dos entrevistados mencionaram não possuir fonte de renda, sendo dependentes de familiares. Os auxílios governamentais passaram a ter uma grande importância significativa na renda mensal de 43% dos entrevistados, sendo que 5% mencionou ter acesso e depender do auxílio bolsa família, 7% mencionou ter acesso e depender do auxílio doença, e 31% dos entrevistados mencionou ter acesso e depender principalmente da aposentadoria. É o caso da família do sr. Eladio Gonçalves Pessoa, que parou de pescar e de plantar e vive atualmente da aposentadoria dele. No gráfico abaixo é possível identificar as fontes de renda das famílias ribeirinhas em 2016:

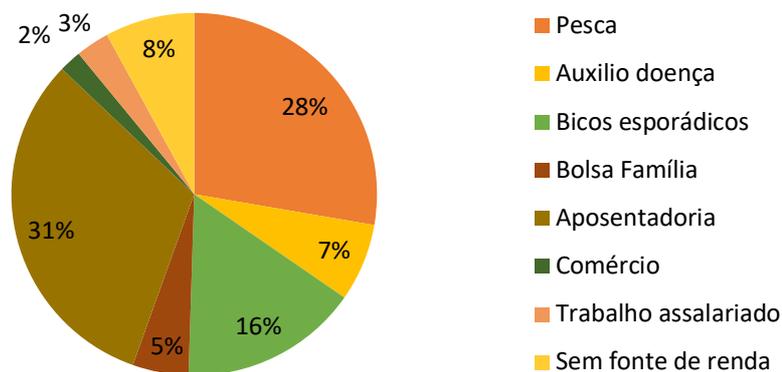


Gráfico 2: Fonte de renda das famílias ribeirinhas em 2016.

Retornando ao final da expedição e concluindo a respeito do trabalho realizado pela ATES, percebe-se que, não obstante os ribeirinhos tenham relatado uma pluralidade de atividades, os únicos projetos que foram realmente levados adiante e executados pela empresa estão relacionados à produção agrícola não tradicional, como o plantio de cacau e criação de aves do tipo “caipirão”, diferentes da espécie que eles tinham costume de criar no beiradão.

A nutrição dos frangos do tipo caipirão é feita exclusivamente no comedouro com ração balanceada e as aves precisam ser vacinadas de tempos em tempos, para evitar o

surgimento de doenças. Já as galinhas caipiras se alimentam de grãos, restos de culturas, insetos, minhocas, entre outros. “Até as galinhas estão cercadas”, comenta um ribeirinho após a visita. Apesar dos agrônomos da empresa explicarem que essa era uma raça mais resistente a doenças, os ribeirinhos não relataram uma boa experiência com a sua criação. Durante as vistorias, muitos reclamaram que os frangos adoeciam e quando atingia um, não havia tempo hábil para salvar o restante.

Há menções de perdas de muitas criações, principalmente quando cessou o contrato da empresa que executava a ATES neste território. O processo de contratação de uma nova empresa, quando a NESA abriu novamente a licitação, demorou ao menos três meses e levou mais de cinco meses para que retornassem aos trabalhos. Até lá, muitos frangos morreram de doenças que os ribeirinhos desconheciam e não tinham o costume de tratar. Ou seja, tiveram um enorme prejuízo com esta atividade.



Figura 7: Criação de frangos do tipo caipirão em reassentamento no Bacabal. Foto da autora, maio de 2019.

Uma prática recorrente ofertada às famílias reassentadas tem sido o incentivo ao plantio de cacau. Com a distribuição de mudas e sementes selecionadas, além de um tímido apoio da ATES, muito embora presente, havia uma interrupção na assistência técnica ofertada, frequentes trocas de funcionários e também da própria empresa

contratada, além da não oferta de treinamento ou curso específico aos interessados. É possível verificar que, não obstante os ribeirinhos tenham sugerido o plantio de mudas tradicionais como castanheira, ipê, murici, goiaba, entre outras espécies agroflorestais, nota-se um apoio mais direto a execução de uma atividade não tradicional. Não que o cacau não seja uma cultura importante, mas ao apoiarem única e diretamente uma atividade específica, fica evidente o não respeito às pluriatividades e as agroestratégias (Almeida, 2010) em curso no Xingu.

O professor e pesquisador Alfredo Wagner Almeida argumenta que as agroestratégias compreendem “um conjunto de iniciativas para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral dos preços das commodities agrícolas e metálicas”. (Almeida, 2010, 102). Com interesses no mercado de terras visando esta produção específica, as agroestratégias influem diretamente na formulação de políticas governamentais e desconsideram a lógica de utilização dos recursos naturais locais, seja pela agricultura familiar, seja em territórios tradicionais onde povos e comunidades vivem.

É importante lembrar que a palavra *commodity* faz referência a produtos homogêneos, produzidos e transportados em grandes volumes, como a cana-de-açúcar, grãos como soja e milho, óleos vegetais como mamona e palma, carne in natura, eucalipto, pinus, etc. Neste texto, Almeida não cita especificamente a cultura do cacau, porém, é considerado como “uma das commodities agrícolas com maior valor agregado atualmente negociadas em bolsa, porém conta com perfis de oferta e demanda concentrados em poucos produtores e consumidores (...)”¹⁸.

No artigo intitulado “Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e éticos na mira dos estrategistas dos agronegócios”, Alfredo Wagner explica como esses negociantes agem visando enfraquecer dispositivos constitucionais que asseguram os direitos aos territórios de povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, entre outros. A finalidade é incorporar grandes extensões de terras, hoje garantidas por lei para o usufruto dessas populações, e destiná-las ao agronegócio para o cultivo de produtos homogêneos, destinados à exportação principalmente, mas também para suprir as necessidades do mercado interno brasileiro.

¹⁸ Segundo a Stone X, rede de serviços financeiros de nível institucional que conecta empresas, organizações e investidores ao contexto dos mercados globais através de uma combinação única de plataformas digitais. Fonte <https://brasil.stonex.com/Commodities/Cacau/> (acesso em 21/02/2022).

“Faz parte das agroestratégias a disseminação de uma visão triunfalista dos agronegócios articulada com uma imagem hiperbolizada do Brasil e de seu potencial agrícola. Assim, no Brasil, a terra seria um bem ilimitado e permanentemente disponível (...) como se fossem recursos abertos e/ou espaços vazios” Almeida, 2010, 110.

Sr. José¹⁹ tem 38 anos e nunca trabalhou com agricultura, pois a pesca, sua atividade desde a infância, sempre garantiu o sustento da família. Depois do barramento do rio, este cenário mudou com a escassez do pescado. Reassentado no Paratizão, apesar de não possuir experiência com o cacau, sr. José decidiu plantar as sementes que recebeu como parte do projeto de ATES. Sem receber a visita técnica em uma das paralisações do contrato com as empresas, ele plantou as sementes no verão, próximo à beira do rio, onde conseguiria regar as mudas com facilidade. Sr. José não sabia, porém, que as mudas deveriam ser colocadas na sombra e infelizmente ele perdeu um trabalho de mais de três meses. Outro fator que ele desconhecia era que o cacau poderia ser plantado diretamente na sombra, diferentemente da mandioca, cultura que ele já dominava.

Considerando a posição hegemônica das *commodities* no mercado transnacional e o fracasso da pesca como atividade de subsistência e de renda das famílias ribeirinhas, consequência da própria atividade da usina, percebe-se que há um movimento, por parte das empresas terceirizadas de incentivar o cultivo do cacau como produção. Em contraposição às pluriatividades e à produção de base familiar, nota-se, assim, a centralização da produção em poucas atividades, como a criação de galinhas e a produção de mudas de cacau em viveiros para plantio posterior. É importante pontuar também que as áreas de uso coletivo dos ribeirinhos, como os açazais e castanhais, não foram consideradas no primeiro mapa de realocação das famílias ribeirinhas realizado pela Norte Energia S.A.

O discurso desenvolvimentista do neoliberalismo, que fomenta o discurso do empresário de si próprio, seja no campo ou na cidade, incentivado pelo Estado e agora terceirizado às empresas privadas, tem modificado as relações de produção e a própria divisão do trabalho no território. Corrobora cientificamente para este argumento o “capital constante” (Santos, 2014), pois a forma como o sujeito se insere ou são inseridos

¹⁹ O ribeirinho mencionado preferiu não se identificar, portanto, este é um nome fictício.

em uma determinada configuração territorial está ligada diretamente à história do presente e do sistema político e econômico vigente.

Em “Metamorfoses do Espaço Habitado”, Milton Santos relata que hoje é possível identificar implementos, fertilizantes, inseticidas, máquinas e sementes selecionadas. Eis que o capital constante chega em qualquer parte do Brasil e defende: “o território, a cada momento foi se organizando de maneira diversa, atendendo aos reclamos da produção da qual é arcabouço” (2014, 52). Assim, defende-se que há uma estratégia em curso, cujo objetivo é o de induzir e controlar o trabalho das pessoas no território. Se esta era uma prática comum aos agentes do estado (Foucault, 1977-1978), agora ela passa a ser dominada também pelas empresas no território.

1.4.5 Empresabilidade: a vigilância e o controle

A obra “Segurança, Território e População”, de Michel Foucault (1977-1978), um compilado de aulas ministradas no Collège de France, a partir das quais o filósofo explica o conceito de “governamentalidade”, que foi criado para explicar o processo que possibilitou o surgimento do Estado de governo com suas diversas práticas governamentais. É a partir desta década que o filósofo francês desloca o eixo do pensamento do poder disciplinar e do sujeito para a sociedade de controle. A racionalidade governamental passa a conduzir a conduta do outro.

Pode-se afirmar que, nesta sociedade de controle, o “Homem flexível” é aquele que se adequa aos mais variados tipos de trabalho, que se conecta *full time* [o tempo todo] e está antenado à transnacionalidade, mas que sobretudo é a voz do neoliberalismo. Este é o tipo ideal desta sociedade, que fomenta não só o empresário competitivo, mas que o promove para o status de “empresário de si mesmo”. Como o poder é um mecanismo que se exerce em rede, não haveria maior eficácia do que fomentar o sujeito de si, conduzido pela racionalidade governamental, a levar multidões consigo. O neoliberalismo instiga as multidões por meio da competitividade, em nome da segurança (do corpo físico e do capital) e do desenvolvimento.

É em nome da ordem e da segurança que a Norte Energia e as empresas passaram a controlar a permanência dos ribeirinhos no lago-reservatório. O serviço de guarda patrimonial da NESA existe para atender exclusivamente a um fim: o controle social e territorial das áreas no reservatório. Por meio do uso de mecanismos de vigilância (satélites, drones, voadeiras e até mesmo o uso de helicópteros), as empresas passaram a

adotar uma série de medidas para controlar a permanência das pessoas nas ilhas e terra firme, a presença de fogo e até mesmo a construção de pequenos girais²⁰ na beira do lago. Os girais, muito comuns na vida no beiradão, é uma técnica muito utilizada para facilitar o trabalho doméstico na beira do rio, como lavar roupas e louças, tomar banho, limpar e tratar o peixe e é usado até mesmo como “trapiche” (ponto mais elevado sobre a água) para as crianças brincarem. A instalação de girais se dá por meio da fixação de estruturas de madeira, com tábuas instaladas por cima, formando um tipo de mesa dentro da água do rio que é utilizada como ponto de apoio para a execução dessas atividades.

Dona Rita Cavalcante, pescadora e ribeirinha da Ilha do Cotovelo, à jusante de Altamira, certa vez reclamou que devido a variação inconstante da vazão de água no trecho do reservatório principal, era impossível que o giral ficasse em um lugar só a semana toda. Devido a esse fluxo de sobe e desce da água do rio sem controle [antes a natureza controlava a vazão de acordo com o período chuvoso, agora quem determina se a água sobe ou desce é a NESAs], tornava-se necessário instalar novos girais a cada semana para que eles não ficassem completamente submersos ou longe da beira do rio. Outro motivo de preocupação de dona Rita eram os banhos na beira do Xingu que já não eram mais possíveis a qualquer hora do dia. Com o fluxo constante e passagem das voadeiras com funcionários da guarda patrimonial da Norte Energia em frente a sua ilha, ela não tinha mais a liberdade de ficar à vontade em sua moradia.

Sr. Orlando do Paratizão também enfrentou situação similar ao ser expulso frequentemente de algumas áreas onde se “arranchava” ou acampava na beira do rio. Quando perguntamos onde morava no momento da realização da entrevista, em 2016, ele respondeu: “Moro no barco enquanto não sou reassentado. Mas não posso ficar mais de dois ou três dias encostado na terra porque vem as voadeiras e pede pra gente sair. Toda vida eu fui escorraçado da terra”, conta ao lembrar da humilhação que passou.

Na sociedade de controle não é só o Estado, que por meio do exercício do poder soberano, se impõe. Com o neoliberalismo, cada vez mais tem se tornado prática comum que este poder seja transferido também às empresas, que passam a abusar deste poder de controle. A justificativa é a manutenção da ordem e da segurança tendo em vista que essa área do reservatório está dentro da gestão da concessionária NESAs pelos próximos 25 anos. As empresas, que estão a serviço da NESAs e do Estado, passam a vigiar o território,

²⁰ Tábuas de madeira fixadas na beira do rio utilizada para execução das atividades doméstica.

ditar regras, delimitar áreas e instaurar sanções caso a ordem fuja ao seu próprio controle. Eis que surge a era da “empresabilidade”.

Bertha Becker em seu artigo “Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas” defende que “o fortalecimento do poder das corporações representa a perda de poder pelo Estado” (2010, 19), ou seja, a gestão privada e a hiper centralização do poder nas multinacionais colabora para que as empresas se apropriem do território. À medida em que o capital privado se fortalece, o poder estatal torna-se paulatinamente solapado pelo poder das empresas.

Ao determinarem a implantação de um modo de produção que homogeneíza, desconsiderando as pluriatividades e os saberes tradicionais dos povos do rio, a ingerência das empresas no território afeta até mesmo os corpos dos sujeitos no espaço habitado. Essas alterações são executadas pelo poder de inserção das empresas nos territórios tradicionais, que legitimadas e incentivadas pelo Estado, interferem diretamente e induzem as dinâmicas locais a fim alterar sistematicamente o modo de realização de suas atividades.

CAPÍTULO 2: ENTRE A RUA E O LAGO

2.1 UHE Belo Monte: o deslocamento forçado

Com o barramento completo do rio Xingu em 2015 para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, formou-se o reservatório principal, que vai desde a barragem do Pimental, à jusante da cidade de Altamira, até a Ilha do Costa Junior, à montante deste mesmo município. Próximo ao Pimental estão as primeiras localidades impactadas pela cheia, o Arroz Cru e Palhal. O Costa Junior é a última localidade reconhecida como diretamente atingida pelo enchimento do lago-reservatório.

Com o alagamento das ilhas e margens do rio, cerca de 313 famílias ribeirinhas que ali viviam foram expulsas de seu território tradicional em 2011 e, conseqüentemente, deslocadas forçadamente para reassentamentos na zona urbana e rural²¹ de Altamira, conhecidos como Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) e Reassentamento Rural

²¹ Para fins de esclarecimento, é importante mencionar que o conceito de zona rural e urbana foi criado pela Norte Energia a fim de segregar o território, portanto, como já foi dito e explicado acima, esta separação de espaços não existe ou não é relevante no caso, pois o grupo de quem trataremos nesta pesquisa é identificado como “ribeirinhos e ribeirinhas ou beiradeiros e beiradeiras”.

Coletivo (RRC). A dispersão destes povos levou à ruptura dos laços de parentesco e de vizinhança, elos fundamentais para a sua coexistência e reprodução de seu modo de vida tradicional ribeirinho.

Em 2016, um estudo²² encomendado pelo Ministério Público Federal (MPF) à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – que, posteriormente, ganhou corpo formando um relatório mais amplo de analistas e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento²³, forneceu subsídios para que o IBAMA readequasse o processo de reassentamento à premissa básica do PBA de garantia do modo de vida das populações impactadas. Para além disso, o licenciador do empreendimento deveria garantir que a concessionária Norte Energia S. A. oferecesse o retorno às margens do reservatório, respeitando o modo de vida tradicional das famílias ribeirinhas e, portanto, o seu vínculo histórico com o rio.

Este foi o tema da audiência pública convocada pelo MPF, em novembro de 2016, que marcou a proeminência destes povos, que à priori foram invisibilizados no processo de reconhecimento e indenização. A partir desta audiência, pesquisadores da SBPC recomendaram que um conselho de pares fosse criado para identificar e reconhecer os ribeirinhos moradores das ilhas e margens do rio Xingu que teriam direito ao reassentamento nas Áreas de Preservação Permanente (APP) do reservatório, adquiridas pela Norte Energia. Em dezembro de 2016, na UFPA, o Conselho Ribeirinho foi criado com 28 representantes, dois de cada setor. Portanto, naquele momento formou-se um grupo representativo das 14 localidades diretamente impactadas pela criação do lago-reservatório, as quais são: Arroz Cru, Palhal, Paratizinho, Paratizão, Cotovelo, Trindade Arapujá, Curica, Bacabal, Barriguda, Poção, Pedão, Babaquara e Costa Junior.

Na coleção de entrevistas realizadas²⁴ com famílias que viviam neste trecho do rio Xingu antes do barramento, diferentes e convergentes narrativas relativas às trajetórias dos entrevistados são reafirmadas. Estas esclarecem como, ao longo da história, os povos do rio desenvolveram um modo de vida caracterizado pelo uso disperso e de baixo

²² Estudo sobre o deslocamento compulsório de ribeirinhos do Rio Xingu provocado pela construção de Belo Monte”, SBPC, Altamira, 2016.

²³ “A Expulsão dos Ribeirinhos em Belo Monte” foi publicado oficialmente em 2017 após o estudo final dos pesquisadores ter sido entregue em 2016.

²⁴ Entre setembro e outubro de 2016, 118 entrevistas foram realizadas em trabalho de campo nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu por Ana Alves De Francesco, Alexandra Freitas, Clara Baitello e Denise Graça como parte do relatório que posteriormente deu origem à publicação “A expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte”, de 2017.

impacto de recursos naturais por grupos domésticos conectados por redes de parentesco, compadrio e amizade.

Estas relações socio territoriais, contudo, foram rompidas e suas redes esgarçadas quando houve a remoção compulsória das pessoas das margens do rio e da cidade. Com o objetivo de compreender como ocorreu este processo, analisar-se-á alguns conceitos, relatos, dados e números no período de 2011, quando se iniciaram os cadastramentos das famílias ribeirinhas até 2016, quando foram realizadas as entrevistas qualitativas para o “Estudo Ribeirinhos”, pesquisa solicitada pelo Ministério Público Federal neste mesmo ano.

De acordo com o escritório do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos, deslocamento forçado é:

“A remoção permanente ou temporária contra a vontade dos indivíduos, famílias e/ou comunidades das suas respectivas casas e/ou terras, as quais ocupam sem o fornecimento e acesso à proteção jurídica adequada ou qualquer outra proteção. A prática do deslocamento forçado constitui uma violação grosseira aos direitos humanos, em particular o direito à moradia adequada²⁵”. Comissão de Direitos Humanos, resolução 1993/77 e 2004/28²⁶.

Ainda de acordo com a ONU, deslocamentos, migrações ou expulsões forçadas são:

“(..) movimentos de refugiados e populações deslocadas internamente de um determinado território por conflito, bem como pessoas deslocadas por desastres naturais e ambientais, desastres nucleares ou químicos, fome ou projetos de desenvolvimento governamentais”. Comissão de Direitos Humanos, resolução 1993/77 e 2004/28.

Destes últimos, iremos citar as remoções causadas por projetos de construção de infraestrutura de grande escala, tal como barragens, que serão o objeto desta pesquisa. Segundo dados do centro de estudos de refugiados da Universidade de Oxford, na Inglaterra, as populações afetadas por projetos de desenvolvimento geralmente

²⁵ *United Nations Commission on Human Rights resolutions 1993/77 and 2004/28.*

²⁶ Disponível em:

https://www.ohchr.org/_layouts/15/WopiFrame.aspx?sourcedoc=/Documents/Publications/FS25.Rev.1.pdf&action=default&DefaultItemOpen=1 (acesso em 21/02/2022)

permanecem dentro das fronteiras de seu país de origem. Embora algumas populações deslocadas sejam reassentadas, as evidências mostram claramente que a minoria é adequadamente reconhecida e compensada.

Ademais, os megaempreendimentos afetam desproporcionalmente os indígenas, as minorias étnicas e as populações mais pobres dos centros urbanos e/ou rurais. Estima-se que, apenas durante a década de 1990, cerca de 80 a 90 milhões de pessoas ao redor do mundo foram deslocadas como resultado de construção de barragens e obras de transporte. Anualmente, em torno de 10 milhões de pessoas são deslocadas por projetos de desenvolvimento em geral²⁷.

Visando garantir os direitos dessas populações super afetadas, O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Alto Comissariado da ONU, que entrou em vigor em janeiro de 1976 e do qual o Brasil é signatário, firmou que:

“Os Estados Parte do presente Pacto reconhecem o direito de todos à um padrão de vida adequado para si e sua família, incluindo alimentação, vestuário e habitação, para a melhoria contínua das condições de vida. Os Estados Parte tomarão medidas apropriadas para assegurar a realização deste direito reconhecendo para este efeito a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento²⁸”.

O Brasil também ratificou a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra em 1989, e que entrou em vigor no país no dia 25 de julho de 2003 para garantir a proteção de povos e comunidades indígenas e tradicionais. Para além de regras e tratados internacionais, a própria Constituição Brasileira de 1988, no artigo 216, incisos I e II, reconhece a diversidade da matriz étnica da sociedade brasileira e garante não somente os direitos individuais destes grupos, mas também e, principalmente, os interesses coletivos e difusos aos espaços de pertencimento destes povos em um determinado território como um lócus étnico e cultural.

É importante também citar o Decreto nº 6.040 do governo federal datado de 7 de fevereiro de 2007, em seu 3º artigo, que visa estabelecer a Política Nacional de

²⁷ Disponível em: <https://www.fmreview.org/security-at-work/horgan> (acesso em 21/02/2022).

²⁸ Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Alto Comissariado da ONU, Artigo 11, Parágrafo 1. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx> (acesso em 02.02.2020)

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que são os povos indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, castanheiros, ciganos, comunidades de fundos de pasto, caiçaras, quebradeiras de coco de babaçu e demais. Compreende-se por:

“(..) povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Decreto 6.040, governo federal, 2007.

A partir das entrevistas e posterior análise de dados coletados, identificou-se que há dois tipos de deslocamentos forçados vivenciados pelos ribeirinhos no médio Xingu: o deslocamento das ilhas e margens do rio Xingu e dos baixões e orla de Altamira. Se o deslocamento no rio atingiu todos os moradores do trecho do rio Xingu que deu lugar ao lago, o deslocamento urbano atingiu 56% das famílias ribeirinhas entrevistadas. No gráfico abaixo é possível identificar a porcentagem das famílias que sofreram o deslocamento forçado na cidade:

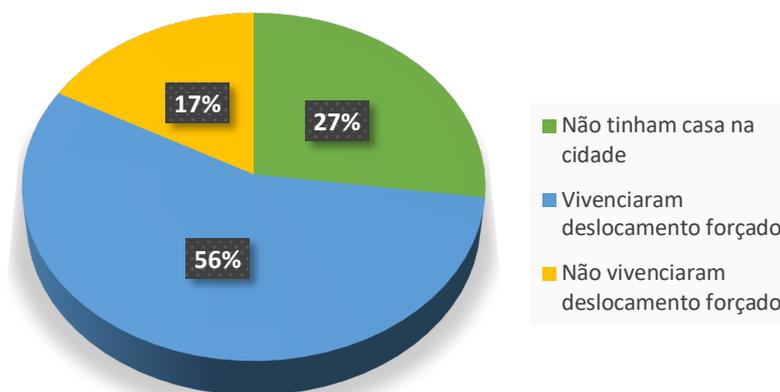


Gráfico 3: Porcentagem de entrevistados que não tinham casa na cidade, tinham casa e foram deslocados; e que tinham casa, mas permaneceram nas suas respectivas residências

Durante o cadastramento das famílias em 2011, a Norte Energia não reconheceu todas as moradias no beiradão por alguns motivos: a) entendiam que se tinha casa na

cidade, não poderiam ter outra casa no rio; b) as empresas que trabalhavam para a concessionária não chegaram em algumas moradias por motivos de desconhecimento, falta de acesso por voadeiras ou por não localizarem o ribeirão no local; c) o lugar não era considerado moradia²⁹

Somente em abril de 2015, quatro anos depois do início do cadastramento das famílias, o IBAMA, por meio de nota técnica³⁰, reconhece a condição de dupla moradia e impõe a necessidade de recomposição do modo de vida ribeirão, assim como preconiza o PBA. A principal justificativa do licenciador é que o reassentamento rural concedido a 30 famílias beiradeiras no município de Vitória do Xingu não recompõe o modo de vida pelo fato das famílias terem sido reassentadas longe da beira do rio:

“Nesse sentido, o modo de vida de pescadores e ribeirinhos situados em muitos locais da região amazônica tem por base, entre outras características peculiares, a mobilidade constante entre a beira do rio e a cidade e a utilização de moradias sazonais/casas de apoio familiares ou coletivas, fato que viabiliza o estabelecimento de um fluxo de relações sociais e econômicas entre as duas localidades e permite a manutenção de suas atividades produtivas. (...) o não reconhecimento dessa condição de dupla moradia lindeira, sejam elas precárias, frágeis e sazonais, bem como a oferta de indenização voltada apenas para a condição patrimonial do atingido não permite a recomposição das condições de vida encontradas previamente à instalação da obra. Da mesma forma que a proposição de reassentamento rural ou urbano em áreas distantes das beiras dos rios, enquadra o processo de negociação com os grupos ribeirinhos e de pescadores em situação de não haver mitigado ou compensado o impacto socioambiental a eles causados”. COHID/IBAMA, abril de 2015.

Sendo o sistema de dupla moradia estruturante do modo de vida ribeirão, o que é reforçado pelo fato de 73% dos ribeirinhos entrevistados terem dupla moradia (gráfico 4), é alarmante que destes, 77% tenham sido deslocados também de suas moradias urbanas sendo, portanto, duplamente atingidos (gráfico 5). “A Norte Energia disse que eu não teria direito [indenização] sobre a casa na localidade do Arroz Cru”. Francélia Nogueira da Costa, ribeirinha moradora do Arroz Cru/Palhal.

Abaixo é possível verificar a porcentagem de ribeirinhos que possuíam casa na cidade, conhecido como sistema de dupla moradia:

²⁹ Veremos mais a frente no subcapítulo “Estudos de caso” o que a Norte Energia considera como moradia.

³⁰ Nota técnica nº 02001.000740/2015-56 COHID/IBAMA, abril de 2015.



Gráfico 4: Porcentagem de entrevistados que viviam em sistema de dupla moradia.

No gráfico 5 abaixo é possível verificar que dos 73% dos que detinham casa na cidade, a maioria foi também deslocada de suas residências, sendo duplamente impactados pelo empreendimento:

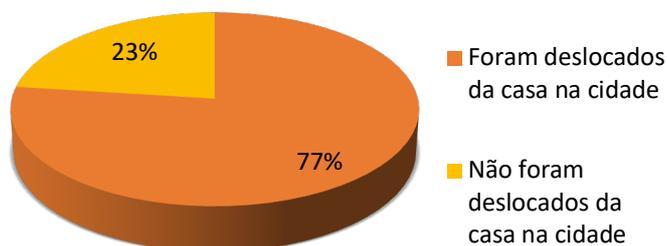


Gráfico 5: Porcentagem de entrevistados que foram expulsos de suas casas na cidade.

No caso de perda da moradia, as compensações poderiam ser: a) indenização em dinheiro, b) carta de crédito, c) reassentamento rural coletivo (RRC) ou d) reassentamento urbano coletivo (RUC). As negociações eram individuais e muitas vezes não citavam valores “Não tinha costume com esse negócio de barragem, nunca me falaram quanto eu ia receber, mas foram me ameaçando e botando medo e eu tive que sair”, diz seu Eleno, ribeirinho da região do Babaquara.

De acordo com depoimentos coletados pelo grupo de pesquisa, ambas as remoções no rio e na cidade foram consideradas injustas e traumáticas por grande parte dos entrevistados, já que:

- a) na maioria das entrevistas foi relatada uma série de violações dos direitos humanos, que vão desde o não cadastramento de alguns núcleos familiares (filhos e agregados que não foram incluídos no cadastro e correspondente reparação) até situações consideradas arbitrárias e extremamente violentas como atear fogo em casas com os pertences dos moradores em seu interior, desde móveis, eletrodomésticos a itens pessoais, documentos e fotografias. Este tipo de relato é recorrente e pode ser exemplificado nas narrativas abaixo:

“A empresa Elabore foi fazer o cadastro e falaram que iríamos ser indenizados e realocados, mas não especificaram o valor e chamaram a gente para uma reunião na cidade, na Casa de Governo. Quando estávamos na cidade, minha cunhada ligou dizendo que tinham colocado fogo na casa nova com tudo dentro. Voltamos para lá mas estava tudo queimado e tivemos que ficar morando embaixo de uma lona até irmos para outro lugar. Recebemos só R\$610,00 reais pelos pés de fruta da ilha, mais nada”. Sr. José Eládio de Souza Botelho, ribeirinho morador do Poção, 2016.

"Estava doente nessa época e passei 6 meses em Fortaleza, na casa da minha sobrinha, fazendo tratamento. Quando cheguei aqui, já tinham passado na minha casa, mas como eu não estava, não fui cadastrado. Chegando na ilha de volta, vi que tinham queimado minha casa com tudo dentro: fogão, colchão, panela, pratos. Tivemos foi sorte de não ter morrido ali”. Sr. Francisco Arcanjo Azevedo, ribeirinho morador da Ilha do Itapiranga, 2016.

- b) não foi oferecida uma indenização considerada satisfatória e justa pela maioria dos entrevistados. As indenizações, em muitos casos, não possibilitaram a reconstrução daquilo que foi perdido;
- c) não houve possibilidade de escolha por parte das famílias e as ofertas eram sempre seguidas de frases como: “É pegar ou largar”, “Se não aceitar, você e sua família perdem tudo”, “É isso ou nada”, “Se não estiver satisfeito pode entrar na justiça”;
- d) a remoção das ilhas e da terra firme se deu sem a proposição de uma alternativa de continuidade dos ofícios na roça, pesca e extrativismo, que garantiam e asseguravam o sustento dessas famílias;

“adoeci e me internei quando tive que sair da ilha, não comia mais peixe quando fui pra cidade. Eu sofri muito porque lá eu sabia de tudo, sabia onde ia trabalhar, agora a gente fica sem ritmo e sem rumo”. Francélia Nogueira da Costa, moradora do Arroz Cru/Palhal, 2016.

- e) o deslocamento urbano dificultou a mobilidade dessas famílias, já que as mesmas foram forçadas a se mudarem para bairros muito afastados do centro da cidade, onde anteriormente elas tinham acesso à escola, comércio, bancos e serviços de saúde. Atualmente, grande parte destes deslocamentos até o centro são feitos a pé, de bicicleta ou moto, devido à falta de transportes públicos do município. Além desta remoção gerar uma despesa não disponível no orçamento familiar, podemos constatar que houve um drástico aumento de acidentes e mortes de trânsito causados pelo deslocamento compulsório dessas pessoas para os bairros periféricos, tais como: RUCs Água Azul, Jatobá, Laranjeiras, São Domingos, loteamento Buriti, Mexicano, bairro Paixão de Cristo, entre outros;
- f) o deslocamento urbano também levou as famílias para bairros distantes do rio, inviabilizando, muitas vezes, a manutenção e a guarda das embarcações ao gerar um custo de transporte anteriormente inexistente para a realização da atividade pesqueira, além de narrativas constantes de furto das embarcações nos portos na beira da cidade. Até o ano de 2019, no porto das carroças, próximo à rodovia Ernesto Acioly, os ribeirinhos e pescadores guardavam neste local suas embarcações, já que havia uma empresa responsável pela vigilância. Após este ano, porém, a empresa deixou de executar o serviço e diversos barcos e motores foram roubados.

Antes dos deslocamentos forçados havia uma maior concentração da população urbana em bairros centrais, próximos ao comércio, supermercado, hospitais, escolas e também próximos ao rio, tais como: Aparecida, Independente II, Centro, Invasão dos Padres, etc. Neste cenário pós-deslocamento urbano, há uma dispersão dessas famílias para bairros periféricos onde estão os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) e loteamentos privados distantes do centro da cidade como Coração de Mãe, Mexicano e Paixão de Cristo, tornaram-se a única opção para famílias que receberam uma indenização insuficiente para recompor as condições de vida que tinham antes do deslocamento forçado.

“Fizeram o cadastro e recebemos uma indenização de R\$ 590,00 reais na ilha. O dinheiro não deu para fazer nada. Minha mãe teve que fazer o financiamento de um terreno no Buriti, mas não conseguiu pagar e mal conseguiu terminar de subir a casa”. Eptácio Neves dos Reis, ribeirinho, antigo morador do porto 6, Altamira, 2016.

Após o processo de deslocamento forçado dos baixões da cidade de Altamira houve grande concentração dos ribeirinhos nos reassentamentos urbanos coletivos, em especial o RUC Jatobá. Se o bairro da Aparecida era onde havia uma maior concentração deste grupo antes do deslocamento, permaneceu ali apenas uma família, a de Elzenir Dutra, em uma residência isolada, com o poço contaminado devido a subida do nível do lençol freático e proximidade do esgoto no entorno. Isolada e sem água, a família passou a viver em um rancho de praia, onde há disponibilidade de água corrente, esperando uma solução para sair definitivamente do bairro.

A foto abaixo com a placa indicando a comercialização do pescado foi tirada em frente a casa de um casal de pescadores, no bairro Jatobá. Devido à distância do rio e altos valores de frete praticados, a atividade tem se tornado cada vez mais dispendiosa:



Figura 8: Residência da família do sr. Gelson e da sra. Francineide na rua principal do RUC Jatobá, foto da autora, setembro 2016.

Além da dificuldade de locomoção para os RUCs e escassez de trabalho e renda para os adultos mais velhos, os jovens enfrentam ausência de políticas específicas, voltadas à educação e lazer. Diante do isolamento e escassez de atividades, muitos foram cooptados para a realização de atividades ilícitas, o que contribuiu para o aumento da violência nos bairros:



Figura 9: imagem de um campo de futebol improvisado em uma rotatória no bairro RUC Jatobá, foto da autora, setembro de 2016.

A tabela abaixo exemplifica a dispersão urbana após a instalação da UHE Belo Monte na cidade de Altamira. É possível verificar que de um total de 12 bairros centrais, os moradores e, conseqüentemente, toda a sua vizinhança, também foi obrigada a sair de suas casas e foram espalhados para pelo menos 25 novos bairros periféricos:

Tabela 2: Dispersão urbana: bairros na cidade de Altamira antes e depois do deslocamento forçado.

Antes do processo de deslocamento forçado		Depois do processo de deslocamento forçado	
Número de pessoas	Bairros	Número de pessoas	Bairros
14	Aparecida	2	Aparecida
		2	Terras de bonança
		4	RUC Jatobá
		1	Rancho em ilha
		1	Paixao de Cristo
		1	Mutirão
		1	São Domingos
		1	Mexicano
12	Independente II	3	Independente I
		4	RUC Laranjeiras
		1	Mexicano
		2	Coracao de mae
		1	Centro
		1	Mutirao
10	Centro	6	Centro

Antes do processo de deslocamento forçado		Depois do processo de deslocamento forçado	
Número de pessoas	Bairros	Número de pessoas	Bairros
		1	Brasília
		1	Mexicano
		1	RUC Laranjeiras
		1	RUC Jatobá
8	Invasao dos Padres	1	Uirapuru
		1	Independente I
		5	RUC Jatobá
		1	Colinas
8	ErnestoACYOLI	6	RUC Jatobá
		1	Colinas
		1	Mutirao
6	Brasília	3	Brasília
		1	Airton Sena
		1	RUC Jatobá
		1	RUC Laranjeiras
5	Baixão do Açazal	5	RUC Sao Joaquim
5	Boa Esperança	1	Boa Esperança
		3	RUC Água Azul
		1	RUC Jatobá
3	Independente III	3	Mexicano
2	Colinas	1	Colinas
		1	RUC Jatobá
2	Baixao da Olaria	1	Princesa do Xingu
		1	RUC Jatobá
2	Baixao do Tufi	1	Baixao do Tufi
		1	RUC Jatobá
2	Jardim Primavera	1	Paixao de Cristo
		1	RUC Jatobá
2	Recreio	2	Recreio
1	Bonança	1	Bonança
1	Itamarati	1	RUC Jatobá
1	Sudam	1	RUC Laranjeiras
1	São Domingos	1	São Domingos
1	Independente I	1	Paixao de Cristo

Analisando as condições de moradia na cidade após os deslocamentos verificamos que 31% dos entrevistados vivem em casas compradas com o dinheiro recebido das indenizações. Não obstante, muitos deles ainda não conseguiram terminar de construir suas casas, pois o recurso foi insuficiente. Muitas dessas pessoas acabaram entrando em

programas de financiamento privado ou pediram empréstimos aos bancos para terminarem de construir, o que acabou deixando essas famílias endividadas.

Hoje 23% das famílias entrevistadas não tem uma moradia própria, passando a viver “de favor” em casas de amigos ou familiares (ver gráfico 6). Podemos observar que isto ocorreu com maior frequência quando um ou mais membros de um mesmo grupo doméstico não foram cadastrados ou reconhecidos como impactados.

A alternativa encontrada por estas pessoas foi a construção de pequenas edículas ou “puxadinhos” no quintal das famílias reassentadas nos RUCs, como é o caso do Seu Epitácio Neves dos Reis que vive com a família em um puxadinho de favor atrás da casa de uma conhecida no RUC Laranjeiras e sofre constantes ameaças de despejo, ou mesmo um agrupamento de vários núcleos familiares em uma mesma residência. Em casos mais graves encontramos mais de 15 pessoas vivendo sob o mesmo teto.

“Hoje eu moro aqui nessa casa com meus filhos e netos porque eles não tinham para onde ir. Estamos vivendo em 17 pessoas porque eles não foram reconhecidos, então todo mundo teve que se amontoar nesse canto que a gente tinha na rua”. Josefa Batista, ex-moradora do Bacabal, hoje reside na rua Magalhães Barata, Centro, Altamira.

No gráfico abaixo verifica-se a situação de moradia das famílias na cidade após o deslocamento forçado:

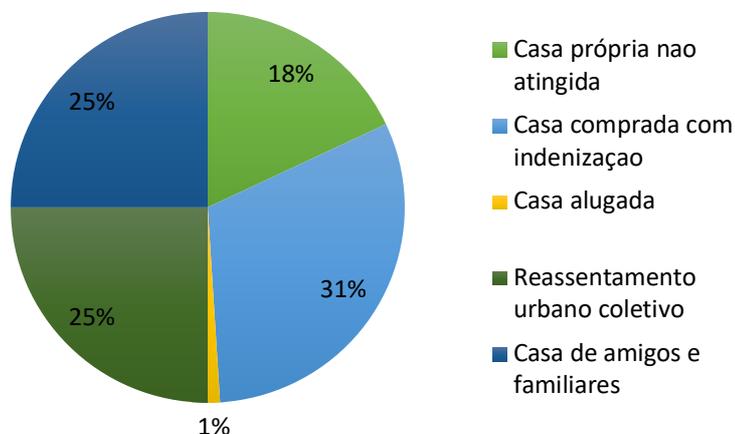


Gráfico 6: Situação atual de moradia dos entrevistados na cidade pós deslocamento forçado.

Percebe-se também, nesta nova configuração, que há uma grande dispersão de pessoas para localidades longe da beira do rio ou da cidade, principalmente nos casos em que as famílias receberam um reassentamento rural ou carta de crédito. As famílias que foram para estes locais relatam estarem vivendo uma situação extremamente difícil e identificamos dois motivos principais:

- a) os lotes adquiridos com carta de crédito estão localizados em terras distantes, próximo a municípios vizinhos de Altamira como Medicilândia, Anapu e Vitória do Xingu. A locomoção para estes lugares torna-se inviável sem ter um carro ou moto, já que não há transporte público para estas localidades. No caso do sr. Francisco Arcanjo Azevedo, antigo morador da Ilha do Itapiranga, que hoje mora em um travessão no Assurini:

“Tive que aprender a andar de moto para poder chegar no travessão porque depois que me tiraram da ilha roubaram minha embarcação. É perigoso andar lá na estrada de chão, já sou idoso, não tenho muita prática na moto e tenho que ficar desviando de caminhão e motorista bêbado na estrada. Quase sofri um acidente para chegar aqui hoje”.

O sr. Francisco contou também que já sofreu assaltos no caminho e já se acidentou nessa estrada que é perigosa devido ao tráfego intenso de caminhões. Ou seja, além da dificuldade de acesso à área, há o fator de risco de acidentes nestes deslocamentos, que muitas vezes são feitos por estradas de terra perigosas e pequenas estradas (ramais) que passam por dentro de fazendas.

- b) Os reassentamentos rurais não são adequados ao plantio, pois nessas localidades a terra é arenosa e quente, devido à degradação ambiental, e não há irrigação, rio, lago ou lagoa nas proximidades: “A terra é ruim, do lado só tem pasto e um calorzão que nem a macaxeira vinga”. Conseqüentemente, nota-se que as famílias reassentadas não conseguiram reproduzir neste ambiente árido seu modo de vida tradicional de agricultura familiar de baixo impacto associado ao uso difuso dos recursos do meio. Sendo assim, muitos estão endividados, pois além de terem que comprar produtos básicos para alimentação na cidade, ainda tem um altíssimo gasto com combustível e as contas do lote (energia, água, impostos, etc).

“Lá hoje o negócio é difícil, tudo é comprado e caro. A terra é muito longe e a escola onde os mais novos estudam fica a 12km dali. Temos um gasto grande com combustível. Mas foi o lote que deu para comprar com o dinheiro da indenização, não tinha outra opção, não dava comprar nada por perto porque as terras aqui tinham subido de preço. A terra lá é só areia, só presta para capim, é muito quente, não está dando para plantar nada”. Claudio Gonçalves Pessoa, ribeirinho antigo morador do Paratizão, 2016.

2.1.1 Elos perdidos:

As áreas indicadas pela NESAs para reassentamento das famílias, localizadas no reservatório principal da UHE Belo Monte ou no lago, como se referem os ribeirinhos, de dividem em três categorias principais: a) porções remanescentes de ilhas ou “Reassentamento em Ilha Remanescente” (RIR), de acordo com o vocabulário da concessionária; b) ilhas novas que se formaram com o enchimento do reservatório ou “Reassentamento em Área Remanescente” (RAR); c) margens do rio Xingu na terra firme.

Havia também o PRE, cuja sigla significa “Permanência em Remanescente Emerso”, que são áreas mais altas, cuja parte permaneceu emersa mesmo com o enchimento do lago. No fim, esta categoria é a mesma do RAR, com o diferencial, porém, de indicar que nessa categoria, a família que morava na localidade anteriormente teria prioridade no reassentamento. O PAP, “Ponto de apoio a pesca”, foi uma categoria criada também pelo empreendedor, cuja negociação foi bastante controversa. O licenciador, a partir de estudos elaborados pela NESAs, entendeu que aos pescadores que permaneciam apenas alguns dias trabalhando no rio, não era necessário uma área para plantio e moradia, pois estes já dispunham de uma casa na cidade. Este foi o entendimento equivocado, por parte do licenciador e licenciado, ao não reconhecer o sistema de dupla moradia.

As primeiras tratativas para o retorno às áreas no lago aconteceram entre 2015 e meados de 2016. Nesta etapa foram consideradas 43 famílias para o retorno às ilhas remanescentes ou novas. A prioridade foi concedida às famílias que possuíam porções emersas no “ponto de ocupação” anterior ou PRE, forma como a empresa denominava o local de moradia que foi destruído pela concessionária. Ou seja, neste caso a família teria o direito de retornar à antiga moradia, mas que já não existia mais e, muitas vezes, teria que dividir a área, como foi o caso de seu Algemiro, na ilha do Pedão, cuja ilha foi repartida com outros 10 moradores. Assim, portanto, podemos apontar que as antigas áreas de uso das famílias ribeirinhas não foram consideradas.

O gráfico abaixo demonstra o número de entrevistados que foram reconhecidos ou não com direito ao reassentamento em ilha remanescente (RIR), ponto de apoio à pesca (PAP), permanência em remanescente emerso (PRE) e os que não receberam nenhuma oferta para o retorno às áreas no rio:

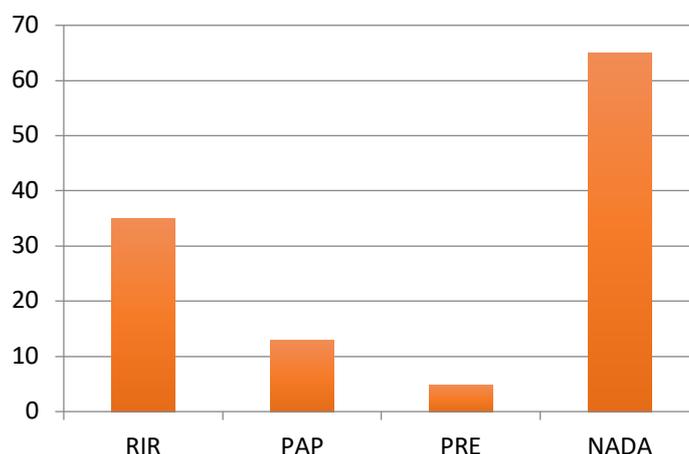


Gráfico 7: Oferta de reassentamento às 118 famílias entrevistadas pelo grupo de pesquisa.

Em trabalho realizado em campo, foram identificados problemas também nos reassentamentos em ilhas novas, que além de serem áreas menores e antropizadas³¹, eram muito íngremes, inapropriadas ao plantio. Também não consideraram a limitação do deslocamento de algumas pessoas mais idosas ao sugerirem o reassentamento em morros para algumas famílias, como foi o caso do sr. Ramiro Vaz Bezerra, cuja foto do reassentamento é possível verificar abaixo:

³¹ Áreas remanescentes de pasto antigo com maior altitude que permaneceram emersas.



Figura 10: reassentamento do sr. Ramiro Vaz Bezerra em ilha emergente ou nova formada na região do Palhal, foto da autora, setembro de 2016.

O reassentamento nas áreas de APP, em terra firme às margens do rio, iniciou em setembro de 2016 e também apresentou problemas, cujas narrativas convergentes das famílias indicam. No mapa das áreas indicadas para reassentamento pela NESAs, não há a indicação de trechos com pastagem ou alagados. Além disso, há conflitos com fazendeiros, cuja área da beira foi adquirida parcial ou integralmente pela concessionária. Como foi relatado no primeiro capítulo sobre a região do Poção, onde o reassentamento não havia acesso direto à beira do rio, outros problemas também foram narrados no Paratizão, localidade abaixo de Altamira:

“Não deram opção para escolher as áreas, nos deram uma terra de 500 metros de frente por 250 de fundo, mas a terra não é boa para plantar, tem muita saúva. A água não presta, fede e só vai resolver o problema se a Norte Energia cavar poço. Antes, a pesca era sadia, agora a produção caiu muito. Os peixes desapareceram porque a água esquentou demais. Além do que aqui é mais longe do que antes...”

Além dos problemas relatados quanto meio ambiente inóspito como áreas degradadas ou alagadas, não indicadas ao plantio, ou localidades que apresentam conflitos com o proprietário da fazenda vizinha, outras questões causadas pelo rompimento do elo familiar e de vizinhança devem ser consideradas. A desarticulação das redes sociais, que era um mecanismo não só de segurança, mas também de ajuda mútua, causou o aumento das narrativas de pequenos furtos e roubos no beiradão.

O reassentamento de algumas pessoas, pela empresa e concessionária, que não eram consideradas ribeirinhas pelo coletivo, em áreas onde moravam anteriormente famílias antigas e tradicionais do beiradão gerou conflitos diversos e foram encarados como situações de injustiça. Ao não reconhecerem todos os núcleos familiares dentro de um mesmo grupo doméstico, por exemplo, as empresas também colaboraram para que um conflito interno fosse gerado na própria família. Alguns relatos sobre a concessão da carta de crédito a apenas um filho do casal, enquanto haviam outros também que já haviam constituído família à época do deslocamento forçado, era considerado um ato injusto.

2.1.2 As reuniões

Entre 2016 a 2019 foram tantos encontros, públicos ou não, que foram suficientes para completar pelo menos seis cadernos de campo e consolidar cerca de 90 atas, memórias, notas e relatos de reunião. Isso sem contabilizar as reuniões menores, que não eram públicas, somente entre o grupo representativo dos ribeirinhos, o Conselho. As notas e pareceres técnicos, laudos e ofícios dos ribeirinhos enviados ao empreendedor e licenciador da UHE Belo Monte são incontáveis. Grande parte deste trabalho foi realizado com o apoio do grupo interinstitucional de apoio ao Conselho Ribeirinho, em especial da antropóloga Ana Alves De Francesco, responsável técnica pelo acompanhamento do Conselho Ribeirinho.

Este trabalho, cuja importância e proeminência obteve o Conselho no processo de garantia dos direitos das famílias excluídas pelas empresas, empreendedor e licenciador da usina hidrelétrica, não será narrado em detalhes, tendo em vista que o objeto desta pesquisa é compreender a mudança causada pelas empresas no território. Sendo os encontros, reuniões, expedições, vistorias, entre outros, uma parte importante do trabalho deste Conselho, recomendo que os leitores interessados busquem a tese de doutorado e recente livro publicado em 2021 pela antropóloga e pesquisadora Ana Alves De Francesco, cujo título “Terror e resistência no Xingu”³², simples e potente, conta a história de um violento e belo processo de reivindicação de direitos por um coletivo que luta até hoje para a garantia territorial dos povos do rio.

³² O livro pode ser acessado gratuitamente neste link onde pode ser feito o *download* do arquivo: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/livro-terror-e-resistencia-no-xingu-e-lancado-nos-cinco-anos-de-criacao-do-conselho-ribeirinho> (acesso em 23/02/2021).

No início de 2017, as diversas reuniões entre os ribeirinhos do Conselho marcaram um evento importante neste processo, que foi o **reconhecimento social das famílias ribeirinhas**. Como já foi mencionado acima, a partir de vistorias e trabalhos de campo, o grupo representativo do beiradão não reconheceu todos os reassentados pela Norte Energia nas ilhas e margens. À época das expropriações de seus locais de moradia, algumas pessoas foram cadastradas enquanto utilizavam a ilha apenas para lazer ou construíram uma “cabana durante a fofoca da barragem só para pegar a indenização”. Enquanto outros que eram notadamente reconhecidos como ribeirinhos ficaram de fora do processo, sem o direito ao reassentamento, poucos foram beneficiados.

“Seu João Goiano ganhou aquela casa na marra, foi muito difícil pra reconhecerem ele, foi graças ao Conselho. Ele era morador antigo da ilha do Itapiranga”, conta Marinho ao lembrar do sr. João Pedro da Silva que depois foi parar nos “estudos de caso”, episódio do qual falaremos abaixo. Apesar da idade avançada, seu João nunca desistiu de voltar para o seu antigo lugar e o trabalho do conselho em parceria com o grupo de apoio, garantiu que as famílias invisibilizadas pelo processo de cadastramento tivessem um último suspiro de esperança.

Em meados de 2017, portanto, o Conselho Ribeirinho, em trabalho conjunto com o grupo interinstitucional de apoio ao Conselho, formado pelo MPF, DPU, UFPA, ISA e Movimento Xingu Vivo Para Sempre, enviou uma proposta de reconhecimento pelos seus pares ribeirinhos, respeitando os núcleos familiares e de vizinhança, para o IBAMA e Norte Energia. O relatório do processo de reconhecimento social, que foi construído com rigor e transparência após pelo menos 12 reuniões presenciais com a presença de instituições de apoio e do Ibama, foi entregue ao órgão licenciador e concessionária solicitando o reconhecimento da identidade ribeirinha. A procuradora federal, Thais Santi, recomenda que os casos não sejam mais individualizados e que palavra ribeirinho seja incluída no processo de licenciamento da usina hidrelétrica.

Deste modo, da sistematização das narrativas das conselheiras, conselheiros, ribeirinhas e ribeirinhos em uma série de reuniões foram selecionados alguns tópicos que geraram uma lista descritiva de critérios, que ficou assim organizada³³:

³³ Os critérios formam parte do relatório de reconhecimento social que foi produzido pelo Conselho Ribeirinho e grupo de apoio interinstitucional em maio de 2017.

HISTÓRIA RIBEIRINHA: Ribeirinhos tem história, tem tempo de morada na região, tem família, vizinhança, comunidade. Ribeirinho é família. Ribeirinho vive na comunidade - divide o trabalho (mutirão) e a comida (vizinhar).

MORADIA RIBEIRINHA: Ribeirinho mora na beira do rio - na ilha ou no beiradão. Ribeirinho tem dupla moradia - vive entre a rua e a cidade, a casa na cidade é um ponto de apoio para acesso à saúde, educação e serviços. Ribeirinho tem casa simples - pode ser aberta para garantir ventilação, pode ser coberta de palha, lona, telha ou cavaco, as paredes podem ser de taipa ou de madeira, pode não ser fechada. Seu fogão é de lenha.

MODO DE FALAR RIBEIRINHO: Ribeirinho tem vocabulário e sotaque próprio.

SABERES RIBEIRINHOS: Ribeirinho tem um saber-fazer - sabe subir em canoa e remar. Sabe tratar e ticar peixe. Sabe tirar macaxeira e fazer farinha. Sabe fazer canoa, remo, vassoura, abano, diversos tipos de peneiras, balaio, esteira (tupé), tipiti, arco e flecha, fazer e remendar malhadeira e tarrafa, casa, telhado de palha e parede de taipa, fogão de barro, farinha, remédio do mato

ECONOMIA RIBEIRINHA: Ribeirinho é mistura - é pescador, agricultor, caçador, criador, extrativista. E precisa ser tudo isso para sobreviver no beiradão. Vive da terra, da sua localidade, planta e pesca. Produz para alimentar sua família - peixe, caça, farinha, fruta. Tem criação: galinha, pato, cachorro, gato, porco. Pode ter gado, mas não sobrevive do gado, tem poucas cabeças, para poupança e alimentação da família. Planta todo tipo de coisa pois é da terra que tira sua alimentação. A sua produção é para alimentar a família. Vende o que sobra. Não é só pescador, mas tem várias atividades, é um pouco de cada coisa, pois sobrevive do rio e da terra. Ribeirinho trabalha em mutirão - Pode pagar ou trocar diárias, mas não tem empregados. Ribeirinho pode ser caseiro - e continuar ribeirinho, mantendo uma vida e uma história no beiradão. Pode ter um trabalho, como caseiro, vaqueiro ou diárias.

RELAÇÃO DO RIBEIRINHO COM A NATUREZA: o ribeirinho preserva a natureza - porque é diretamente dela que ele sobrevive. Da mata e do rio.

2.1.3 Estudo de caso: quem é ribeirinho, como e por quê?

“O maior crime do poder é negar às pessoas sua identidade. O crime de empurrar um povo para julgar a si próprio pelos critérios de seus opressores”. John Berguer, 1972.

Apesar da recomendação do Conselho Ribeirinho, IBAMA, SBPC e MPF para que os estudos de caso fossem analisados e tratados coletivamente, a concessionária individualiza o processo novamente e identifica alguns nomes que deveriam se apresentar para alguns esclarecimentos. Em reuniões menores, individualizadas, organizadas pela NESA com a presença de seus advogados – só eles possuíam autorização de fala, acompanhadas pelo grupo interinstitucional de apoio ao Conselho, eles questionavam o histórico, a economia e modo de vida de cada um.

“Sonegaram o meu direito, não me reconheceram e agora me jogaram para o estudo de caso”, diz seu Aranor, que juntamente a outros 26 ribeirinhos, se apresentaram no escritório da Norte Energia, em setembro de 2017, onde ocorreram as entrevistas. O ribeirinho poderia indicar até duas testemunhas, a fim de lhe apoiarem na defesa da narrativa. Essa pessoa, entretanto, não poderia ser amigo ou membro da família. Como a maioria vivia próxima de amigos e familiares no beiradão, então os vizinhos não poderiam ser considerados. Muitos recorreram, assim, a pilotos de embarcação que passavam pelas localidades e que poderiam provar a condição do morador ou moradora da região.

O principal motivo de ter levado essas pessoas às análises individuais foi o questionamento financeiro das indenizações. De acordo com o advogado da concessionária, os ribeirinhos foram bem indenizados, então poderiam ter comprado algum outro imóvel. Além disso, houve questionamentos relacionados à idade do ribeirinho, a capacidade de trabalho familiar, o que era de fato considerado uma moradia ribeirinha, além do não reconhecimento da dupla moradia e do dinamismo da vida na beira do rio. Perguntas como: “mas você morou naquela ilha e se mudou porquê? Não estava bom lá? Fez o que com o dinheiro?” faziam parte do *script* de perguntas padrão já elaboradas pelo alto escalão dos advogados da empresa.

Recorto aqui um trecho de uma das entrevistas na qual o advogado da concessionária questiona a testemunha sobre uma moradia na ilha que não tinha paredes, eram só os esteios com cobertura feita de palha:

DPU: “a senhora sabe se tinha uma casa lá?”

Testemunha 1: “Tinha uma morada com um forno a lenha lá...”

Advogado NESA: “a senhora acredita que aquilo era uma casa que dava pra morar?”

Testemunha 1: “Dava sim porque até eu fico. Onde eu moro é assim. Assim é a vida do ribeirinho”.

No estudo de caso do sr. João Goiano, como era conhecido no beiradão o sr. João Pedro da Silva, o advogado da NESA convidou uma das funcionárias para se manifestar. Foi a primeira vez que outra pessoa da empresa falou. A convidada para a entrevista era assistente social e havia trabalhado em uma empresa terceirizada em 2011, quando iniciaram os cadastramentos dos ribeirinhos que seriam expulsas de suas localidades e, coincidentemente, ela própria que atendeu e fez o cadastro do seu João à época. No relato, ela cita frases como “era perceptível que não havia condições dele permanecer sozinho ali”, “era óbvio que ele precisava de cuidados” “ele não tinha o que comer, quando estive lá ele estava assando um peixe em cima das pedras, mas não tinha outros alimentos”.

Como já conhecia seu João de outras conversas, fiquei lembrando que ele me falava que nunca viveu sozinho porque na ilha ele estava cercado de vizinhos. Fome ele não passava porque tinha o peixe e os vizinhos sempre levavam farinha. Acredito também que alguns cuidados deveriam ser reforçados se o nosso país tivesse políticas públicas eficientes para cuidar de seus idosos, como por exemplo, apoio para obter o auxílio do idoso ou aposentadoria, apoio para consultas e exames médicos, entre outras ações necessárias que qualquer pessoa idosa deveria ter acesso.

Quando seu João disse em alto e bom som que gostaria sim de voltar para a ilha porque lá era fresco, ventilado, que ele não passava fome e vivia rodeado de amigos e vizinhos, diferente da casa onde ele vive hoje isolado no RUC Laranjeiras, o advogado começou a questionar se ele teria forças e condições de trabalhar na nova localidade. Eis que a conversa encerra com o advogado da DPU sinalizando que ele receberia a verba de construção, concedida obrigatoriamente pela NESA, e com esse dinheiro ele pagaria alguém para construir a nova moradia. Além disso, ficou determinado que no caso dele, devido a idade avançada, ele seria reassentado próximo à antigos vizinhos, com quem poderia contar, como sempre contou, quando morava na ilha.

Fruto de discórdia e motivo de maior questionamento por parte dos entrevistadores, eis que o assunto dinheiro e indenizações retorna ao centro da conversa. Partindo de uma lógica moderna e neoliberal, os funcionários da empresa trazem para a conversa algumas dúvidas como: “mas se ele recebeu toda aquela quantia, porque não

comprou um imóvel?” ou “o que a família fez com todo o dinheiro da indenização?”. Essas perguntas refletem como o entendimento do que é o dinheiro, para que serve e sua acumulação é completamente diferente para os ribeirinhos, cuja vida e existência não depende diretamente de um recurso monetário.

O que prova isso é a frequência que foram ditas e reforçadas frases como: “É melhor ter amigo do que ter dinheiro, porque o dinheiro acaba e a amizade não”. Ou então a famosa frase: “é melhor ter um amigo na praça do que dinheiro na Caixa”, fazendo referência antes às relações de vizinhança e amizade, mais importantes do que o dinheiro pura e simplesmente. Narrativa comum e reafirmada nas entrevistas, o dinheiro recebido na época das indenizações ou a) não era suficiente para comprar um bem imóvel devido ao preço elevado das terras diante da especulação imobiliária na região; ou b) as indenizações não contemplaram todos os núcleos familiares de um mesmo grupo doméstico, portanto, tiveram que repartir o dinheiro ou vender a carta de crédito/reassentamento que receberam para depois dividi-lo entre os membros familiares.

Não sem sofrimento e dificuldade, eis que chegam ao fim os estudos de caso. Não obstante algumas ressalvas foram feitas, como no caso do sr. João Goiano, e de outro par de famílias que acabou desistindo do reassentamento pois já estavam vivendo em outra cidade, todos os indicados pelo Conselho Ribeirinho foram considerados e passaram a receber a “verba de transição”. Recurso que, apesar de insuficiente para garantir a subsistência de uma família inteira na cidade, serviu como apoio enquanto não retornavam à beira do rio. Se o ano de 2017 foi marcado pelo reconhecimento social das famílias beiradeiras, em 2018, com o “GPS humano” começa o trabalho de retomada rumo ao Território Ribeirinho.

2.1.4 Corpos em luto

Os restos de uma moto no asfalto não escondem o sangue já seco e pisado de quem passa por ali. Essas são cenas comuns de se ver pelas ruas de Altamira depois da barragem. Mães solteiras e agora sem os filhos, que foram mortos pela chacina que tomou conta de Altamira depois da UHE Belo Monte padecem e tentam reviver depois de tanto luto. O movimento “As mães do Xingu” nasce em 2017 em Altamira, com o objetivo de reunir as mães que tiveram suas vidas esfaceladas na última década devido ao assassinato de suas filhas e filhos, vítimas da violência urbana instaurada em Altamira.

O impacto gerado pelo aumento populacional repentino³⁴ contribuiu sobretudo para a precarização da situação de vida de crianças e adolescentes no município (Oliveira, 2017). O professor da UFPA e advogado Assis traz dados robustos do Fórum de Justiça, do Conselho Tutelar e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Altamira que corroboram esta afirmação. Entre os anos de 2012, verifica-se um aumento exponencial da prostituição, abuso e estupro sexual infantil associado ao aumento dos casos de gravidez na adolescência, bem como crianças que são vítimas de maus tratos, aumento de conflitos na família e do número de jovens dependentes químicos.

Em Altamira, frequentemente a ordem natural das coisas da vida é invertida. Ao invés dos filhos velarem as mães, é o inverso que ocorre. Nunca vi tanta gente morrer. Vítimas de acidente de trânsito, de homicídio qualificado ou não causado pelo embaralhamento das gangues nos bairros periféricos ou mesmo da polícia, nota-se um recrudescimento da violência e, com isso, a banalização da vida. Altamira, uma cidade ribeirinha localizada à beira do rio Xingu, torna-se a cidade mais violenta do Brasil de acordo com o Atlas da violência de 2017.

Em seu livro “Brasil, construtor de ruínas”, de 2019, a mais premiada e reconhecida jornalista do mundo, Eliane Brum, defende que a usina hidrelétrica de Belo Monte, ao expulsar os ribeirinhos da beira do rio Xingu, um lugar onde vivia-se abundantemente, o Governo brasileiro transfere essas pessoas para as bordas mais longínquas do município, transformando-as em uma massa de pobres periféricos urbanos, onde a inanição e violência fazem parte do seu cotidiano. Os povos da floresta e do rio, cuja vida era farta de recursos, agora vive enclausurado em casas onde não se pode atar uma rede para descansar³⁵. O descanso já não é mais possível nos RUCs, apesar do calor, da fome, dos corpos cansados e em luto.

Cenas comuns que escancaram a violência nas ruas, visíveis ao olho nu ou reproduzidas em jornais e noticiários locais, sejam causadas por acidentes de trânsito por homicídios qualificados, sempre lembravam e remetiam ao livro “Diante da dor dos outros”. A premiada escritora, pensadora e ensaísta feminista Susan Sontag (2003) traz uma reflexão sobre a iconografia do horror de uma guerra analisando símbolos e imagens desde o século XVII, passando pela obra “As desgraças da guerra” de Goya, fotografias

³⁴ Estima-se que ao menos 80 mil pessoas vieram para a região de Altamira entre 2010 e 2015 para trabalhar.

³⁵ As casas construídas nestes reassentamentos não suportam a perfuração de suas paredes de gesso para a instalação de ganchos, necessários para estender as redes, muito utilizadas para dormir e descansar neste lugar da Amazônia.

da Guerra da Criméia, retratos da Guerra Civil Espanhola até os atentados ao World Trade Center em Nova York, em 2001. Imagens de civis mortos em uma guerra nos paralisam e anestesiavam diante do horror ou incitam ainda mais o ódio ao fomentar a violência? São perguntas que a pensadora nos traz a refletir a partir dos registros de crimes de guerra.

O argumento da escritora gira em torno do seguinte contraste: imagens chocantes que não nos revelam detalhes nem denúncias específicas de uma guerra em particular são mais veiculadas do que aquelas que poderiam ser utilizadas como provas cabais da violação e atrocidades cometidas em um campo de batalha. A construção imagética denuncia que há, de fato, muitas formas diferentes e oportunidades oferecidas pela vida moderna de ver a dor das outras pessoas. “Fotos de uma atrocidade podem suscitar reações opostas. Um apelo em favor da paz. Um clamor de vingança. Ou apenas a atordoada consciência, continuamente reabastecida por informações fotográficas, de que coisas terríveis acontecem” (2003, 16).

Por um bom tempo, as pessoas acreditaram que o horror causado diante das imagens poderia chocar e, assim, escancarar finalmente toda a atrocidade e insanidade de uma guerra. Não é o que vemos por aqui neste campo de batalha chamado *Altamiracles*³⁶, onde o horror praticado diante da violência nas ruas nos conchama a continuar a luta, apesar do luto.

³⁶ Junção do nome do município Altamira com a palavra da língua inglesa “*miracles*”, que quer dizer milagres. Traduzindo para o português, seria a terra dos milagres ou a cidade onde tudo pode acontecer.

CAPÍTULO 3: O RIO

3.1 A “Mão Divina”

“Quando a gente veio para Altamira, eu cheguei com 4 anos, até me lembro da lancha que trouxe a gente que chamava Mão Divina. Veio cheia de castanha lá do Morro do Anfrísio. Quando parou o barco pra subir a castanha, meu irmão estava quase morrendo, aí a gente veio embora mesmo e nunca mais voltou lá pra morar”. Marinho Barros dos Santos, ex-morador da localidade Branca de Neve, no Riozinho do Anfrísio, e da Ilha da Barriguda, no Território Ribeirinho.

A narrativa acima expõe o motivo principal pelo qual a família de Marinho veio do Riozinho do Anfrísio para a cidade de Altamira em 1998. O irmão mais novo adoeceu, ainda recém-nascido, e o trauma da quase morte os trouxe à cidade, em busca de tratamento, já que nesta época ainda não havia posto de saúde na localidade que hoje é uma Reserva Extrativista, sob a gestão do ICMBio. O pai de Marinho, sr. João Delmiro, começou a trabalhar com a extração do látex das seringueiras nativas dessa região quando tinha apenas cinco anos de idade, nos anos 1971. Junto com seu irmão, sr. Raimundo Delmiro, conhecido como “Belmiro”, dois anos mais velho, foram sozinhos para a mata pela primeira vez só com um facão e uma poronga, um tipo de lamparina artesanal, para começar a cortar o leite das seringueiras.

A unidade socioespacial de vida das famílias que trabalhavam nos antigos seringais era conhecida como “colocação” e supunha uma baixa densidade demográfica compatível com um uso de baixo impacto dos recursos no médio e longo prazo (Cunha; Almeida, 2002). O termo é definido por Almeida como “uma organização social e um sistema econômico caracterizado pelo uso múltiplo de territórios florestais por uma rede de casas aparentadas, compartilhando ambientes em comum” (2012, p. 121).

De acordo com Maria Augusta Torres, a “colocação” era o primeiro espaço que o seringueiro habitava, com o objetivo de trabalhar e produzir a borracha para pagar suas dívidas com o patrão” (2021, 39). Essas localidades habitadas pelos seringueiros estavam diretamente conectadas aos barracões dos patrões da borracha, onde armazenava-se o estoque produzido durante uma safra. A conexão entre o patrão e o seringueiro se dava principalmente por meio da relação de trabalho e aviamento que se estabelecia entre eles.

Concomitantemente à extração do látex natural começaram a ser exploradas outras atividades como o caça à pele do gato maracajá e o garimpo artesanal. A economia doméstica era basicamente de subsistência, incluindo práticas extrativistas, a pesca e a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos. Este sistema, associado à economia da borracha contribuiu em grande parte para que os ribeirinhos se fixassem nesta região do médio Xingu na virada do século XIX até a metade do século XX (Guerrero, Postigo, 2017, p. 228).

Os “arigós” ou “soldados da borracha” como eram chamados os que chegavam sem nada saber da floresta, começaram a se estabelecer na região e a desenvolver suas próprias formas de adaptação ao ambiente, incorporando suas tradições culturais e técnicas indígenas sofisticadas. Este modo de viver consolidou um sistema altamente resiliente que possibilitou a permanência destas famílias em diversas localidades, apesar das dificuldades econômicas associadas às oscilações do mercado.

Na primeira metade do século XX, o ciclo da economia da borracha começa a entrar em declínio na Amazônia com a queda do preço do produto no mercado mundial, consequência da ascensão dessa produção nos países do continente asiático. A comercialização de peles de animais passa a ser proibida nas décadas de 1980 e 1990. Nesta época, os seringueiros-beiradeiros começam a buscar no extrativismo, como a coleta e quebra da castanha do Pará, uma atividade para garantir a compra de itens básicos como açúcar, sal, café, óleo e sabão.

Neste momento também se intensificam as relações com os comerciantes fluviais, conhecidos como regatões. É na década de 1990 que a família de Marinho se muda definitivamente para a cidade de Altamira em busca de tratamento de saúde para o irmão mais novo. Depois, diante das dificuldades de subsistência na cidade, passam a viver em uma ilha mais próxima ao município, na região do Furo do Pau Rolado. Narrativas de inanição diante da escassez de recursos eram constantes e motivo principal que levou a família do sr. João a viver na ilha, na beira do rio, é porque lá havia peixe em abundância e não se passava fome.

Grande parte dos ribeirinhos que vivem hoje neste território próximo à Altamira ascendem dos antigos arigós, migrantes nordestinos que vieram trabalhar nos seringais dos rios Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio. Por motivos já relatados que podem estar relacionados à saúde, educação, mas também associados a fatores econômicos, diante da

ascensão da pesca como atividade comercial, estes povos que antes habitavam o “alto” rio fixam-se mais fortemente, a partir da década de 1990, nas margens e ilhas do beiradão próximo ao município de Altamira. Um dado relevante é que a escolha pela moradia nas ilhas está relacionada a uma contingência histórica muito mais do que uma preferência. Nas colocações rio acima, havia conflitos entre os seringueiros e os povos indígenas que eram considerados “brabos” e não falavam a língua dos brancos. Batalhas históricas foram travadas na beira do rio entre os dois povos, porém, casamentos também ocorreram entre eles conforme os indígenas eram “amansados”. Além dessa disputa histórica com os índios, ainda na terra firme estavam sujeitos à expulsão por fazendeiros e grileiros que passaram a dominar e roubar latifúndios próximos à beira do rio.

Assim, é possível considerar que o modo de vida destes povos do rio foi caracterizado sobretudo pela resiliência, mobilidade e consolidou uma série de atividades ou pluriatividades, que tornaram complexa sua experiência de sobrevivência em um ambiente tropical úmido. Essa complexidade aliada à resiliência gerou uma multiplicidade de saberes e domínio no manejo de recursos florestais que garantiram não só a subsistência a médio e longo prazos com a comercialização do excedente produzido, como também a consolidação de um tipo único de saber e modo de viver beiradeiro.

3.1.1 Ribeirinho tem história

“Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresentam uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção. Para compreender esses povos e comunidades, os fatores agrários e as interpretações de base econômica são insuficientes. Devem ser considerados também os elementos de autodefinição e de consciência de suas próprias necessidades. A partir deles pode-se afirmar que fatores étnicos e identitários mostram-se capazes de delinear suas diferenças em relação a outros grupos”. (Almeida, 2010, 105, 106).

Em uma reunião em maio de 2018, a seu Aranor é solicitado contar brevemente como começou a organização deste movimento pela luta e pelos direitos dos povos violados pela UHE Belo Monte, que culminou na criação do Conselho Ribeirinho. Ele começa: “Só o ribeirinho sabe contar como foi a nossa vida, porque a gente tem história”. A fala de seu Aranor é simbólica e representativa porque ele afirma que só os ribeirinhos

podem contar sobre a vida deles porque só eles detêm o conhecimento necessário e propriedade para falar sobre como vivem.

Neste mesmo encontro é apresentado o resultado do trabalho sobre o que significa ser ribeirinho e que foi construído coletivamente para a elaboração do relatório de reconhecimento social, sobre o qual foi narrado no capítulo 2.

“O RIBEIRINHO³⁷: a sua moradia pode ser aberta, porque é ventilado e seguro o beiradão. Ela pode ser coberta de lona, de cavaco, de palha ou de telha. Ao fazer sua casa, o ribeirinho sempre sabe de que lado a sombra vem. De que lado a chuva vem. Então tem um jeito de colocar a casa no lugar. O ribeirinho mora na beira do rio. Tanto na terra como na ilha. Ele planta, ele pesca. Ele vive da terra dele. A casa do ribeirinho não precisa ser na área rural, porque muitas vezes o ribeirinho está na cidade, como é o caso de doença. **Então o ribeirinho vive entre o rio e a cidade.** O ribeirinho tem um modo próprio de falar, tem um sotaque. Um das palavras que são do beiradão. O ribeirinho tem canoa e sabe remar. Ele sabe tratar e ticar um peixe. Ele amola faca na pedra. Ele sabe tirar uma macaxeira. Ele tem um jeito de cozinhar, que é na pedra, no chão, no fogão a lenha. O banheiro do ribeirinho é no mato. O ribeirinho tem uma história, ele tem um tempo de moradia no local, ele tem vizinhança, ele tem comunidade. Porque ribeirinho é família. O ribeirinho não vive sozinho. O ribeirinho não é só pescador. Ele é uma mistura. De pescador com agricultor, criador, caçador e extrativista. Ele vive na comunidade. E é na comunidade que ele divide a comida. E a comida ela não é comprada. É o peixe, é a caça, é a farinha, é a fruta do mato. O ribeirinho tem uma casa na rua, que é um ponto de apoio para acessar saúde, educação, vender o peixe, a farinha, comprar gasolina. O ribeirinho tem um conhecimento. Coisas que ele sabe fazer. A canoa, o remo, a vassoura, o abano de fazer o fogo, a peneira para tirar o açaí, a bacaba, a tapioca. Sabe fazer farinha, sabe fazer um balaio, uma esteira, tiquiti, sabe remar e andar de canoa, sabe fazer malhadeira, emendar malhadeira e tarrafa. Sabe fazer a flecha, sabe fazer a moradia dele, que é bater e tecer a palha para fazer o japá. Sabe fazer um fogão a lenha, sabe tecer o japá para fazer o capote. Sabe fazer a casa de tábuas, de taipa. Saber criar. Cria galinha, cria pato, cria porco, cria gato e cria cachorro. O ribeirinho pode criar gado, mas ele nunca sobrevive do gado, e o gado é sempre um pouco para alimentação, coalhada para alimentar a galinha ou uma poupança em caso de precisão. Sabe fazer o próprio remédio. O ribeirinho é

³⁷ Texto condensado a partir das narrativas de reunião do dia 13 de janeiro de 2017 pelo grupo interinstitucional de apoio ao Conselho Ribeirinho, a partir das informações coletadas em reuniões, em março de 2017 e publicado no relatório de reconhecimento social neste mesmo ano.

diferente do pescador. Porque o pescador só pesca. E o ribeirinho é um pouco de cada coisa. Sabe um pouco de cada coisa para sobreviver do rio e da terra. Se ele fugir disso ele não é ribeirinho. E não consegue viver ali. O ribeirinho pode estar caseiro, pode fazer uma diária pra alguém, pode ter outra fonte de renda, mas ele tem uma vida e uma história no beiradão. O ribeirinho não tem empregado, mas pode trocar uma diária e trabalhar em mutirão. O ribeirinho ele preserva o lugar dele. A mata. Preserva porque ele sobrevive dali. O modo de vida ribeirinho é sobreviver do seu lugar. Tudo o que ele tem ele tira de lá. Ele planta e tira o seu alimento dali, e também o seu remédio. O que sobra ele vende na cidade. Ribeirinho tem história. Tem uma vida no rio. Um tempo prolongado no lugar. O que define o ribeirinho é a sua história, e não a casa ou o fato de estar na ilha num certo dia. A vida do ribeirinho é o rio”. Relatório de reconhecimento social. Conselho Ribeirinho e grupo de apoio interinstitucional, março de 2017.

Um dia, conversando com o Marinho, ele se auto definiu como um “tipo de acari peba³⁸, meio a meio, gente da cidade misturada com gente do beiradão”. Quando vieram do Riozinho do Anfrísio, relata que passaram muita dificuldade e fome no começo porque “não tinha trabalho na rua para quem é do mato”. Ficaram “de favor” na casa de parentes na cidade de Altamira, no bairro Independente II, próximo ao porto do pepino. Com 5 anos ele conta que já tirava água das canoas, limpava os barcos que chegavam de viagem e ajudava a carregar e descarregar as embarcações, ou seja, qualquer atividade na beira do rio era realizada para ganhar “algum trocado”.

Diante das dificuldades para viver na cidade, seu pai, João, recebeu uma oferta para cuidar de uma ilha acima de Altamira, na região do Furo do Pau Rolado, do outro lado da Ilha da Barriguda. Assim, eles passam a ficar todo o tempo na ilha, onde “a vivência era mais fácil porque tinham trabalho e o peixe não faltava nunca”. Além da pesca, atividade principal do núcleo familiar, eles se juntavam com outros vizinhos para fazer farinha no verão, cuidavam de pequenas criações como galinha e pato e também caçavam. “Quando não tinha gelo, a gente salgava tudo e estendia no sol”, conta sobre a técnica para armazenar o pescado ou a caça.

O rio Xingu é marcado por uma variação sazonal cuja época de inverno começa no final do mês de outubro, meados de novembro, quando começam as primeiras chuvas. Nestes meses, o rio já começa a encher. A vazante do rio tem início quando cessam as

³⁸ Marinho faz aqui referência à “peba” como se fosse um acari não original, misturado, “meio vira-lata”.

chuvas e começa o verão, em junho. De acordo com Marinho, a “goiaba de junho e a caferana, frutas que o Pacu, Piau, Matrinchã e Kadete comem começa a cair na baixante da água”, quando o rio começa a “vazar”. “O tucunaré fica na boca da piracema, porque ele já sabe quando vai começar o verão”, assim me explicou Marinho.

“No inverno a batalha era maior”, relata Marinho. Não tinha como manter todas as criações ou plantar porque a água cobria a maior parte das áreas onde os beiradeiros moravam. Apenas as famílias que conseguiam permanecer em uma terra mais alta é que mantinham os plantios nesta época. Ele conta que moravam em casas “de altos e baixos”, como se referem às casas de palafitas ou casas de “assoalho”. No verão, utilizavam a parte baixa da casa, onde ficava a cozinha, no inverno não restava alternativa e tinham que “viver lá em cima e só a canoa ficava no pé da casa”. Ele conta que a batalha era maior no inverno porque a pesca também ficava mais difícil quando o nível da água do rio subia. Era quando os peixes adentravam nos igapós³⁹ e a captura tonava-se mais difícil na água turva da enchente.

Saberes e técnicas específicas e complexas, como o conhecimento da localização exata de onde a fruta cai, onde o peixe fica e em qual profundidade do poço ele vai em determinada época do ano, saber como flechar, tratar, “ticar”⁴⁰ e filetar o peixe, saber ouvir os pássaros e conversar com eles, tirar o leite da seringueira, entre outros, só são possíveis a partir de conhecimentos transmitidos de geração em geração, com a prática constante e observação atenta a todos os movimentos dos mais velhos. Este conhecimento associado à agro biodiversidade é transmitido com base na oralidade, dos avós, mães e pais para os filhos e filhas mais novas.

Esses saberes também estão presentes nas construções das casas, nos cultivos das roças, nos quintais agroflorestais, nas áreas de pesca e nas estratégias adotadas para responder à dinâmica das mudanças estacionais no Xingu. Este conhecimento e capacidade de adaptação aos diversos ambientes possibilitou que os povos do rio adotassem medidas eficientes às variações sazonais que ocorriam ao longo do ano, desenvolvendo as suas práticas de acordo com o período do ano e os espaços disponíveis para execução dos seus trabalhos.

³⁹ Igapós são “pedaços da terra que alagam e formam ilhas alagadas” e ficavam submersas praticamente durante todo o inverno.

⁴⁰ Ticar o peixe significa talhar, abrir pequenas fendas na lateral do peixe para que o sal penetre.

A prática e o manejo de um conjunto de técnicas – saber utilizar e manejar ferramentas complexas e perigosas, recolher e organizar “bater” a palha para fazer telhados ou cestarias – são aprendidas desde a infância, quando também aprendem a andar na floresta e no rio sozinhos. Antes de ir para a escola pela primeira vez, aos dez anos, Marinho já sabia manejar os apetrechos ou as ferramentas de pesca desde os quatro anos, quando se lembra de ter pego um surubim pela primeira vez. “Lembro que era grande e ainda não tinha força suficiente para puxar, meu pai que me ajudou a puxar pra dentro da canoa”, conta com orgulho do feito.

Se considerarmos que o conjunto de técnicas é a principal forma de interação entre o homem e o meio é necessário afirmar que estas abarcam a materialidade, ou seja, os instrumentos de trabalho específicos, e os meios de organização e regulação social, inter-relacionando-os (Santos, Silveira, 2001). As técnicas, de uma forma ampla, não se tratam apenas de ferramentas de trabalho com a finalidade de produzir, criar, informar, comunicar ou transportar, por exemplo, mas como um meio de atingir este ou aquele objetivo específico. Elas vão para além disso porque seu caráter material ou imaterial está diretamente relacionado com a cultura, o território e o tempo histórico da humanidade que vive naquele espaço.

Bebendo na fonte de Maximilien Sorre (1948), o primeiro geógrafo a considerar a técnica como um sistema, visto na sua amplitude, Santos defende: “Só o fenômeno técnico [compreendido] na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (Santos, 2002, 37). Quando Milton Santos fala que é necessário envolver totalmente o fenômeno técnico, ele se refere justamente ao fato de que as técnicas não podem ser estudadas isoladamente, sem se compreender todo o fio condutor que as conecta no tempo e espaço analisado. “O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas” (2002, 56) e desafia, assim, os geógrafos a pensarem as técnicas relacionando-as ao momento e ao propósito com que foram criadas.

Voltando ao que é ser ribeirinho, segundo relatos do Marinho, o trabalho do beiradeiro antes da UHE Belo Monte “sempre foi mais com a pesca e a função do colono é a agricultura porque ele mora no centro da terra, longe da beira do rio”. O colono, portanto, como não pesca, tem mais tempo para se dedicar ao plantio do cacau, abóbora, macaxeira, milho, feijão etc. “Isso o ribeirinho também planta, mas só no verão”, são as culturas temporárias ou de ciclo curto anual. O ribeirinho também planta culturas

permanentes de ciclo longo como o café, cítricos (laranja, limão, abacaxi) e frutíferas (coco da praia, bacaba, açai, jambeiro, murici, caju, manga, mamão, goiaba, golosa⁴¹). As espécies florestais como castanheira, ipê, mogno, cedro, melancieira, sumaúma, palmeira inajar, babaçu, patauí, entre outras, são plantadas na terra firme, pois “todo o tipo de árvore a gente planta porque também dá fruto para comer, pode usar para remédio, para fazer casa, canoa e remo”, explicou Marinho, “a gente sempre pode precisar no futuro”. A respeito das criações: “o colono gosta mais de criar porco, galinha, capote e guiné. O beiradeiro gosta de criar pato, ganso porque vive perto d’água. Mas também cria muita galinha”.

Apesar da abundância, também há relatos de muitas dificuldades neste período relacionadas à falta de acesso à escola, saúde e transporte adequado para o deslocamento até a cidade. Marinho conta que com oito anos, ele deixava a ilha bem cedo na canoa junto ao pai e desciam a remo para vender o pescado em Altamira. Com o recurso, compravam itens básicos como açúcar, sal, café, óleo, facão, linha de pesca, entre outros, para retornarem novamente para a ilha a remo. “Eram mais de duas horas remando a noite e uma correnteza doida que puxava a gente. Eu tinha medo”, confessa.

Ao contar como era a venda do pescado chegando em Altamira, Marinho explica:

“O comércio era perto do porto, na rua, no Porto das Carroças, na Invasão dos Padres, na Rua Fausto Pereira, onde a gente comprava o gelo e ali mesmo vendia o peixe. Tudo era mais fácil por esse lado porque a geleira era pertinho da beira, já se abastecia e voltava pro rio. Agora, se fosse hoje pro pai sair lá do Paixão de Cristo, pegar táxi, descer com os bagulhos, ter a despesa e ainda não pegar peixe, ele nem ia, ficou muito mais difícil essa parte”. Marinho, 2021.

3.1.2 “Uma andorinha só não faz verão”

“Ninguém vive sozinho”. Assim Marinho me afirmou um dia quando perguntei como se organizavam para dar conta da diversidade e simultaneidade de trabalhos que faziam no beiradão. “Todo mundo faz um pouco e ainda tem os vizinhos que ajudam. A gente se reunia pra fazer farinha e dividia pra todo mundo”. Diante desses relatos, é possível afirmar que os povos do rio, apesar de ter na unidade familiar a base principal

⁴¹ Nome popular de uma fruta amarela e suculenta presente nesta região e que é utilizada para fazer suco ou o vinho da golosa.

para a execução e divisão de diversas tarefas, ela é fortalecida a partir de relações comunitárias interdependentes.

“Uma pessoa é o apoio da outra, um é o braço do outro, a parceria ajuda e fortalece o grupo como um todo, é como viviam as andorinhas antes nas praias no verão, ninguém vive sozinho”. Essa forma de organização social coesa é necessária não só para a subsistência da família no caso do adoecimento de um membro do grupo, mas também para a defesa do território visando a garantia da sobrevivência do coletivo. “É pelo nosso território que a gente junta as forças para continuar lutando”. Disse-me uma vez a sra. Francineide, conhecida como dona França, ribeirinha e pescadora da região do Poção, hoje residente no RUC Jatobá.

Estes povos detêm uma relação tão íntima com a natureza que ela chega a habitar o próprio corpo. Compartilham conhecimentos importantes a respeito da biodiversidade e do ambiente, dos quais também dependem para sobreviver. O que se defende aqui é a importância do território para essas pessoas, assim como o corpo humano tem para a vida. Sem ele, não há vida possível de ser vivida porque sem corpo não tem vida. O território é a forma que dá sentido ao corpo, portanto, à vida. Por isso muitas pessoas adoeceram, física e mentalmente, e chegaram a morrer longe do seu território na beira do rio.

Na imagem abaixo, desenhada pela artista Clarissa Morgenroth, com base no desenho original da junção do rio Xingu com o rio Iriri, as curvas do rio compõe a figura de um corpo humano. As ilhas são os órgãos e o rio são como as veias por onde correm o sangue no corpo. Clarissa, junto ao seu brilhante grupo de teatro dirigido por Gabriela Carneiro da Cunha, com produção sonora e visual da Cibele Forjaz, viajaram para Altamira em 2018 com a finalidade de realizar uma série de oficinas sobre o rio Xingu e Altamira depois da UHE Belo Monte. As oficinas, que ocorreram na UFPA, além de uma série de viagens a campo que o coletivo fez à jusante e a montante da barragem, nas áreas mais impactadas, ajudaram a compor o cenário e a história da performance “Altamira 2042”, apresentada no mundo inteiro, inclusive na UFPA, durante o evento “Amazônia Centro do Mundo” em 2019.



Figura 11: A junção do rio Xingu e do rio Iriri por Clarissa Morgenroth, 2018.

O território em rede não é formado só pela terra. Ele engloba o rio, as ilhas, as margens, a rua, o lago e todo o entorno que é costurado necessariamente para a coexistência dessas relações. O território em rede existe a partir do momento em que as relações sociais, econômicas e culturais se costuram e se conectam de forma íntima e profunda com o seu meio, compondo uma malha robusta e firme. Criar e ativar pontos e linhas é missão cotidiana e só quem vive tão intimamente como parte dessa rede é capaz de refazê-la e reconstruí-la. O adoecimento e morte das pessoas é considerado uma forma intensa de rompimento. Ainda que recosturando, as cicatrizes deixam marcas profundas e visíveis impressas na rede. A ruptura, porém, apesar do trauma do esgarçamento, pode ser reconfigurada. As marcas na rede, assim, registram na história as cicatrizes de uma violação eterna.

Retornando às andorinhas, como já mencionado anteriormente, a divisão do trabalho é familiar e também pode envolver a vizinhança mais próxima ou ainda os agregados⁴² em sistemas de mutirão. Na coleção⁴³ de entrevistas realizadas com as famílias ribeirinhas em Altamira em 2016, 86% mencionaram que as atividades eram divididas com outros membros da família, como é possível verificar no gráfico abaixo:

⁴² O agregado é a figura de um membro não familiar que se torna parente ou “como se fosse parente” da família a partir de uma rede social solidária existente no beiradão.

⁴³ Entrevistas realizadas para elaboração de relatório da SBPC “A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte”, 2017.

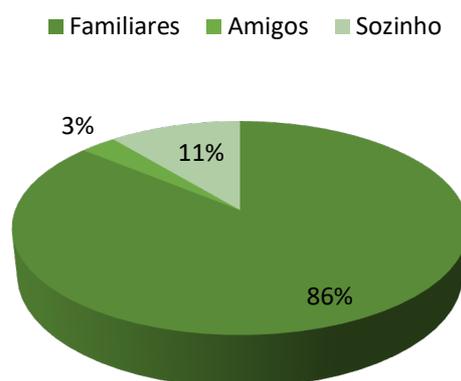


Gráfico 8: Divisão social do trabalho.

Em relação à pesca, a parceria preferencial é constituída pelo casal, algumas vezes acompanhados pelos filhos ou até realizada entre amigos e vizinhos mais próximos. É interessante notar que a integração para a execução dos trabalhos não só torna possível a simultaneidade (sincronização) de tarefas sofisticadas, bem como garante a segurança e a saúde dos mais próximos: “sua fragilidade é a sua força” (Baitello, 1997, 113).

Não são raros os relatos beiradeiros de picadas de cobra, escorpião ou outros animais e insetos peçonhentos que poderiam colocar suas vidas em risco durante a realização de um trabalho, seja no rio ou na terra. Ou então, tarefas complexas e trabalhosas como plantar mandioca e macaxeira para fazer farinha, tirar o tucupi, a puba, a tapioca, atividades que levam dias, muitas vezes semanas, só são possíveis graças às relações de reciprocidade entre os familiares e a vizinhança. Assim como as andorinhas, cupins e formigas, o sucesso e eficiência em executar tarefas gigantescas só é possível por meio do convívio social articulado. Portanto, a sincronização, integração e comunicação tornam possíveis a realização dessas atividades.

Além da pesca, outras atividades como o extrativismo e a agricultura tradicional também compunham a renda e apoiavam a subsistência das famílias ribeirinhas, como é possível verificar abaixo:

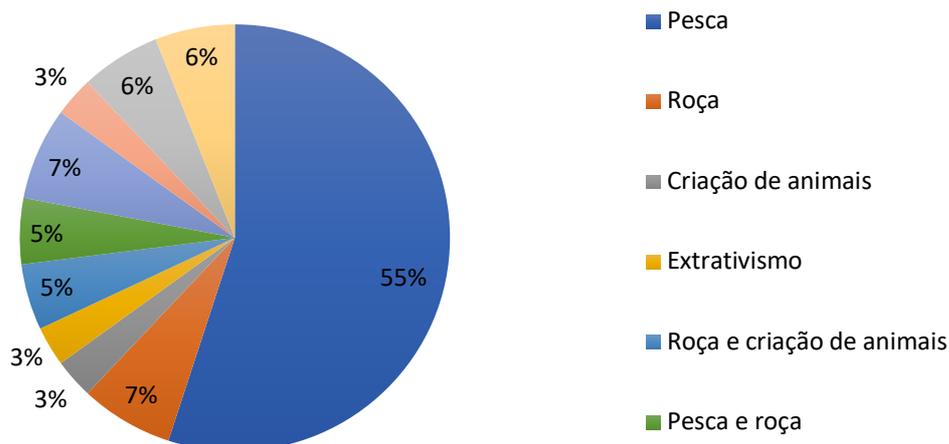


Gráfico 9: atividades produtivas e de subsistência das famílias ribeirinhas antes da UHE Belo Monte.

Antes da UHE Belo Monte, um núcleo familiar pescava, por semana, em média, 100kg de peixe, em uma boa pescaria no verão. Deduzindo desta conta as despesas com gelo, gasolina, rancho, a renda familiar poderia chegar a uma média mensal de 1.500,00 a 2 mil reais à época para uma família pequena, de até 5 pessoas. Uma família grande chegava a pescar até 300 a 400 kg de peixe por semana, o que refletia uma renda mensal de 4 mil reais, em média, para um grupo familiar composto por até 10 pessoas.

As narrativas convergentes e constantes de pescadores denunciam que atividade pesqueira entrou em colapso depois do barramento do rio Xingu. Uma unidade doméstica composta de mais de 5 membros, já não conseguia mais viver da pesca como viviam antes, como demonstram os dados e relatos coletados nas entrevistas em 2016, além de informações das famílias de hoje, em 2022, com quem manteve contato desde então.

3.1.3 A diversidade do pescado

Marinho ajudou a reunir alguns nomes e apelidos de peixes que existiam antes do barramento do rio Xingu. De acordo com ele, estes são apenas algumas espécies que ele conhece. Entretanto, alerta que se eu conversar com outros pescadores eles vão relatar muitos outros nomes e espécies:

Quadro 1: Lista de nomes das espécies de peixes conhecidas pelos ribeirinhos do território.

1. Pacu de seringa	2. Pacu preto
3. Pacu branco	4. Pacu curupité
5. Pacu kadete	6. Pacu folha <i>é que nem arraia, só tem um olho, uma banda.</i>
7. Pacu capivara, <i>porque o queixo dele é pra baixo.</i>	8. Pacu caranha, branco, preto e vermelho
9. Pacu manteiga	10. Tucunaré
11. Curimatá	12. Ariduaia
13. Pescada	14. Piranha <i>tem vários tipos, a piranha camari, mafurá (esta é pequena, laranjada com branco, entre outras)</i>
15. Trairão	16. Traíra
17. Cachorra	18. Mambará, Caibro ou Bicuda
19. Fidalgo	20. Acari: <i>tinha tanto tipo de acari que você nem sabe: acari pirarara, acari cotia, acari boi de bota, acari zebra, girafa, etc.</i>
21. Caratinga	22. Barbachata
23. Cuiú cuiú	24. Matrinchã
25. Piau	26. Pirarara,
27. Surubim	28. Fecheira
29. Pokomon	30. Pintado
31. Mandir <i>tem vários tipos, o liso, bico de pato e amarelo</i>	32. Sardinha
33. Branquinha	34. Charuto
35. Sabão: <i>tem um preto e um meio avermelhado. Ele era tão liso que espumava e não conseguia pegar com a mão.</i>	36. Jau: <i>o bicho fede e a banha dele é na carne, por fora do corpo.</i>

“Tanto peixe que eu já comi na minha vida que a gente não lembra nem o nome. A gente coloca até apelido porque tem cada peixe diferente que a gente não sabe. Tem peixe que menstrua, o Jiju, que dá mais no igarapé e lago quando seca”. Explica Marinho.

3.1.4 As palavras e os cardumes

Para os povos do rio, os peixes, assim como as plantas, são como as pessoas. Tudo é natureza, portanto, é vida. Exemplo disso é o peixe que menstrua, o peixe que tem barba, bigode ou está magro, fraco e doente porque tem corpo. O peixe sadio, aquele que está bom para comer é dado o adjetivo de “gordo”, assim como essa característica pode ser dada a uma pessoa. Uma pessoa gorda é considerada sadia, forte, e não um adjetivo pejorativo, mas sim sinônimo de saúde. A abóbora tem bucho, igual ao peixe. E assim também se referem à uma mulher grávida: “aquela mulher está buchuda”.

Tanto os seres humanos e não humanos podem ser repartidos nas seguintes porções: “banda”, “bando” “quarto” ou “espinhaço”. São palavras usadas para falar das

partes ou do todo: “a banda mais gorda do pacu é minha”, “aquele bando de gente vai por acolá no outro barco”, “o quarto mais gordo do porco é de fulana”, “o espinhaço do véio quebrou” e por assim vai. “As samambaias, além de muitas outras plantas, têm digital”, no caso, as digitais são as pequenas sementes que se encontram em suas folhas.

A partir daí pode-se afirmar que para os povos do rio e da floresta não existe a segregação das coisas da vida por categorias como bicho-gente-plantas porque não existe divisão da vida, é tudo uma coisa só. Um exemplo disso foi um dia em que chamei o Marinho para apreciar a vista e a natureza em um dia de chuva torrencial amazônica. Ele respondeu com uma pergunta: “mas como vamos apreciar algo que está dentro da gente?”. A criação de categorias nas ciências biológicas como a anatomia, zoologia ou botânica, até mesmo nas ciências geográficas como o território, espaço, paisagem, são subdivisões que não necessariamente importam para a compreensão do todo, do ponto de vista dos ribeirinhos.

Não me refiro aqui à linguagem como fator determinante para refletir sobre o jeito de pensar de um povo na Amazônia, mas sim de uma convenção, a comunicação, que atesta e registra uma forma de viver que é peculiar e deve ser considerada na tentativa de compreender a pluralidade dos povos do rio. A lógica deste pensamento diverso está relacionada muito mais a ideia de um “pluriverso, um mundo onde cabem muitos mundos” (2015), é plural e não único. Assim como é a natureza, que é casa e vida para todos os seres.

O antropólogo colombiano Arturo Escobar expõe com clareza no excerto abaixo o significado desse outro modo de vida que é peculiar aos povos do rio, que não necessariamente implica em uma dependência de recursos externos. A economia, muito embora detenha sua real importância e necessidade de relação com o mercado, não é o fator predominante para determinar o trabalho dessas pessoas. “Um amigo é muito mais importante que dinheiro, pois o dinheiro acaba e o amigo não”, diz o sr. Francisco de Assis Porto de Oliveira, presidente da associação dos ribeirinhos do rio Iriri.

“Na linguagem da “ontologia política”, podemos dizer que muitas lutas étnico-territoriais podem ser vistas como lutas ontológicas – pela defesa de outros modelos de vida. Interrompem o projeto globalizante de criar um mundo feito de um só mundo. Estas lutas são cruciais para as transições ecológicas e culturais para um mundo em que caibam muitos mundos (o pluriverso). Constituem a frente da procura por modelos alternativos de vida, economia e sociedade. São lutas que enfrentam “urdiduras comunitárias” e “coligações de corporações transnacionais” (Raquel Gutiérrez A.), buscando a reorganização

da sociedade sobre a base de autonomias locais e regionais; a autogestão da economia sob princípios comunais, ainda que seja articulada com o mercado; e uma relação com o Estado, mas apenas para neutralizar, na medida do possível, a racionalidade do estado. Resumindo, são lutas que buscam se organizar como os poderes de uma sociedade outra, não liberal, não estatal e não capitalista” (Escobar, 2016).

Há uma inegável diferença entre as experiências de vida dos seres que nascem e habitam grandes centros urbanos dos povos do rio, que nasceram e se criaram nos beiradões. O que é a natureza para um ribeirinho, o que é liberdade, o que é território são perguntas que eles respondem de acordo com seus aprendizados e visões de mundo. Quando falamos de transmissão de conhecimentos e de regras construídas e baseadas em um contrato social firme, estamos falando de relações sociais e territoriais muito mais do que de indivíduos unicamente.

Assim, não é possível tentar compreender um só ser ou como funciona uma lógica de pensamento específica, enquanto sua existência está atrelada a conhecimentos muito mais profundos, arraigados e baseados em relações ancestrais socialmente construídas. Para os ribeirinhos, faz mais sentido, tem muito mais utilidade e eficácia a forma como opera um cardume ou uma colmeia do que a bagagem de educação formal que uma pessoa da cidade carrega pela vida ao levar anos para concluir seus estudos até chegar na pós-graduação. Embora a educação seja de extrema importância, ela não tem uma utilidade prática e imediata, como garantir um alimento sem precisar de dinheiro, por exemplo, ou saber se localizar na mata e sobreviver na floresta por dias sem um aparelho de GPS ou água, por exemplo. Os povos do rio, dotados de práticas e saberes, desenvolvem suas atividades de forma autônoma, sem depender de um sistema robusto do qual dependa para a execução de atividades associadas a sobrevivência.

Voltando à linguagem e comunicação, é muito comum a utilização de figuras sonoras para descrever uma situação, seja relacionada a um sentimento, a uma ação, ao tempo ou a um lugar específico. Quando chove muito, “chuá chuá chuá chááá” e alagado. Para imitar a revoada de pássaros, “vuuuuuuuuu” e “tchuá” quando dá rasante na água. Quando pega firme no trabalho ou acelera o motor, o “tan tan tan e tannnnn” logo seguido de “ponhar no toco” é muito comum para se referir à potência e ao engajamento que precisam ser auferidos para a realização de um trabalho desgastante ou que exige muita força. Para imitar o som de algo sendo cortado, é só falar “tchã” e pronto, não é preciso dizer mais nada.

Quanto à dor, a figura sonora já se assemelha mais a de um bicho chorando ou piando “cainhã, cainhã, cainhã” ou “piuu piu piuuu” seguido de “a gente chega chora”. Quando o lugar é distante, é só chegar e falar: “é bem ali, lããáãã”, cujo final é entoado um som nasal fechado. Quanto mais longe, maior a ênfase no final da expressão. Para completar, ainda se aponta o bico da boca na direção do local, mesmo que não seja visível aos olhos, mas para indicar direção.

Não pretendo interpretar cada som, ruído nem os nomear de acordo com a gramática culta da língua portuguesa formal, porque isso não justifica a pesquisa. Desta forma, estaria segregando o conhecimento dos povos, que é tão plural e diverso, ao tentar encaixá-lo em alguma teorização linguística. O que mais importa é compreender que este tipo de linguagem vem de uma relação muito mais profunda e íntima com a natureza do que é possível supor ou compreender.

Nas palavras agregar e segregar abrigam-se “dois conceitos diametralmente opostos, mas um único e misteriosamente indissociável coração, uma só alma, explica Norval Baitello em “O animal que parou os relógios” (1997, 86). O pesquisador e professor da comunicação e semiótica argumenta que ambas as palavras tem sua origem na palavra *grex*, do latim, que significa “rebanho”, que é um conceito coletivo. Portanto, nasce do coletivo duas operações opostas, com o sentido de agregar e segregar. “Pode parecer contraditório, mas um rebanho, um cardume ou um agrupamento social, portanto, uma sociedade, se constitui não apenas agregando, mas também segregando” (1997, 86).

O código de comunicação de um agrupamento social específico é um fenômeno de natureza inegavelmente social, portanto, não é possível tentar compreendê-lo sem recorrer à história de uma civilização.

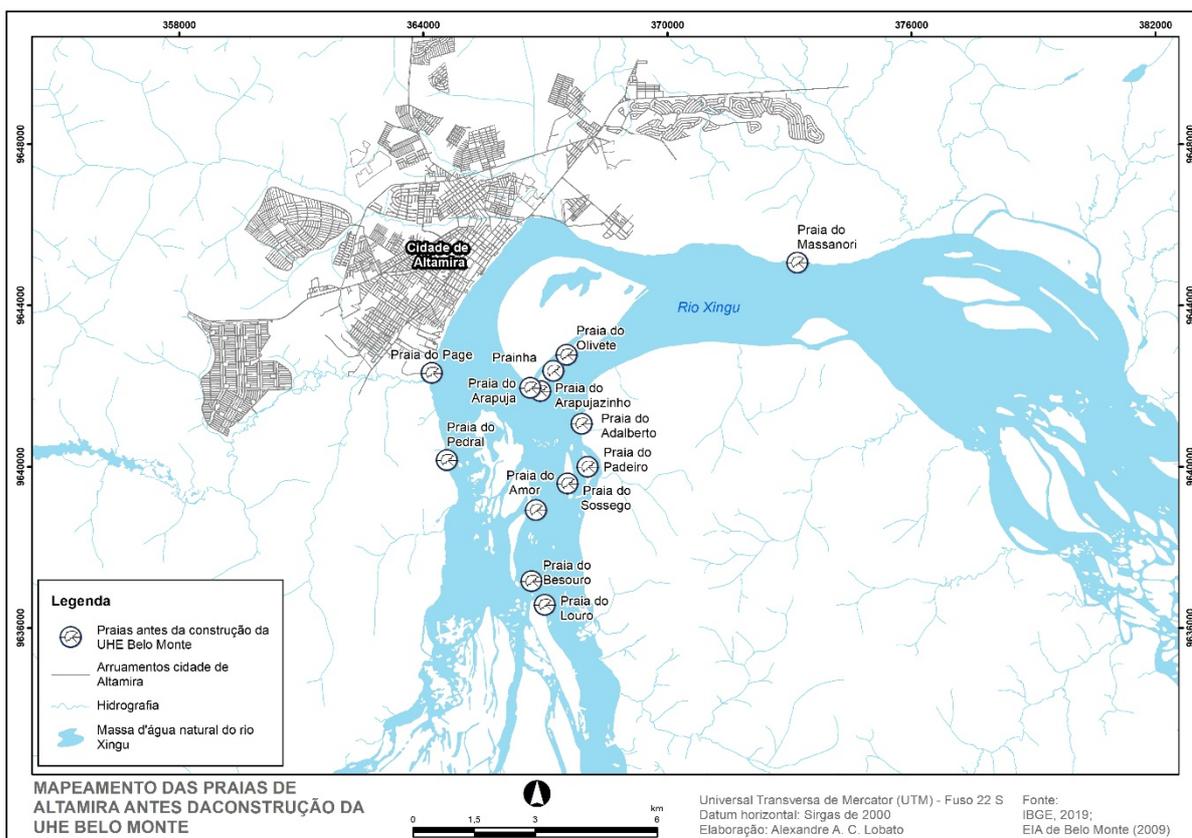
3.1.5 As praias

“A melhor parte do verão eram as praias, tinha dia que era toda semana, todo final de semana, a renda do mês era só pra isso. Eu era apaixonado pela praia, não era por outra coisa não, era pela paz”. Entre todas elas, infinitas assim como os peixes, Marinho cita algumas que hoje já não existem mais hoje:

Quadro 2: Lista de nomes das praias em Altamira antes da UHE Belo Monte

1. PRAIA DO BESOURO
2. PRAIA DO PAJÉ
3. PRAIA DO SOSSEGO
4. PRAIA DO PADEIRO
5. PRAIA DO GORGULHO DA RITA
6. PRAIA DO OLIVETTI
7. PRAIA DA MERANDA
8. PRAIA DO BOA ESPERANÇA
9. PRAIA DA BARRIGUDA
10. PRAIA DOS CURICA
11. ILHA/PRAIA DO AMOR
12. PRAIA DO ARAPUJÁ
13. PRAIA DO MASSANORI
14. PRAIA DO BACABAL
15. PRAIA DA ILHA REDONDA

Abaixo é possível visualizar o mapa das praias que existiam próximas ao município de Altamira antes da UHE Belo Monte:



Mapa 3: Mapa das praias em Altamira antes da construção da UHE Belo Monte

O conceito de praia em um rio amazônico é bastante diferente daquele que nos remete às extensas faixas de areia do litoral sudeste brasileiro, apinhadas de gente e guarda-sóis ocupando todos os espaços livres. A praia nos beiradões do Xingu pode ser pouco ou muito afastada da cidade, onde a água do rio é mais corrente e fria. Para chegar na praia, pegava-se um motor rabeta, voadeira ou até mesmo uma canoa a remo. Algumas praias mais próximas da cidade como a do Pajé, chegava-se a pé, de bicicleta ou moto.

A praia dos povos do rio é sombreada naturalmente pelas altas árvores da floresta, onde ocupa-se um pedaço de areia mais reservado na beira de rio, seja na ilha ou na terra firme. Aquela extensão infinita de faixa de areia, com inúmeras pessoas lado a lado é uma “coisa sem graça”, como me disse Marinho, porque não se tem liberdade. Liberdade para ouvir um som, fazer um churrasco ou mesmo se divertir com os amigos sem atrapalhar o outro grupo ao lado. E obviamente, a água do rio é doce. Para os beiradeiros, a praia tem que ser com água corrente, senão é “banho”. A praia artificialmente construída pela Norte Energia na orla do cais de Altamira e também na região do Massanori, é considerada um banho, porque não tem mais água corrente e fria como era antes.

Geralmente, costumava-se ir à praia para passar o final de semana ou até mais tempo se fosse possível. Era na praia mesmo que garantiam a alimentação porque “peixe não faltava nunca”, afirma Marinho. A lona era necessária para fazer uma armação, como uma grande barraca, caso chovesse nestes dias. Mais do que lazer, a praia era onde conectavam-se com um grupo de amigos e familiares mais próximos, era diversão garantida.

“No calor que fazia Altamira durante o final de semana, ninguém ficava aqui na cidade. Parecia um deserto. Agora, as praias saíram do mapa, até pode encontrar alguma quando o rio seca, mas quem é doido de ficar no sol? As árvores todas se acabaram, as praias perderam o sentido...” Marinho, 2021.

3.1.5 A liberdade como direito

O filósofo político Jean-Jacques Rousseau revolucionou as teorias do direito natural do século XVII, influenciou as revoluções na França no século XVIII bem como lançou luz às teorias políticas e econômicas modernas. O pensador genebrino resgata o valor da liberdade individual do sujeito e a consciência da dignidade humana em geral. Sugere que os homens, organizados por meio de um pacto social firme, não devem sucumbir a um poder tirano, mas sim rebelar-se contra seus opressores.

É neste mergulho na interioridade do ser que Rousseau resgata a força que une o indivíduo aos seus semelhantes, “é a ponte que liga o eu individual ao eu comum, a vontade particular com a vontade comum” (1983: XVII). A partir dessas reflexões surge o pensamento sobre a teoria da vontade geral e o pacto social em sua obra célebre obra, “Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político”, de 1762. A extensa obra é composta por densos capítulos críticos à teoria política no que tange à legitimidade da sociedade política e sua relação entre as esferas individuais e públicas.

“O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros”. Rousseau contrapõe o estado natural do homem à sua condição social, enquanto ser dotado de um “corpo moral e coletivo”. Caso este grupo coeso não seja respeitado pelo “corpo político”⁴⁴ vigente, ele está fadado à submissão (passivo). Caso exerça seus direitos e deveres enquanto cidadãos ou povo (ser ativo) impõe sua vontade contra o soberano. Este ser moral e coletivo, para o filósofo, não seria apenas um agregado de indivíduos, mas sim a própria “pólis”, a República. É quando os indivíduos, impossibilitados de subsistirem por seus próprios meios no estado de natureza, unem-se em “forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum”, efeito principal do contrato social (1983, 32).

Para que o contrato social seja firmado é necessário compreender o “ato pelo qual um povo é povo”, ou seja, a convenção social que lhe origina enquanto sociedade. O respeito e a preservação da igualdade e liberdade do sujeito, bem como da vontade geral dos povos, com lastro em um pacto social comum torna-se parte de uma existência livre, porém socializada.

Neste sentido, não obstante a importância da teoria política rousseauiana e o significado que a palavra liberdade empregou ao pensamento iluminista do século XVIII, interessa elucidar, na prática, o que há de comum entre os indivíduos que os torna interligados coletivamente neste território. Mais do que isso, de que forma a palavra liberdade se expressa neste cenário pós UHE Belo Monte, já que a reflexão principal desta pesquisa gira em torno das relações de um grupo social coeso, que vai muito além de tratar unicamente dos indivíduos.

⁴⁴ Como um “todo orgânico, chama-se “Estado”, quando passivo. “Soberano” quando ativo e “Potência” no trato com seus iguais.

No relatório de reconhecimento social construído pelos ribeirinhos do Conselho, a palavra liberdade é associada à mobilidade, ao direito de ir e vir. Direito este que lhe foi negado com o barramento do rio Xingu. Sr. Aranor é ribeirinho e indígena da etnia Juruna, cuja terra está localizada abaixo da barragem principal, na Volta Grande do Xingu. Antes da construção da UHE Belo Monte, Aranor visitava com frequência seus parentes na Terra Indígena Paquiçamba e em outras localidades ao longo do beiradão. Entretanto, para que esse movimento ocorra nos dias de hoje é mais difícil pois ele tem que cruzar o lago até a margem oposta, atravessar o banzeiro que é formado pelo vento que sacode as ondas do rio e depois ainda passar por um sistema de transposição de embarcações, hoje gerenciado pela NESA. Essa dificuldade é um impeditivo para algumas famílias, que não dispõem de embarcações adequadas, do tipo voadeiras, para realizar tal travessia.

Diante dessas circunstâncias, cujo efeito deletério é sentido na pele ainda hoje e o será por muitos anos, é necessário refletir, portanto, se essa condição de liberdade, associada à mobilidade, pode ser compreendida de fato como uma castração de direitos tradicionais em um território sob o poder das empresas. O controle territorial concedido à atores externos à essa coletividade são percebidos e sentidos cotidianamente pelos ribeirinhos. Se a construção de um pacto social firme por um “corpo moral e coletivo” coeso e organizado pudesse assegurar de fato os direitos dos cidadãos ribeirinhos, enquanto grupo tradicional, portanto, essa violação não teria ocorrido ou ao menos essa população haveria sido consultada pelo Governo brasileiro antes da construção da barragem. Diante deste pressuposto, somos levados a concluir que “o único direito que resta aos povos do rio é o dever de lutar pela sua dignidade” (Furuie, 2021).

CONCLUSÃO

Tendo em vista que o território é essa esfera conflituosa e dinâmica, influenciado fortemente por vetores de pressão político-econômicos transnacionais, é importante compreender qual o papel das empresas neste lugar. Legitimadas pelo poder do Estado, os atores privados atuam para promover a desfiguração dos territórios tradicionais. Ao ganharem espaço e adentrarem nestes territórios, conduzem a conduta dos outros e a empresabilidade ganha corpo. Estes atores, apoiados pelo Estado e financiados pelo capital transnacional, induzem uma nova dinâmica de produção, a fim de colocar o

território à disposição como fonte de recursos, ou seja, como um território instrumental. Seduzidas pelo capitalismo, as empresas atuam na reprodução de atividades associadas ao mercado global, que não condizem necessariamente com o modo de vida tradicional local, desrespeitando as formas de organização e os trabalhos anteriormente executados pelos povos do rio.

Percebe-se também que há uma tentativa de reproduzir uma lógica de produção homogênea e hierárquica, que não só padroniza como também fragmenta a população no território, não considerando as dinâmicas de trabalho locais, os usos tradicionais e coletivos das áreas de preservação no beiradão. O megaempreendimento da UHE Belo Monte traz no seu bojo, com o discurso fundado no desenvolvimentismo, uma nova dinâmica de controle e produção no território com o objetivo de transformar os povos do rio em mão de obra trabalhadora, com oferta de produção em larga escala – o cacau – disponível para o mercado de *comodities* agrícolas.

Desde a concessão das licenças de instalação e operação concedidas pelo IBAMA, a Norte Energia S. A. passa a deter o controle sobre o lago-reservatório e sobre as áreas de preservação permanente (APP) no entorno. A obrigação da concessionária em garantir o retorno dos ribeirinhos ao território e acompanhar as atividades produtivas a serem implementadas foram supostamente dialogadas com a população interessada. Entretanto, ao serem executados, os trabalhos que a empresa denominava como inclusivos e participativos, que seriam realizados ao “estilo mutirão”, não aconteceram. O que restou aos pescadores foi receber sementes envelhecidas de cacau para cultivarem no sol, porque a madeira para fazer o viveiro demorou a chegar e muitas mudas não nasceram. Se aconteceu o mutirão ou o acompanhamento direto de assistência técnica da empresa, muitos não viram ou ouviram.

Outro fator que ocorreu foi a interrupção no contrato da assistência técnica às famílias ribeirinhas já reassentadas, que paralisou a ida dos técnicos agrônomos a campo e inviabilizou o plantio de algumas mudas no seu tempo. Os ribeirinhos, que não detêm o conhecimento técnico do plantio de cacau em grande quantidade, não foram orientados corretamente acerca do plantio e muitos trabalhos realizados por eles como a adequação da área para o plantio e o cuidado com as mudas foram perdidos.

As diversas restrições impostas aos ribeirinhos para o uso da APP também são contraditórias e compreendidas como uma situação de injustiça após os desmatamentos realizados pelas empresas para a construção e operação da UHE Belo Monte. A destruição

e queima da floresta da Ilha do Arapujá, cartão postal da cidade de Altamira, é visto como uma situação triste, de desgosto e de violação da lei pelo próprio Estado brasileiro. Diante das inúmeras restrições, dificuldades e morosidade [impostas pela NESA, IBAMA e empresas] que os povos do rio encontraram em voltar para o seu território, cuja parte também é considerada APP, é difícil compreender como não podem executar uma série de atividades ao seu próprio modo. Plantar uma roça tradicional, organizar um rancho de pesca ou instalar girais são atividades que agora os ribeirinhos só podem executar com o aval das empresas.

As próprias instituições que deveriam garantir o retorno com dignidade e tranquilidade ao território, passam a questionar, vigiar e punir quem age sem autorização. O contraditório são os crimes socioambientais cometidos pelas instituições, que não são punidas por isso, a despeito de denúncias em diversas cortes nacionais e internacionais. Pelo contrário, as instituições que deveriam ser responsabilizadas estão lucrando rios de dinheiro enquanto as águas do Xingu são consumidas pelas turbinas para a geração de energia elétrica para o sudeste brasileiro, enquanto a maioria da população altamirense padece ao ser cobrada pelo uso da energia que assola suas vidas.

As regras e as cercas, apesar de não fazerem parte da vida no beiradão previamente à UHE Belo Monte, agora são instaladas e limitam a sua mobilidade e o modo tradicional do “saber fazer” ribeirinho, cuja autonomia lhe foi retirada junto com os peixes do seu próprio rio. Enquanto isso, as cercas são construídas no território pelos fazendeiros até a APP, terras são roubadas pela grilagem e regras são impostas pelas empresas, que deveriam estar trabalhando para lhes apoiar no retorno ao território.

Apesar da tragédia socioambiental e econômica promovida pelas instituições públicas e privadas, o Conselho Ribeirinho se fortalece neste contexto, exercendo um papel importante de mediação, representação e luta pela garantia de direitos que foram sumariamente violados após a construção da UHE Belo Monte. Este é um longo processo, que primeiramente foi travado para garantir o reconhecimento social construído coletivamente e depois a conquista deste espaço de diálogo e negociação para o retorno com dignidade ao território. Como já foi afirmado pelas antropólogas Cunha e Magalhães (2017), o reassentamento não funcionaria sem a participação ativa dos representantes dos ribeirinhos, cuja proposta deveria ser elaborada por eles.

Não obstante a tentativa de desfiguração do território simbólico e afetivo promovido pelas empresas e pelo Estado brasileiro, os povos do rio que dependem deste território para a reprodução do seu modo de vida e de sua cultura, trabalham duramente pela sua reconstrução ao costurar novamente as tramas já esgarçadas a partir das relações de afeto no território. Assim, defende-se que está em curso a reconfiguração do território tradicional ribeirinho no médio rio Xingu, cujas bases ainda estão se fortalecendo e ao consolidarem-se já garantem uma conquista fundamental para esta população: a garantia da retomada territorial. A garantia do bem viver neste território, com acesso à saúde, educação, trabalho, lazer e água de qualidade, em harmonia com a natureza e tudo o que nela habita, ainda é uma grande batalha a ser travada nesta guerra para a qual os ribeirinhos foram lançados, sem nem sequer serem questionados se haveria a mínima disposição para a luta.

A tentativa de desorganizar um território orgânico e difuso, o Território em Rede, para impor um território homogêneo, capitalista e instrumental, onde o trabalho é explorado e a natureza não possui qualquer relevância é missão colonizadora. Desta forma, conclui-se que há uma estratégia em curso neste território cujo objetivo é o de anular sua heterogeneidade e o modo de vida tradicional que não atende aos padrões neoliberais vigentes no mundo.

O território compreendido como fonte da vida e abrigo, valorizado em toda a sua cosmologia como fruto de reprodução da socio biodiversidade e dos saberes tradicionais está posto à prova. Agora cabe aos povos do rio a sua defesa enquanto coletividade, em nome da sua dignidade e liberdade.



Figura 12: Apresentação do mapa com a proposta do Território Ribeirinho na UnB em Brasília, foto da autora, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A. W. 2010. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e éticos na mira dos estrategistas dos agronegócios, in *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Editado por Almeida, A.W. et. al, pp. 101-143. Rio de Janeiro: Lamparina.

Almeida, M. W. B. 2012. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Dossiê Amazônia: Sociedade e Natureza* 17(1) 121- 152.

Becker, B. K. 2010. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 5(1) 17-23.

Cunha, M. C. & De Almeida, M.W. B. 2002. *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras. 735p.

Baitello Jr., N. 1997. *O animal que parou os relógios*. ed. São Paulo: Annablume. 130p.

Furuie, V. A.2021. *The Right to your Duties: Interpersonal responsibilities in riverside Amazonia*. DRCLAS presentation, pp. 1-7.

Escobar, A. 2010. *Territórios da Diferença: Lugar, Movimentos, Vida, Redes*. 2.ed. Popayán: Universidad del Cauca. 424p.

Escobar, A. 2016. Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra: La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino-América, in *Rescatar la esperanza. Más allá del neoliberalismo y el progressismo*. Editado por Aguilar, M. C. G., Cruz, J. S. & Uc, P., pp. 336 - 374. Tuxtla Gutiérrez, Chiapas: UNICACH.

Escobar, A. 2019. *Thinking Territory in Latin America. Produção de Latin American Studies Association – LASA*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=_gNhpRC1ARA&t=6026s>. Acesso em 09 mar. 2020.

- Escobar, A. 2016. *De baixo, pela esquerda e com a Terra*. Disponível em <<https://singa2017.wordpress.com/2016/12/01/de-baixo-pela-esquerda-e-com-a-terra/>>. Acesso em 18/04/2022.
- Flusser, V. 1985. *A filosofia da caixa preta: ensaio para uma futura filosofia da fotografia*. 1.ed. São Paulo: Hucitec. 104p.
- Harley, J. B. Cartography, ethics and social theory. *Cartographica* 27(2) 1-23.
- Magalhães, S. & Cunha, M. C. 2017. *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). 448p.
- Rousseau, J. J. 1983. *Do contrato social*. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural. 69p.
- Santos, M. 1977. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*, n. 54, pp. 81 a 99. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia,
- Santos, M. 1988. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 1.ed. São Paulo: EDUSP. 136p.
- Santos, M. 2017. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 1.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. 392p.
- Santos, M. & Silveira, M. L. 2001. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record Ltda. 409p.
- Seemann, J. 2003. Mapas e as suas ‘agendas escondidas’: proposta para uma “cartografia crítica” no ensino de geografia, in *Anais do 7º encontro nacional de prática de ensino de geografia*, pp. 24-31. Vitória: UFES.
- Sontag, S. 2003. *Diante da dor dos outros*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras. 112p.
- Vilas-Bôas, A., et al. 2017. Xingu: história dos produtos da floresta. São Paulo: Instituto Socioambiental. 396p.
- Villas-Boas, A. et al. 2016. Planejamento Territorial, in *Estudo sobre o deslocamento compulsório dos ribeirinhos do Rio Xingu provocado pela construção de Belo Monte*. Editado por Cunha, M. C. & Magalhães, S. B., pp. 339-360. São Paulo: SBPC.